



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO

Mario Alberto dos Santos

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EDUCAÇÃO E
PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO: uma análise da realidade
da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/BA**

Salvador
Inverno/2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Mario Alberto dos Santos

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EDUCAÇÃO E
PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO: uma análise da realidade
da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Catherine Prost

Salvador
Inverno/2007

S237 Santos, Mario Alberto dos, Unidades de conservação, educação e planejamento comunitário: uma análise da realidade da Reserva Extrativista Marinha.

Baía do Iguape/BA / Mario Alberto dos Santos. _ Salvador, 2007.131 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Catherine Prost. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 2007.

1. Geografia humana 2. Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape (BA) - Planejamento comunitário I. Título.

CDU 911.3 (813.8) (043)

TERMO DE APROVAÇÃO

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EDUCAÇÃO E
PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO: **uma análise da realidade
da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/BA**

Mario Alberto dos Santos

BANCA EXAMINADORA

• **Profa. Dra. Catherine Prost**

Profa. Adjunto da Universidade Federal da Bahia
Graduação em geografia pela Université de Paris VIII (1992); Mestrado em D.E.A de Géopolitique (1993) e Doutorado em Doctorat de Géopolitique ambos pela Université de Paris VIII (1999).

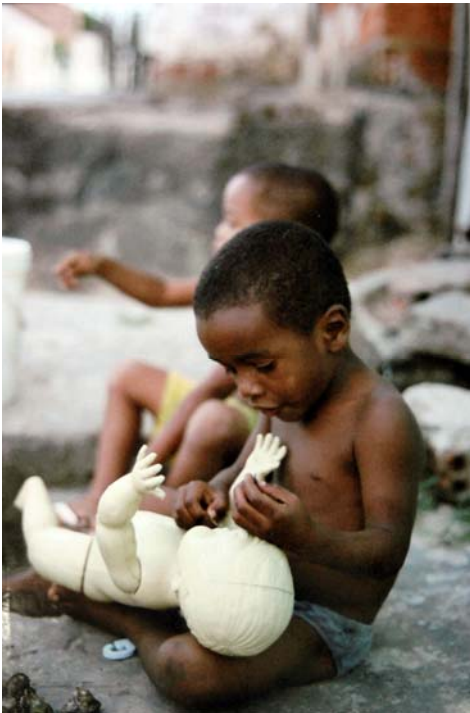
• **Profa Dra. Creuza Santos Lage**

Professora Adjunto IV da Universidade federal da Bahia
Graduação em geografia pela UFBA (1969); Mestrado em geociências – ênfase geomorfologia pela UFBA (1980); Doutorado em geografia pela Université de Bordeaux III (1986); Pós-doutorado pela Universidade de Toulouse II (1989).

• **Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro**

Professora Adjunto IV da Universidade federal do Pará.
Graduação em ciências sociais pela UFPA (1969); Mestrado em sociologia (1978) e Doutorado em ciências sociais (1983) ambos pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales; Pós-doutorado pela Centre National de la Recherche Scientifique (1994).

epígrafe



*Isto sabemos.
Todas as coisas estão ligadas
como o sangue que une uma família...*

*Tudo o que acontece com a Terra,
Acontece com os filhos e filhas da Terra.
O homem não tece a teia da vida;
Ele é apenas um fio.
Tudo o que faz à teia,
Ele faz a si mesmo.*

Ted Perry, inspirado no Chefe Seattle

AGRADECIMENTOS

Aos pescadores e as marisqueiras da resex marinha baía do Iguape, a professora Catherine Prost pela amizade, respeito, compromisso e essencial contribuição a realização do trabalho, a banca examinadora, a minha família, a minha esposa Sil e a todos que de alguma maneira contribuíram com essa construção.

DEDICATÓRIA



Aos caminhantes...

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.

Paulo Freire

SANTOS, Mario A. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO**: uma análise da realidade da resex marinha baía do Iguape/BA. Salvador, 2007, 131 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, departamento de geografia, Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

Esta dissertação propõe uma análise da realidade da resex marinha baía do Iguape-BA. A partir da discussão sobre educação dialógica e planejamento comunitário, à luz da geografia humanística e da concepção sistêmica da vida, busca-se a construção da autonomia social e individual. A contribuição à organização social e à elaboração de ações e projetos políticos são os objetivos e as motivações principais deste trabalho. As transformações na legislação ambiental do Brasil foram resultado de anos de lutas e conquistas. O estado do Acre se destaca nesse processo. O Movimento Nacional dos Seringueiros teve substancial influência na elaboração dos princípios e diretrizes da lei 9985/00 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O território das UC's de uso sustentável são espaços de resistência, onde a materialização do poder é primordial para seu planejamento e gestão. A coletividade e a equidade nas relações e decisões políticas e sociais compõem os princípios e diretrizes que regem as UC's de uso sustentável. A legitimidade dos saberes tradicionais e a aceitação dos grupos sociais tradicionais enquanto agentes e donos de suas próprias falas fazem-se necessárias para a efetivação das UC's de uso sustentável. As experiências cotidianas no e do espaço, o mundo vivido das populações tradicionais criam e recriam suas relações com o mundo. Dessas relações nascem seus valores e significados em relação à baía do Iguape. O manguezal e a baía são ecossistemas que compartilham com o modo de vida dos pescadores e das marisqueiras seu dinamismo e organização. Esse compartilhamento faz da espécie humana parte que compõe o todo dos ecossistemas. Sendo parte é também todo enquanto sistema vivo. Essas relações e interações entre as partes e o todo estão presentes nas experiências no e do espaço. A construção do planejamento comunitário, tendo a educação dialógica como instrumento e motivação, depende da aceitação do discurso do outro enquanto discurso do outro, e de uma outra relação com o outro, uma relação dialógica que busca construir algo em comum. Neste sentido tem-se a autonomia individual enquanto meio para buscar a autonomia social enquanto fim. A diversidade em ações e projetos políticos deve contemplar a diversidade social e cultural que implica em diversidade de necessidades e carências. A subversão ao modelo ideal de vida, profetizado pelo consumismo do capitalismo neoliberal, é substancial para a efetivação das políticas e instrumentos relacionados à preservação e a conservação da sociodiversidade e da biodiversidade nacionais.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, educação, saberes tradicionais, planejamento, dialogicidade.

RESUME

Cette dissertation propose une analyse de la réalité de la réserve extrativiste marine Baie d'Iguape. A partir de la discussion sur l'éducation dialogique et la planification communautaire, à la lumière de la géographie humanistique et de la conception systémique de la vie, est recherchée la construction de l'autonomie sociale et individuelle. La contribution à l'organisation sociale et à l'élaboration d'actions et de projets politiques sont les principaux objectifs et les motivations de ce travail. Les transformations dans la législation environnementale du Brésil furent le résultat d'années de luttes et de conquêtes. L'Etat de l'Acre se distingue dans ce processus. Le mouvement national des collecteurs de caoutchouc naturel eut une influence substantielle dans l'élaboration des principes et des directrices de la loi 9985/00 qui établit le Système National d'Unités de Conservation (SNUC). Le territoire des Unités de Conservation (UC) d'usage durable sont des espaces de résistance, où la matérialisation du pouvoir est primordiale pour sa planification et sa gestion. La collectivité et l'équité dans les relations et les décisions politiques et sociales composent les principes et les directrices qui régissent les UC d'usage durable. La légitimité des savoirs traditionnels et l'acceptation des groupes sociaux en tant qu'agents et maîtres de leurs propres discours sont nécessaires pour que les UC d'usage durable soient effectives. Les expériences quotidiennes dans et de l'espace, le monde vécu des populations traditionnelles créent et recréent leurs relations avec le monde. De ces relations, naissent leurs valeurs et sens quant à la baie d'Iguape. La mangrove et la baie sont des écosystèmes qui partagent avec le mode de vie des pêcheurs et des collecteuses de mollusques et crustacés (*marisqueiras*) son dynamisme et son organisation. Ce partage fait de l'espèce humaine une partie qui compose le tout des écosystèmes. Etant partie, elle est aussi un tout en tant que système vivant. Ces relations et interrelations entre les parties et le tout sont présentes dans les expériences dans et de l'espace. La construction de la planification communautaire, ayant l'éducation dialogique comme instrument et motivation, dépend de l'acceptation du discours de l'autre en tant que discours de l'autre, et d'une autre relation avec l'autre, une relation dialogique qui cherche à construire quelque chose en commun. Dans cette perspective, se trouve l'autonomie individuelle en tant que moyen pour rechercher l'autonomie sociale en tant que fin. La diversité en actions et projets politiques doit prendre en compte la diversité sociale et culturelle qui implique en diversité de besoins et de carences. La subversion au modèle idéal de vie, défendu par l'incitation à la consommation du capitalisme néo-libéral, est substantielle pour que les politiques et les instruments relatifs à la préservation et à la conservation de la sociodiversité et de la biodiversité nationales soient effectifs.

Mots-clé: Unités de Conservation, éducation, savoirs traditionnels, planification, dialogicité.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de proteção ambiental
APP	Área de proteção permanente
ARL	Área de reserva legal
ART	Artigo
CAP	Capítulo
CNPT	Centro nacional de desenvolvimento sustentado das populações tradicionais
CPP	Comissão pastoral da pesca
IBAMA	Instituto brasileiro de meio ambiente e recursos naturais renováveis
IBDF	Instituto brasileiro de desenvolvimento florestal
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
INCRA	Instituto brasileiro de reforma agrária
MARENA	Manejo dos recursos naturais
ONG	Organização não governamental
PNEA	Política nacional de educação ambiental
PNMA	Política nacional de meio ambiente
RESEX	Reserva extrativista
RPPN	Reserva particular de patrimônio natural
SEMA	Secretaria especial de meio ambiente
SNUC	Sistema nacional de unidades de conservação
UC	Unidade de conservação

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Perímetro da resex marinha baía do Iguape	2
Mapa 2	Localização das áreas priorizadas nos estudos	2
Mapa 3	Mapa das unidades de conservação federais no Brasil	19
Mapa 4	Mapa das unidades de conservação do estado da Bahia	19

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1	Imagens da baía do Iguape	6
Foto 2	Imagens da baía do Iguape	6
Foto 3	Os encantos da baía do Iguape	82
Foto 4	Um mundo de sonhos...	83
Foto 5	Vista da baía do Iguape	85
Foto 6	Vista da baía do Iguape	86
Foto 7	Vista da baía do Iguape	87
Foto 8	Mistérios e encantamentos...	88
Foto 9	Marisqueiras no trabalho	89
Foto 10	Canoas descansando	92
Foto 11	Laguncularia racemosa	93
Foto 12	Marisqueiro no trabalho	94
Foto 13	Raízes da rhizophora mangle	95
Foto 14	Propágulo da rhizophora mangle	95
Foto 15	Raízes da avicennia	96
Foto 16	Raízes da avicennia	96
Foto 17	Fé do pescador	97
Foto 18	Pés sujos de lama	98
Foto 19	Canoas no descanso e no trabalho	99
Foto 20	Crianças e marisqueiras	100
Foto 21	No trabalho, na maré	101
Foto 22	Olhares e crianças	102
Foto 23	Saberes e transmissão	103
Foto 24	Teando redes e a vida	104
Foto 25	Trabalho na maré	104
Foto 26	Mariscando	105
Foto 27	Maré e depois da maré	106
Foto 28	O trabalho do pescador	107
Foto 29	O trabalho do pescador	107
Foto 30	Camboa	108
Foto 31	Camboa com a maré cheia	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número total e categorias de unidades de conservação federais	18
Tabela 2	Classificação das Unidades de conservação e a área de uso em relação ao território nacional	19
Tabela 3	Número de proprietários de canoas na resex	119

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	1
1.2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	8
2 – O TERRITÓRIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: discussões a cerca do modelo de preservação e conservação do patrimônio natural brasileiro	13
2.1 – <i>Um histórico sobre legislação:</i> do código florestal brasileiro (preservacionista) ao sistema nacional de unidades de conservação (consvacionista)	13
2.2 – No território das unidades de conservação: alternativas, caminhos e conflitos no manejo do patrimônio natural	24
3 – ECONOMICISMO E SUSTENTABILIDADE: falácias, armadilhas e contradições nos discursos e nas práticas hegemônicas	37
4 – ESPAÇO LUGAR E MUNDO VIVIDO: o possível diálogo entre a geografia científica e os saberes tradicionais	50
4.1 – <i>O ser humano e suas possibilidades cognitivas:</i> em busca do diálogo entre diferentes proposições explicativas	50
4.2 – <i>Os saberes tradicionais e suas relações com o sentido e significa do de lugar e mundo vivido:</i> a riqueza da experiência humana no e do espaço	55
5 – SOBRE EDUCAÇÃO DIALÓGICA E PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO	66
6 – A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA BAÍA DO IGUAPE	81
6.1 – <i>Pelos caminhos do manguezal...</i>	81
6.2 – <i>o diálogo e o comunitarismo na busca pela autonomia administrativa e financeira na reserva extrativista marinha baía do Iguape</i>	110
ONDE HÁ SONHOS HÁ CAMINHOS...	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

1 - INTRODUÇÃO

*Tem uns dias que eu acordo
pensando e querendo saber
De onde vem
O nosso impulso de sondar o
espaço...*

Jorge Ben

Essa dissertação propõe uma análise teórica e empírica sobre educação dialógica e planejamento comunitário em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com o objetivo de estar contribuindo para criar as condições sociais e políticas que futuramente viabilizarão a elaboração do plano de manejo da Reserva Extrativista (resex) Marinha Baía do Iguape, município de Maragogipe, região Oeste do Recôncavo baiano. Os ecossistemas da reserva são a baía e o manguezal e as atividades de pesca artesanal e mariscagem são as principais práticas extrativistas que caracterizam o trabalho e os saberes da população da unidade.

Este trabalho de dissertação compõe um projeto maior denominado MARENA (Manejo comunitário dos recursos naturais na resex marinha Baía do Iguape), com perspectivas em longo prazo. Foi estabelecida para os anos de 2005-2006 a execução da primeira etapa que consiste num diagnóstico socioambiental da área, cuja metodologia de pesquisa inclui a familiarização com o trabalho e os costumes da população tradicional da unidade e o esclarecimento para esta mesma população sobre o que é uma resex e como devem ser feitos seu planejamento e sua gestão. Numa segunda etapa pretendida, busca-se colaborar de fato com o processo de construção do plano de manejo comunitário previsto em lei.

A resex marinha Baía do Iguape foi criada no ano de 2000, tendo 8.117,53 ha de área total, sendo 2.831,24 ha de manguezal e 5.286,29 ha de águas internas brasileiras. Esses dados têm como base a carta utilizada pelo IBAMA para o decreto de criação da reserva: a folha correspondente é a SD-24-X-A-IV, publicada pelo Departamento de Cartografia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (IBAMA, 2000).

As UC (unidades de conservação) de uso sustentável somente são criadas quando há uma demanda local, situação encontrada na baía do Iguape. A partir da reivindicação junto ao IBAMA, o processo de criação (que durou cerca de 5anos) foi desencadeado e o decreto foi finalmente assinado. Todavia a resex não funciona efetivamente. Para tal, a partir da análise construída nos trabalhos de pré-campo observa-se que o que falta aos pescadores e as marisqueiras da área é a articulação e a união de todos em torno de um bem comum. Assim busca-se contemplar todas as premissas de conservação da natureza estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei 9.985 de 2000.

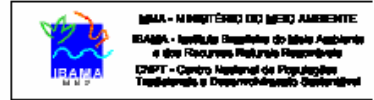
Dentre os 20 distritos (17 de Maragogipe e 3 de Cachoeira) que compõem a população da resex, neste projeto de dissertação iremos concentrar nossa análise em Maragogipe e nos distritos de Coqueiros e Nagé localizados ao norte da sede (mapas 1 e 2: perímetro da resex marinha baía do Iguape e localização das áreas priorizadas em nossa análise, respectivamente. Fonte: IBAMA e Base Cartográfica 1:100.000 IBGE). A escolha das duas outras localidades, além da sede, conjuga razões práticas de viabilidade graças à facilidade de acesso e características singulares do tecido social de ambos os distritos.

Temos em Coqueiros além da pesca e da mariscagem, o artesanato de barro (fabricação de panelas, tigelas, pratos). Essa atividade que mobiliza mulheres de pescadores constitui um potencial que pode ser desenvolvido através de agregação de mais valor aos produtos, sendo, portanto outro fator a contemplar no quadro do manejo dos recursos naturais, em favor da diversificação das atividades, no intuito de ter alternativa ou incremento da renda e, conseqüentemente, diminuição da pressão sobre a oferta de pescado e de marisco na natureza. No caso de Nagé, a escolha foi pela união e “rebeldia” de seus moradores, em torno do que estes estimam ser melhor para a “comunidade”, mesmo que a opinião defendida seja minoritária no seio da resex.

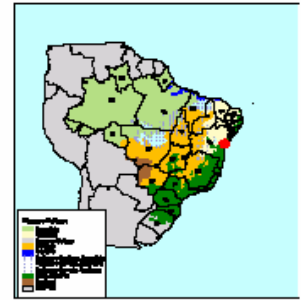
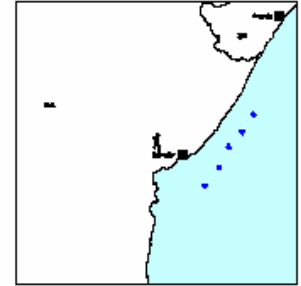
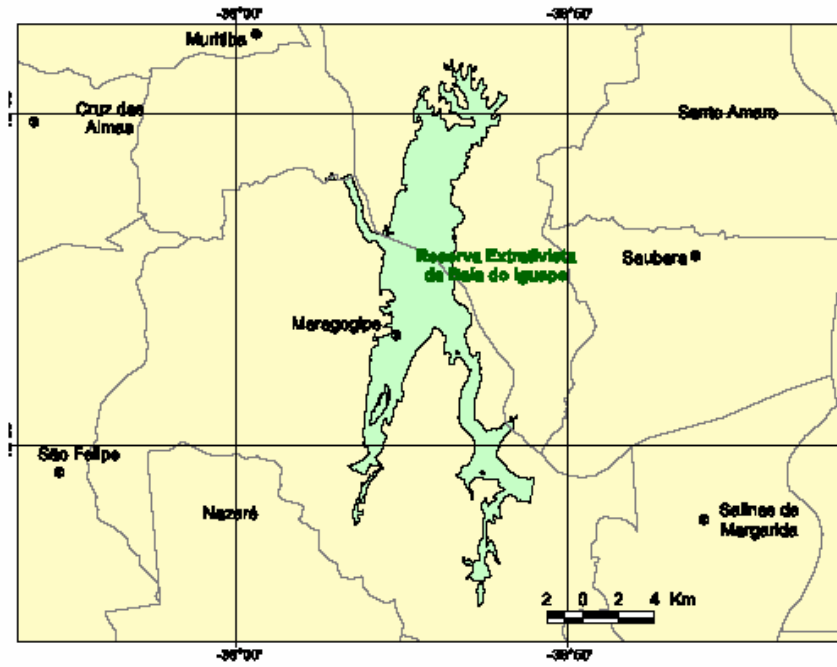
Na contínua construção do conhecimento geográfico que vem se (re)transformando e se (re)construindo, teórica e conceitualmente, a cada tempo e espaço de sua existência, as relações entre ser humano-natureza e sociedade-natureza comumente estão presentes. Os geógrafos percorreram e ainda percorrem caminhos

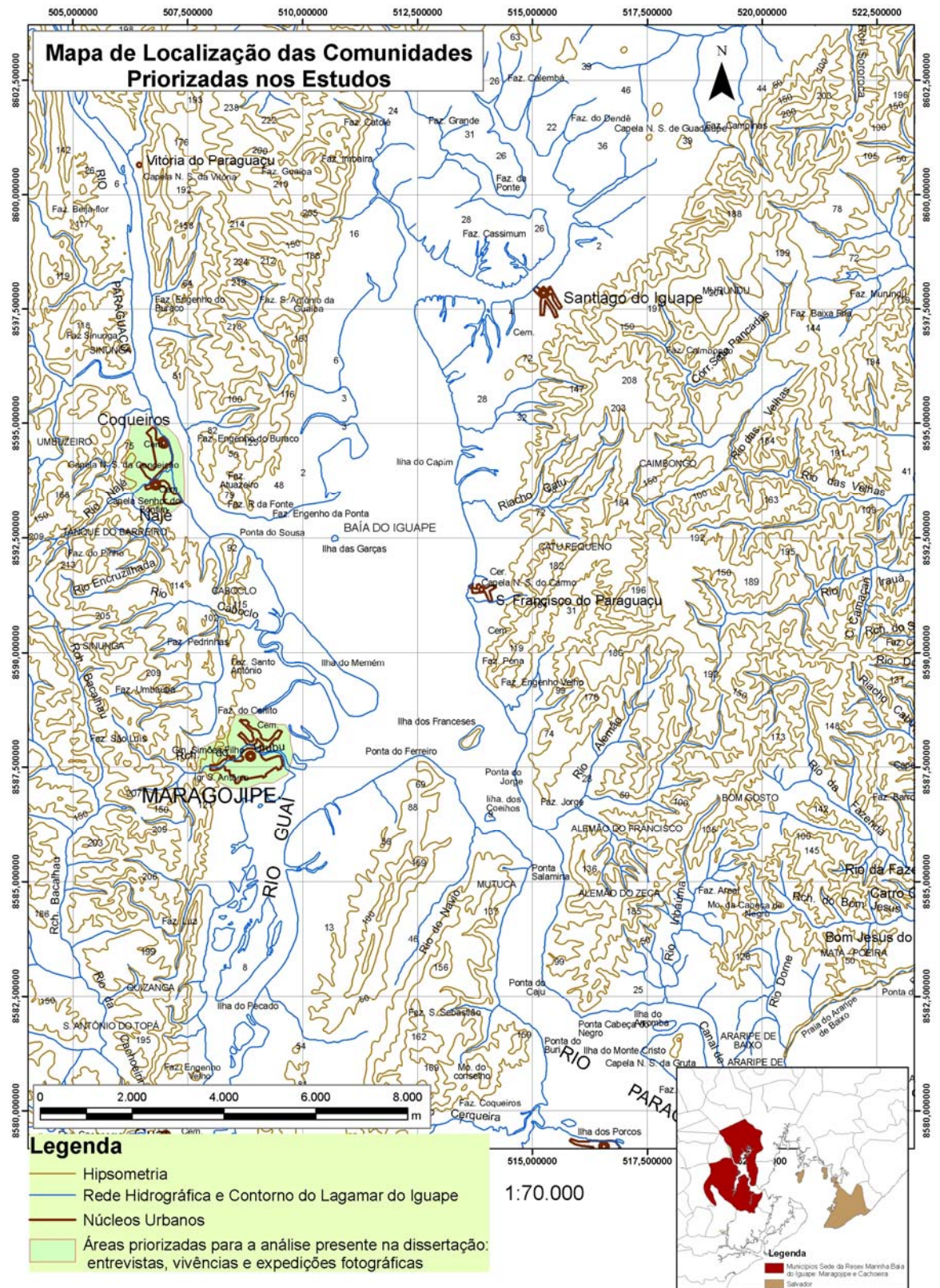
que perpassam pelas significações e intervenções dos seres humanos sobre o espaço

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS NO BRASIL
- Localização no Brasil -



Reserva Extrativista da Baía do Iguaçu





em que vivem, ambientes naturais, rurais e citadinos. Universos que se entrelaçam num jogo de trocas e relações que mantém o dinamismo do mundo.

A unidade explícita na palavra natureza traz implícito um conjunto de seres e indivíduos que se relacionam e se manifestam enquanto vida. A idéia de conjunto e unidade exprime a preocupação em estabelecer, no processo de planejamento, a relevância de todos os seres vivos dentro de uma área protegida pelas legislações ambientais. O que são as Unidades de Conservação? Espaços onde se busca com um estatuto próprio a preservação e/ou a conservação da natureza, elaborando estratégias das quais passam a considerar todo o patrimônio natural e cultural envolvidos neste processo. O sentido de preservação e conservação aqui adotado é o mesmo que na lei 9.985 o SNUC, que define respectivamente como sendo a proteção integral e a proteção com o uso social do patrimônio natural. Calvino, num trecho do seu livro *As cidades Invisíveis* (1990), exprime bem as idéias de reciprocidade, solidariedade, conjunto e unidade que observa-se na natureza,

Marco Pólo descreve uma ponte, pedra por pedra.
Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? Pergunta Kublain Khan.
A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco – mas pela curva do arco que estas formam.
Kublain Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Pólo responde:
Sem pedras o arco não existe. (CALVINO, 1990, P.79)

“A curva do arco” é a vida: sua existência não depende somente de um ser vivo, mas de todos convivendo juntos, formando o “arco”. Como na natureza, não se pode pensar que preservando uma única espécie, estar-se-á alcançando o todo. Nas Unidades de Conservação (UC’s), temos que trabalhar levando em conta o conjunto de seres que ali convivem, inclusive os seres humanos, num fluxo de energia e matéria, fazendo trocas essenciais para a estabilidade da vida nos ecossistemas em destaque. Como cita Calvino, todas as “pedras” desta “ponte” têm sua importância e devem ser sempre levadas em consideração. Para tanto, os saberes e os costumes tradicionais devem estar presentes no manejo das UC, pois, os saberes tradicionais comumente são construídos numa relação de troca com a natureza, permitindo um profundo

conhecimento sobre o ambiente que o cerca. Não participando do circuito do grande capital, as populações tradicionais agroextrativistas não criam grandes excedentes em seus processos de produção de bens e utensílios de trabalho e/ou extração de recursos naturais, sendo mais propícias à reprodução das espécies animais e vegetais.

As UC's são decididas em decretos com o aval de um laudo técnico e são tratadas como territórios que apresentam os limites como linhas, traçando uma poligonal que define a área de cada UC. Partindo do pressuposto que a palavra limite nos remete à divisão entre dois ou mais mundos ou ao impedimento para trânsito livre (HISSA, 2002), temos que pensar que na natureza o limite é um elemento intruso, inventado pela razão humana. A abstração necessita da idéia de fronteira ou zonas de transição, movimentando a reflexão sobre o contato e a integração (HISSA, 2002), da biodiversidade e da sociodiversidade. As UC's não podem ser vistas como um universo isolado, do mesmo modo que intervenções fora das UC's influenciam nos seus ecossistemas, atividades no interior das unidades podem estar afetando os demais ecossistemas da região. Por isso pensar em relação a uma UC exige transpor os limites do licenciamento ambiental da área protegida.

Previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as áreas de amortecimento, zonas de fronteiras no entorno das UC's, devem amenizar os eventuais problemas desta questão. O fato é que há diversos exemplos onde essa área de fronteira não é respeitada. A idéia não é transformar o Brasil numa imensa UC, mas ao pensar sobre o espaço, ter em mente as condições ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas da área, suas potencialidades e as possibilidades de ações e/ou intervenções nos limites do espaço dedicado à análise, sem desconsiderar que este limite foi criado pelo homem e não é natural; portanto, sempre haverá o contato, o encontro entre o espaço analisado e o mundo que o cerca. Para tanto, é necessário ter conhecimento sobre os tipos de atividades que acontecem para além das fronteiras da resex Baía do Iguape.

Outra questão que permeia as UC de uso sustentável se refere aos objetivos da resex: conservação da natureza com planejamento e gestão comunitários. O maior trabalho para garantir a conservação talvez seja a articulação, a união e a consolidação da organização social das populações envolvidas. Comumente são

pessoas sem experiência em atividades institucionalizadas que envolvem sociedade civil organizada. Todavia, por ser tratar de uma resex, criada a partir de uma demanda local, encontramos algumas associações de marisqueiras e pescadores, mas o desafio é a união entre essas associações em busca de um bem comum. O papel da universidade seria o de incentivar e dar suporte técnico e científico a esta organização, contribuindo com a população nos processos de construção e transformação, que passa pela educação ambiental, formal e não formal, defendida e estabelecida nas formas da lei 9.795/99. Busca-se alcançar as condições de suprir as necessidades e anseios da população da resex, sem fazer valer interesses exclusivos ao coletivo e ao local.

A necessidade de diálogo entre os saberes reflete aspectos da gestão e do planejamento de UC's de uso sustentável. Os grupos sociais tradicionais não devem mais ser tratados como objeto de estudo ou como riqueza folclórica, mas sim como sujeitos participantes e principais interessados nesta gestão. O conhecimento sobre o lugar em que vivem e a constante valorização deste conhecimento pela comunidade acadêmica podem e devem transformar o cenário das áreas protegidas no Brasil e o funcionamento interno das mesmas. Atribuindo ao uso e apropriação dos recursos naturais valores como a solidariedade, cumplicidade, coletividade e respeito. As principais questões que instigam esse projeto são: as unidades de conservação de uso sustentável são uma alternativa para o desenvolvimento humano-social e econômico de grupos sociais tradicionais? Quais os procedimentos necessários e como está sendo a construção desses procedimentos para a efetivação do planejamento e gestão da resex marinha Baía do Iguape?



Foto 1: Os lugares de sustento, manguezal e baía. Mario Alberto dos Santos



Foto 2: Mario Alberto dos Santos

O texto desta dissertação está dividido em seis capítulos, incluindo aí a introdução e os procedimentos metodológicos. No segundo capítulo denominado: *O TERRITÓRIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: discussões a cerca do modelo de preservação e conservação do patrimônio natural brasileiro*, faremos uma análise sobre a legislação ambiental e sua evolução, relacionando-a com o cenário político do país. Destacam-se as relações entre território e poder e os critérios para escolha da localização e tamanho das unidades de conservação no Brasil. No terceiro capítulo:

ECONOMICISMO E SUSTENTABILIDADE: falácias, armadilhas e contradições nos discursos e nas práticas desenvolvimentista, analisar-se-á o modelo de desenvolvimento (economicista e/ou sustentável) brasileiro e suas responsabilidades em relação à perpetuação da situação de injustiça social no país. No quarto capítulo: ESPAÇO, LUGAR E MUNDO VIVIDO: o possível diálogo entre a geografia científica e os saberes tradicionais, estar-se-á ressaltando a necessidade da abordagem humanística da geografia, analisando o espaço como nosso lugar de experiência e vivência, lugar das possibilidades de relação com o mundo e os saberes tradicionais enquanto domínios cognitivos legítimos e de substancial importância para se pensar no plano de manejo da resex. No quinto capítulo: SOBRE EDUCAÇÃO DIALÓGICA E PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO..., analisar-se-á as relações entre o tipo de planejamento e a educação formal e informal. O planejamento comunitário não é uma prática comum entre os seres humanos, a educação dialógica deve ser o instrumento de construção coletiva de estratégias de coexistência entre seres humanos e entre os seres humanos e o espaço. No sexto capítulo: A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA BAÍA DO IGUAPE, propõe-se um diálogo entre as possibilidades teóricas e epistemológicas analisadas nos capítulos anteriores e a realidade percebida e concebida em nossa área de estudo.

1.2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A foto é literalmente uma emanção do referente. De um corpo real que estava ali, são partes das radiações que vêm me tocar, eu que estou aqui; pouco importa a duração da transmissão; a foto do ser desaparecido vem me tocar como os raios atrasados de uma estrela.

Roland Barthes

Revisões bibliográficas e documentais: discussões para análise, entre os integrantes do projeto, de textos e artigos relacionados à temática do trabalho. E levantamento e análise da evolução na legislação ambiental brasileira.

Trabalhos de pré-campo: reconhecimento preliminar da área de estudo (município sede e demais “comunidades”) tomada de contato com o IBAMA e lideranças comunitárias como também a escolha das “comunidades” prioritárias para o projeto de dissertação.

Trabalhos de campo: aplicação de questionários, entrevistas e participação em pescarias e saídas para a “maré” para recolher dados e materiais e interagir com o cotidiano das pessoas envolvidas. A escolha das pessoas a serem entrevistadas acontece de forma aleatória com entrevistas estruturadas que incluem questões abertas, permitindo opiniões pessoais. As participações em pescarias e mariscagens visam entender e conhecer as práticas tradicionais de extrativismo e documentá-las com o ato fotográfico.

Processamento de dados: tabulação dos dados de campo; espacialização da pesca através do mapeamento dos locais de pesca indicados pelos pescadores; transcrição de entrevistas e seleção de fotografias a serem apresentadas.

Apresentação dos resultados da pesquisa às comunidades de estudo de modo a fornecer um retorno da pesquisa a quem contribui a ela, assim como para discutir esses resultados e fazer uma avaliação coletiva.

As revisões bibliográficas e documentais aconteceram meio a encontros entre os integrantes do projeto MARENA para discussões e análises de textos e artigos referentes ao tema do projeto. As participações em eventos como o I e II Seminários de estudos ambientais e ordenamento do território no Instituto de Geociências, da

Universidade Federal da Bahia (2005 e 2006) e os Seminários Gerais de Pesquisa (2005, 2006 e 2007) realizados no mesmo local, forneceram outras possibilidades de discussões e reflexões sobre o trabalho, apresentado-o a outros pesquisadores e participantes dos eventos.

No trabalho de pré-campo não realizamos entrevistas, pois, nosso interesse foi uma aproximação informal dialogando e conhecendo os moradores e suas atividades de pesca e mariscagem assim como a relação que a população estabelece com a colônia, instituição representativa da classe de pescadores. As visitas de pré-campo efetuadas em 2005 permitiram a equipe conhecer algumas lideranças comunitárias no decorrer de reuniões realizadas pelo IBAMA para a eleição dos delegados que compõem o conselho deliberativo da resex. Dentre elas, tivemos um contato privilegiado com um ex-presidente da colônia de pescadores, o Dilsinho, morador da sede municipal, que se tornou um facilitador da nossa integração progressiva no mundo da pesca. Nossa participação nessas reuniões e assembléias foi essencial para os primeiros contatos com lideranças locais. Facilitando a escolha de pessoas “chaves” para a realização das entrevistas.

Nos trabalhos de campo com as entrevistas e a documentação fotográfica, levantamos dados e informações suficientes que possibilitaram a construção de uma análise explicando os processos de construção de uma organização social, que deverá viabilizar a elaboração do plano de manejo comunitário. Permitiu interpretar a experiência humana do e no espaço que reflete valores e saberes individuais e coletivos.

Dentre as lideranças locais (delegados do conselho deliberativo, presidente e ex-presidente da colônia de pesca e membros de associações), as entrevistas também foram realizadas escolhendo pessoas de forma aleatória; nosso único critério estabelecia ser pescador e/ou marisqueira. Com isso conversamos com diversas pessoas. Algumas nunca tiveram contato com ações civis organizadas, portanto, pessoas que vivem dentro de uma Unidade de Conservação e não sabem (voltaremos a este fato no último capítulo). As saídas para a “maré” (expressão utilizada pelos moradores que significa ir pescar e mariscar) eram os momentos dedicados

exclusivamente a observação (documentação fotográfica) e a oralidade (conversas de pescadores e marisqueiras), nossa experiência íntima com o espaço analisado.

Existem diversas formas de abordagens e técnicas de pesquisa participante. Mas existem algumas premissas que regem esse tipo de pesquisa: reconhecer a existência, o valor e a legitimidade dos diferentes tipos de conhecimento; reconhecer que a informação e o conhecimento não estão livres de valores e que sua escolha confere poder a alguns e tira de outros (SEIXAS, 2001). A relação de confiança com a população local, construída através das entrevistas e participações em pescarias, deve levar em conta princípios que fortaleçam a autonomia das populações tradicionais, ou seja, deixar que elas façam; o pesquisador é somente um facilitador neste processo. Trata-se de ter consciência autocrítica e responsabilidade pessoal e o intuito de não agir como se fosse uma pessoa que detém maior conhecimento e, portanto deve ser ouvida e seguida em suas sugestões. Neste caso o conhecimento não se hierarquiza, o pesquisador possui um, a população tradicional outro, o importante aqui é o diálogo com equidade e respeito.

A pesquisa participante baseia-se na observação direta e na experiência pessoal, pois, muitas vezes a transmissão de saberes entre as populações tradicionais acontece com práticas e não com verbalizações, daí a essencialidade em estar participando de pescarias e saídas para o mangue. As expressões artísticas populares também são um viés para tentar entender mais sobre as relações sociais e humanas estabelecidas pela população tradicional em questão. Buscar as já existentes, e incentivar a criação de novas expressões artísticas, como poesia, desenhos, música e teatro, pode colaborar neste processo. O âmago da pesquisa participante é o mesmo do desenvolvimento aqui proposto, ou seja, a valorização das culturas tradicionais, a aceitação do outro na convivência e o fortalecimento das potencialidades locais.

Há três pontos nos procedimentos metodológicos que merecem destaque: a observação, a experiência e a oralidade. Caracterizando a pedagogia das populações tradicionais, que longe da educação formal das escolas, constroem profundas e detalhadas percepções e explicações da natureza que o cercam. Criando técnicas de manejo e extração de recursos que não ameaçam a continuidade da vida.

A observação, que consiste no olhar contemplativo e investigativo (HISSA, 2002), é o caminho para a leitura e a interpretação da linguagem imagética do espaço. A oralidade tem íntima ligação com a memória, portanto o tempo é essencial nesta relação. Os saberes tradicionais são construídos de gerações em gerações, a memória oral rica em experiências transmite e contribui na reprodução e no desenvolvimento desses saberes. Tanto na observação como na oralidade não podemos nos limitar a sua dimensão empírica, temos que nos remeter às condições de produção e aos sujeitos dessa produção.

O resultado dessa busca lúdica e criativa será representado e explicado por imagens fotográficas e palavras respectivamente. Como o ato fotográfico contempla também a observação, a experiência e a oralidade, determinando o golpe do corte, temporal e espacial, registrando a realidade percebida e experienciada. O golpe do corte é o momento que o fotógrafo “bate” a fotografia. Neste caso o tempo age de duas maneiras: primeiro, o *tempo* se refere ao tempo presente, o tempo da humanidade que caracteriza os gostos e os padrões estéticos e de relações sociais e políticas. E segundo, o *tempo* de exposição da película à luz que infiltra e grava suas marcas pelas lentes da máquina fotográfica. “*A foto aparece desta maneira, no sentido forte, como uma fatia, uma fatia única e singular de espaço-tempo, literalmente cortada ao vivo*” (DUBOIS, 2003, p.161). Neste sentido não podemos separar a fotografia do momento que a faz ser, ou seja, do ato fotográfico. Mergulha-se numa relação específica com os signos, o tempo, o espaço, o real, o sujeito, o ser e o fazer (DUBOIS, 2003), a riqueza da imagem fotográfica não está no produto final, mas sim no momento do ato, em outras palavras, “*a clivagem tradicional entre produto (a mensagem rematada) e o processo (o ato gerador que está se fazendo) aqui deixa de ser pertinente*” (DUBOIS, 2003, p.59). As distinções entre observação, oralidade e experiência acontecem apenas didaticamente, sendo necessário para explicar processos indissociáveis.

Nossa preocupação com a experiência humana no e do espaço e a utilização do ato fotográfico como instrumento de investigação significa dialogar com o universo dos saberes tradicionais. Pois, se os saberes tradicionais e o conhecimento científico são manifestações de nossas possibilidades e capacidades cognitivas, suas diferenças se referem aos critérios de aceitação, de investigação e de explicação.

Porém, enquanto interpretação e entendimento de nossa experiência individual e coletiva no e do espaço, os diversos “tipos” de conhecimento são similares. As explicações para serem aceitas devem estar num contexto que as aceite como tal, caso contrário, serão apenas mais um amontoado de palavras sem sentido algum. São os chamados critérios de aceitabilidade (MATURANA, 2001). Aprofundaremos este tema no capítulo 3.

Nossos procedimentos metodológicos não se constituem um modelo, são apenas escolhas que possibilitam o “encontro”, caminhos a seguir...

Como não pensar a ciência como a arte de combinar informações, a partir da definição de critérios e de trajetórias estratégicas e previamente definidas e, também, reorganizadas ao longo do percurso criativo? (...) modelos são apenas situações idealizadas que, muitas vezes, incompatibilizam-se com a realidade, sendo prisões inventadas para cercar realidades que nunca se submetem ao cárcere (HISSA, 2002, p.160-162).

As relações existentes entre os processos de construção dos saberes tradicionais e das ciências e o diálogo possível entre os dois “tipos” de conhecimento serão aprofundadas no capítulo 3, a seguir iremos fazer uma análise sobre a legislação ambiental e sua evolução, mostrando as sugestões, os princípios e as diretrizes das leis que garantem, incentivam e determinam o diálogo entre ciência e saber tradicional no manejo do patrimônio natural e cultural e seus eventuais recursos naturais.

2 – O TERRITÓRIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: discussões a cerca do modelo de preservação e conservação do patrimônio natural brasileiro

2.1 – Um histórico sobre a legislação: *do código florestal brasileiro (preservacionista), ao sistema nacional de unidades de conservação (conservacionista)*

Propõe-se fazer um histórico da legislação ambiental brasileira, analisando sua evolução e a crescente ampliação da preocupação para com o patrimônio natural e social do Brasil. As primeiras manifestações em defesa do ambiente natural se resumiam a idéias preservacionistas sem sugerir o uso social da natureza. Desde então a participação de movimentos sociais e da sociedade civil organizada foi se intensificando e conquistando direitos que hoje estão previstos em leis, tais como conservação da natureza com direitos de usos sociais e educação ambiental com manejo e gestão comunitários dos recursos. Partindo de um modelo que ignorava e, portanto, não aceitava a presença do ser humano em áreas protegidas, hoje a legislação ambiental defende princípios humanistas, holísticos e comunitários.

Até o ano de 1934, com a realização da primeira Conferência Nacional para a Proteção da Natureza, o poder público nacional não tinha demonstrado interesse em criar leis específicas para a questão ambiental. Neste mesmo ano nascem o primeiro Código de Caça e Pesca, o Código das Águas, o Código de Minas e o Código Florestal (CABRAL E SOUZA, 2002). A Constituição de 1937, que endossava a de 1934, especificava responsabilidades da União em proteger belezas naturais, monumentos históricos e artísticos, dando início à contínua construção da legislação ambiental brasileira. Porém, sem reivindicações ou movimentos sociais que demandassem transformações substanciais na legislação, os poderes legislativo e executivo brasileiros permaneceram inertes em relação à questão ambiental.

No ano de 1965, no governo de Castelo Branco, período de intensificação e afirmação de políticas desenvolvimentistas e ideologias mercadológicas de crescimento econômico no Brasil, ficou instituído o novo Código Florestal Brasileiro, lei 4.771, dividindo em dois grupos as áreas protegidas por lei: as áreas de proteção permanente (APP), locais como alto de montanhas, matas ciliares, nascentes de rios

que, devido à fragilidade e a relevância ecológica, são necessariamente locais de proteção perante a lei, e as áreas de reserva legal (ARL), porcentagens da área total de toda e qualquer propriedade rural destinada à proteção da biodiversidade. Em 1967 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado, ficando a seu cargo a administração das áreas protegidas no país. Em 1973, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), as funções foram divididas entre os dois órgãos. Até estes fatos, as mobilizações populares, principalmente em 1965, não motivaram o surgimento dessas leis e instituições ambientais. Mesmo estando nos textos da Constituição o significado de bem coletivo necessário ao bem estar da população, a valorização do patrimônio natural e cultural não interferia em decisões sobre as políticas nacionais de desenvolvimento, deixando claro que as leis apenas eram criadas a gosto de acordos políticos partidários e econômicos.

No final dos anos 60, começam a ganhar destaque no mundo ações e encontros que demandavam outras atitudes em relação ao modelo de desenvolvimento econômico e o uso dos recursos naturais e seus eventuais impactos sociais e ambientais. Novas questões e atitudes começavam a ser pensadas e praticadas quando em 1972 acontece em Estocolmo a primeira reunião mundial para tratar de questões ambientais. Este fato foi o primeiro grande evento que marcou a contínua e crescente preocupação da humanidade com os problemas que ela própria criou e vem criando.

Em 1979, dez anos antes da criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), ficou estabelecido o Plano Nacional de Sistema de Unidades de Conservação, que seria reavaliado dez anos mais tarde com a criação do IBAMA. Após este ano (1989), todas as responsabilidades administrativas, de fiscalização e de implantação das áreas protegidas, dentre outras atividades relacionadas aos usos dos recursos naturais, ficaram a cargo do IBAMA. Mudanças vêm sendo feitas e em muitos aspectos a legislação ambiental brasileira evoluiu e criou novos mecanismos e instrumentos de manejo. Com a sanção da lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, instituindo a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), o governo brasileiro deu passos importantes no que diz respeito às políticas nacionais de proteção do patrimônio natural. Nesse novo período, já haviam manifestações sendo feitas na região Norte com

os seringueiros recebendo apoio dos chamados “povos da floresta” e proclamando modificações substanciais nas leis ambientais brasileira.

A lei 6.938 de 1981 traz já logo no art.4º inciso I a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do ambiente e do equilíbrio ecológico. No art.9º fala-se dos instrumentos previstos para alcançar os objetivos da lei:

1 - qualidade ambiental, 2 - zoneamento ambiental, 3 - avaliação de impactos ambientais, 4 - licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, 5 - incentivos à produção e instalação de equipamento e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental, 6 - criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, pelo poder público federal, estadual e municipal, 7 - sistema nacional de informações sobre o meio ambiente, 8 - cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental, 9 - penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção de degradação ambiental. (IBAMA, 2000)

A simples criação desses instrumentos não garante a efetivação de seus propósitos. As leis por si só são insuficientes. As ações do poder público e da sociedade civil são fundamentais neste processo. Os avanços na legislação refletem outros avanços que não ficam tão evidentes no texto de cada lei. A participação das ciências nas reformulações legislativas é fundamental, as descobertas e as novas atitudes em relação às questões ambientais vêm ganhando espaço e destaque nas discussões em todos os ramos das ciências. Nos dias atuais, a preocupação com a questão ambiental ultrapassa os “limites” das ciências naturais; a multidisciplinaridade é comum entre alguns ramos do saber científico, mas ainda existe entre a comunidade acadêmica resistência em transpor as fronteiras dos saberes e dialogar todas as proposições explicativas possíveis. LEFF (2002) chama a atenção para a necessidade de articulação das ciências e para o diálogo de saberes, ou seja, o chamado saber tradicional deve ser levado em consideração no momento de elaboração e prática do manejo em áreas protegidas. Porém até o fim de 1980 as populações tradicionais do Brasil ficavam de fora da legislação ambiental, caracterizando o total descaso do poder público para com a diversidade cultural do país.

Um fato expressivo que acarretou avanços na legislação ambiental ocorreu no estado do Acre. O início do Movimento Nacional dos Seringueiros e a criação do Conselho Nacional de Seringueiros em 1985 tiveram na criação e no apoio às *reservas extrativistas* o seu objetivo principal. Mudava-se a representação dos seringueiros: de opositores aos índios, se integram com eles sob a denominação de povos da floresta, tentando implantar estratégias de luta por territórios. A expressão “povos da floresta” passa a considerar os seringueiros, através da luta por justiça social e direitos ambientais coletivos. A união dos diversos tipos de culturas tradicionais da região norte se fortaleceu e consolidou vitórias e avanços. Organizados, lutaram pela preservação de seu modo de vida, exigindo uma categoria de área protegida que garantisse o trabalho e a sobrevivência de populações que estabelecem uma relação de troca e cumplicidade com a floresta. A manutenção da floresta garante a manutenção de seu trabalho e conseqüentemente de seus valores e saberes construídos.

Depois de alguns anos de lutas, muitas mortes (Chico Mendes, símbolo desta luta, foi assassinado em 1988) e com o crescente apoio da sociedade civil organizada, foi criado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) um projeto de assentamento extrativista (também em 1988). Dois anos depois se transformaria na Reserva Extrativista Chico Mendes e passaria a compor o decreto 98.897 de janeiro de 1990 que criou essa categoria particular de área protegida. A Reserva Extrativista é definida a princípio como: “território destinado a exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas”. Depois do ano de 2000, todas as categorias de unidades de conservação são endossadas por uma única lei que estabelece os grupos e as categorias de áreas protegidas no país. Voltaremos a falar sobre esta lei mais adiante.

Outro fato que veio colaborar para a aceitação da permanência de grupos de populações que sobrevivem do extrativismo e às vezes da agricultura de subsistência em espaços destinados as unidades de conservação, foi a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) através da portaria nº22 de 10/02/1992. Com uma obra do acaso ou uma feliz coincidência, é construído neste mesmo ano (1992), logo após a Conferência das

Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro a chamada ECO-92, a Agenda 21, um programa de metas, planos e projetos direcionados à melhoria da qualidade de vida global com questões relativas à conservação e gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável. Com a intensificação da participação da sociedade civil organizada na defesa da natureza, da contemplação dos saberes tradicionais e dos sujeitos e processos que constroem e reconstróem tais saberes, a legislação ambiental começa a seguir princípios que têm na sustentabilidade a base para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

A partir da lei 9.795 de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Brasil passa a considerar a educação formal e não-formal essenciais para a conservação e preservação do patrimônio natural brasileiro. Aceitar a educação dita não-formal é aceitar as práticas cotidianas ditas tradicionais de manejo do ambiente, pois, os saberes tradicionais, na maioria das vezes, convivem com técnicas auto-sustentáveis de extração de recursos naturais renováveis. A necessidade de diálogo entre pesquisadores, populações tradicionais e poder público é prevista na legislação ambiental há pelo menos 15 anos. Precisamos intensificar a materialização dos possíveis resultados desse diálogo, espalhando “sementes” em todo o território nacional.

No art.4º, a lei 9.795/99 fala sobre os princípios da educação ambiental, evidenciando a necessidade de um enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, buscando a concepção do ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Tratar a preservação e conservação do ambiente dentro de um processo pedagógico fortalece a troca de experiências e saberes entre as pessoas, pois, como bem lembra Paulo Freire (2005, p.78) *“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*. E como a própria lei define educação ambiental como sendo processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação ambiental, temos na PNEA o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade cultural do Brasil.

A legislação ambiental brasileira dá margem para diversas interpretações, mas o fato é que nos dias atuais as categorias de unidades de conservação possuem estatutos que garantem as práticas sustentáveis vivenciadas por diversas populações tradicionais espalhadas pelo país. A partir do ano de 2000 com a criação da lei 9.985 que estabelece o SNUC, ficaram estabelecidos dois grupos de áreas protegidas subdivididas em algumas categorias de unidades de conservação: as de proteção integral e as de uso sustentável.

Tabela 1: categorias de unidades de conservação

Unidades de conservação de Proteção Integral – total:118	Unidades de conservação de Uso Sustentável – total:589
Estação Ecológica – 31 unidades	Área de Proteção Ambiental – 29 unidades
Reserva Biológica – 27 unidades	Área de Relevante Interesse Ecológico – 17 unidades
Parques Nacional – 58 unidades	Floresta Nacional – 70 unidades
Monumento Natural	Reserva Extrativista - 43 unidades
Refugio da Vida Silvestre - 2 unidades	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável – 1 unidade
	Reserva Particular do Patrimônio Natural – 429 unidades

Fonte: IBAMA

Com um total de 707 UC's ocupando 7,2% do território nacional, nossos ecossistemas e biomas crescentemente vêm sendo tratados em perspectivas conservacionistas e não mais preservacionistas. Ainda temos uma pequena porção do território ocupado por UC's; tanto de uso sustentável como de proteção integral, porém esses números aumentam todo ano. Há um número maior de UC's de uso sustentável isso evidencia uma tendência nacional em priorizar o uso social da natureza, fato este que ameniza os conflitos causados entre o modelo preservacionista de proteção da natureza e os grupos sociais tradicionais que vivem do extrativismo e/ou agricultura de subsistência. Com o decreto de criação do SNUC as possibilidades de incorporar o uso social da natureza ao processo de proteção da mesma tomam corpo e ganha espaço

no Brasil. No mapa 3: UC's federais existentes no Brasil (fonte: IBGE) temos a espacialização de todas as unidades federais, observa-se que apesar dos avanços há muito território passível de ser transformado em UC. No mapa 4: UC's do estado da Bahia (fonte: SRH/CRA/IBAMA), é reflexo do Brasil; um grande território ainda desprotegido e sendo ocupado sem critérios que atendam a conservação e a preservação dos recursos naturais.

Tabela 2: classificação por categoria de uso

Categoria	Tipo de uso	Área das UCs*	Área continental do Brasil **	%
ESTAÇÃO ECOLÓGICA	Proteção Integral	7.203.392,00	854.546.635,00	0,84
PARQUE NACIONAL	Proteção Integral	17.074.743,00	854.546.635,00	2,00
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE	Proteção Integral	128.521,00	854.546.635,00	0,02
RESERVA BIOLÓGICA	Proteção Integral	3.740.557,00	854.546.635,00	0,44
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Uso Sustentável	6.526.679,00	854.546.635,00	0,76
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	Uso Sustentável	32.574,00	854.546.635,00	0,00
FLORESTA NACIONAL	Uso Sustentável	19.190.166,00	854.546.635,00	2,25
RESERVA EXTRATIVISTA	Uso Sustentável	7.914.518,00	854.546.635,00	0,93
Totais		61.811.150,00		7,2

Fonte: IBAMA

No estado da Bahia temos uma grande maioria de UC's de uso sustentável reproduzindo o quadro nacional. Porém, há um número maior de APA's, (área de proteção ambiental) enquanto que no Brasil temos uma maior quantidade de RPPN's (reserva particular de patrimônio natural). Por ser uma área geralmente extensa e permitir a congruência entre terras públicas e privadas as APA's apresentam um modelo de gestão conflituoso. Os interesses de proprietários, muitas vezes não atendem aos interesses de uma UC de uso sustentável, sobretudo, por considerar a terra, principal objeto de interesse, bem coletivo e comum a todos, sendo antiético a autonomia individual na gestão e planejamento da mesma.

As resex's vêm ganhando expressão na Bahia. Temos 2 unidades criadas (baía do Iguape e Ponta do Corumbau) e mais duas em processo de criação (Canavieiras e baía de Camamu). O modelo proposto pelas resex's marinhas,

especificamente na Bahia, vem atender a demandas sociais que viabilizam uma melhor estruturação da pesca e da mariscagem artesanais no estado. Atividades amplamente praticadas, a pesca e a mariscagem, garantem a manutenção de saberes e modos de vida que valorizam o respeito e a cumplicidade com ambiente que o cerca.

As UC's de proteção integral foram os primeiros modelos de proteção da natureza no país. Esse modelo caracteriza-se por não permitir a permanência de grupos sociais tradicionais em seus perímetros, aceita-se somente as pesquisas científicas e em alguns casos o chamado turismo ecológico. A expropriação de populações tradicionais dessas áreas implica num desrespeito a sociodiversidade e a prejuízos a nossa riqueza cultural e genética. Ainda hoje pode-se observar áreas de proteção integral sendo criadas ocasionando em perdas para os saberes e os modos de vida que dependem do extrativismo e da agricultura de subsistência para existirem. Assim processos tradicionais de experiências no e do espaço são desconsiderados enquanto riqueza imaterial que pode colaborar com as intenções de proteção da natureza.

As mudanças ocorridas com as UC's de uso sustentável também reflete transformações no modelo de proteção de ecossistemas e biomas. Com a participação das populações humanas nesse processo, os resultados tendem a serem mais positivos, pois, quando considera-se a sociodiversidade numa relação de troca e de reciprocidades para com a biodiversidades tem-se novas possibilidades de tratar a proteção da natureza. A espécie humana não deve ser considerada sempre vilã nesse processo, experiências espalhadas pelo Brasil demonstram que muitas vezes o modo de vida mais contribui do que atrapalha a conservação de ecossistemas e biomas.

As diretrizes do SNUC colocadas no art. 5º incisos de I a XIII, assegura que as unidades de conservação devem ser representadas por amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio natural existente. Isso significa que os diversos grupos de populações tradicionais e os diferentes ecossistemas brasileiros têm assegurado nas leis sua relevância diante do todo que completa o Brasil em diversidade biológica e social. Mas ao colocar o termo “amostras significativas” a lei não decide nem o mínimo, nem o máximo de área protegida que

deve ter cada ecossistema brasileiro. Concorde-se aqui com essa decisão, pois, não se pode definir matematicamente o tamanho ideal de cada UC. Tem que se intensificar a criação de corredores ecológicos e zonas de amortecimento previstas pelo SNUC, expandindo as práticas conservacionistas para além dos limites das UC's.

O fato é que independentemente de ser ou não área protegida, a responsabilidade e as conseqüências devem ser sempre consideradas em ações e intervenções humanas no espaço. O SNUC também fala sobre a necessidade de adotar procedimentos que garantem o envolvimento da sociedade no estabelecimento e revisão da política nacional de unidades de conservação. Outro fator importante das diretrizes é o incentivo da sustentabilidade econômica e da autonomia administrativa e financeira das populações tradicionais nas unidades de conservação, fortalecendo outros modelos de desenvolvimento local social e econômico.

Tendo endossado o decreto 98.897 de 1990 que criou as reservas extrativistas, o SNUC (lei 9.985/00) tem no art.18º a nova definição de reserva extrativista:

É uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os modos de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

As discussões sobre modo de vida e populações tradicionais serão aprofundadas no próximo subcapítulo e no capítulo três deste trabalho, por enquanto continuaremos a discussão em torno das possibilidades da legislação ambiental.

Quando uma população passa a ser considerada "tradicional" e tem seu espaço e seus lugares transformados em Unidade de Conservação (UC), o direito de uso e apropriação lhe é concedido, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. No art.23 a lei 9.985 define que a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será concedido por contrato, em regulamentação específica para cada categoria de unidade, pois, cada qual possui estatuto próprio. Os processos de desapropriação

nunca acontecem facilmente; os problemas de distribuição de terra e violência no campo criam obstáculos dificultando a criação das UC no país. Com o estatuto há um amparo legal que dá mais garantia para o futuro, o que aumenta as chances das populações investirem no desenvolvimento social coletivo da resex.

O uso de uma resex é definido em seu plano de manejo que deve ser elaborado com a efetiva participação da população local, considerando os saberes tradicionais essenciais neste processo. O SNUC define o plano de manejo como um documento técnico que se fundamenta nos objetivos gerais de uma unidade de conservação e estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos. Portanto, a participação dos maiores interessados neste uso, as populações tradicionais, é essencial.

A legitimação e o reconhecimento dos saberes tradicionais que apresentam no trabalho sua fonte e base de construção podem fortalecer a auto-estima das populações tradicionais, que na maioria das vezes se vêem fora dos círculos de investimentos, públicos e privados, em melhorias na qualidade de vida urbana e rural. Podemos eleger o modo de vida simples, o trabalho artesanal e a vida fora dos grandes centros urbanos não mais como um folclore ou objeto de apreciação turística, mas sim como modos de vida que merecem e devem ser perpetuados em sua essência. Não sofrendo rupturas por influências externas que podem desvalorizar as íntimas ligações de solidariedade e respeito que essas populações têm com a natureza ao redor.

No art.2 do decreto de criação da resex marinha Baía do Iguape, ficou assegurado como objetivo principal da mesma a auto-sustentabilidade do extrativismo tradicionalmente realizado pela população local. As responsabilidades para que esse objetivo principal se materialize são compartilhadas pela população local, a sociedade civil e o poder público. O último, representado pelo IBAMA, deve acompanhar e colaborar neste processo. A capacitação técnica da população para o planejamento e a gestão da unidade deve ser feita pelo IBAMA com o apoio da sociedade civil organizada e da comunidade acadêmica. Os saberes que há anos vêm sendo construídos pela população da resex devem subsidiar e guiar todo o processo de construção do plano de uso da unidade.

O saber tradicional tem na observação da natureza e na oralidade sua base de construção, por isso dedicamos especial atenção a esses aspectos da construção de saberes. Como foi dito na apresentação dos procedimentos metodológicos, nossas estratégias também são guiadas pela observação e pela oralidade. Aceitar as características de construção do saber tradicional favorece o entendimento desse saber permitindo-nos transcender a descrição superficial das técnicas utilizadas. No caso deste trabalho, a arte da pesca e da mariscagem são as práticas que caracterizam as principais atividades das populações da unidade. A lei 9.795 de 1999 considera a sensibilização da coletividade e das populações tradicionais em relação à sua organização e participação na defesa da qualidade do ambiente, práticas e características da educação ambiental formal e não-formal.

A resex marinha Baía do Iguape teve seu decreto assinado no ano de 2000 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Todavia o processo de construção coletiva do plano de manejo da área, ainda no ano de 2007, existe somente no imaginário e no sonho de algumas pessoas. A organização e a cumplicidade entre os participantes não existem. Durante nosso convívio com a realidade da resex, observamos desesperança e otimismo ao mesmo tempo, mas a ação buscando um bem comum ainda tem pouca representatividade no cotidiano de pescadores e marisqueiras. Como um de nossos objetivos, a colaboração para a viabilização da construção do plano de manejo é prioridade na resex marinha baía do Iguape.

Em seguida, refletir-se-á sobre os conflitos intelectuais e de poder que ocorrem na criação e implantação das unidades de conservação, especialmente as de uso sustentável, objeto de reflexão e interesse deste trabalho. Analisar as relações de poder no uso e ocupação do território das UC's, buscando entender os conflitos e as alternativas que o SNUC e a PNEA nos colocam diante dos problemas enfrentados no manejo dos recursos naturais.

2.2 – No território das unidades de conservação: alternativas, caminhos e conflitos no manejo do patrimônio natural

Ouvi-me

*Por que este não é o momento da mentira.
O grande espírito nos criou e nos deu esta
terra para vivermos... Éramos livres como o
vento e não obedecíamos ao mando de
outros homens... Ninguém nos dizia: a
minha casa chega até esta linha e do outro
lado é a tua. Depois vieram os homens
brancos...*

*Fragmento do lamento de um
velho índio estadunidense.*

A materialização do modelo proposto pelo SNUC de aliar desenvolvimento econômico-social com a conservação da natureza pelo enfoque da sustentabilidade ainda está longe de acontecer em todo o espaço nacional. O universo social do Brasil, que convive numa trama de interesses e conflitos de poder onde nem sempre o bem comum se faz presente gera implicações que impedem a total transformação no significado, uso e manejo do patrimônio natural brasileiro. A legislação ambiental não se resume às Unidades de Conservação. Existem regras e critérios, constitucionais e de direito civil público, em relação ao ambiente natural que toda materialização de relações sociais, políticas e de trabalho deve cumprir.

O desafio para o Brasil é fazer do bem-estar do seu patrimônio natural e da valoração da diversidade cultural o motor do desenvolvimento, incorporando modelos que não fiquem atrelados ao universo mercadológico valorizando e enriquecendo nosso capital humano e social. Analisar-se-á neste subcapítulo as relações entre poder e território na criação e gestão das UC's, buscando entender os conflitos e os benefícios que a criação, implantação e implementação das unidades de conservação podem acarretar. As questões do território e do poder estão intimamente ligadas à criação e gestão das UC's no Brasil. As UC's trazem a idéia de "ilhas" protegidas, pois, dividimos a natureza em territórios e aprisionamos, sob o julgo de um estatuto, os recursos naturais e às vezes as pessoas que compõem o patrimônio natural e cultural protegidos.

O conceito de poder aqui utilizado remete a um fenômeno de ação que está presente no coletivo; o poder não se refere ao indivíduo. Não é reduzido à ação do capital sobre o território e tão pouco se define na violência e coerção desse mesmo capital. O poder é “a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos” (POULANTZAS, 1977, p.100). Ao contrário do autor citado, privilegia-se neste trabalho o termo grupo social. Evitando o reducionismo da noção de “lutas de classes”, ou seja, somente o lado econômico das relações sociais. O válido para nós em Poulantzas está no fato de considerar o poder um fenômeno que emana do coletivo, deslegitimando o falso poder do capital, mais ligado à violência e à coerção do que à ação coletiva consciente em prol de objetivos também coletivos. Para ARENDT (1994) o poder emerge da relação de consenso entre os agentes sociais e por isso não podemos relacionar poder com violência. O poder não precisa de justificação; uma vez que ele é próprio das relações sociais; enquanto a violência necessita de uma justificação quase sempre falaciosa.

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas pra agir em concerto. O poder nunca é de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. (ARENDT, 1994, p.36)

Poulantzas também chama a atenção quanto à organização de tal “grupo social” em busca de seus interesses. No caso das populações tradicionais do Brasil, a organização e a cooperação entre todos tornam possíveis vitórias e conquistas ao longo de trajetórias trilhadas. O poder que emana do coletivo não é um poder excludente, pois sua efetivação depende da capacidade de outros grupos também se satisfazerem. Aqui pode-se dialogar com FREIRE (2005) e a “*pedagogia do oprimido*” e com ACSELRAD (2005) e suas discussões sobre cidadania. Todos concordam que, ao satisfazermos nossas necessidades coletivas biológicas e sociais, não se pode privar outrém de satisfazerem as suas. Nossa liberdade acaba quando acaba a do outro. Apesar da situação de miserabilidade material de muitos grupos sociais tradicionais, a união e os interesses comuns fizeram brotar um poder que hoje goza de conquistas em relação ao manejo do patrimônio natural e a manutenção e valoração de modos de vida tradicionais. O exemplo máximo dessas conquistas é o SNUC instrumento legal e legítimo que transformou a legislação ambiental no Brasil.

As relações de poder contidas no território das UC's de uso sustentável estão calcadas na necessidade do pensar e agir coletivos, características dos manejos comunitários necessários à efetivação das unidades. A consolidação do uso social da natureza e o reconhecimento da legitimidade dos diversos grupos sociais no Brasil têm no SNUC e na PNEA seus instrumentos legais de atuação. Tais instrumentos só foram instituídos depois de muita pressão por parte de populações tradicionais e da sociedade civil organizada na região Norte (cap.1) através da união e coletividade em torno de um bem comum. É desse poder que ARENDT (1994) fala e é com esse poder que o território das UC's se relacionam. Qualquer ação contrária é violência de forças opositoras aos princípios do SNUC e da PNEA.

O sentido dado ao termo território trazido por Brito (2004) em sua tese de doutorado tem íntima relação com o espaço das UC's de uso sustentável. "*A relação de poder é essencial para o conceito de território*" (BRITO, 2004, p.20). Sendo necessário o consenso e nunca a submissão entre os agentes sociais envolvidos em dada relação social (ARENDT, 1994), os territórios exprimem,

...estratégias para o desenvolvimento de algum tipo de interesse dos agentes sociais envolvidos. Da mesma maneira o termo território não significa ser propriedade dos agentes sociais, porque exprime apenas uma relação política e não patrimonial. (BRITO, 2004, p.19)

No caso das resex's marinhas esse significado é essencial e reflete os princípios e diretrizes das Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Admitindo o papel de liderança no planejamento e na gestão, por parte das populações tradicionais, não podemos descartar assimetrias nas relações sociais de uma UC, pois outros agentes sociais também participam do processo administrativo, tais como: Organizações não governamentais (ONGs), IBAMA e eventuais pessoas jurídicas. Porém, tenta-se excluir qualquer relação vertical de comando/obediência, antagônicas ao conceito de território (BRITO, 2004)

Neste sentido, os territórios são reproduzidos segundo um processo de cooperação (...) entretanto, cada um dos agentes envolvidos exerce também seus respectivos direitos e almeja suas ambições, do contrário não existe consenso, mas sim a coação, dominação, controle... (BRITO, 2004, p.21)

Projetadas numa dada porção do espaço, as resex's quando efetivadas de fato se tornam territórios. O território aqui considerado é um fenômeno ligado à ação coletiva. Admite-se a influência do substrato material, no entanto, sua materialidade e materialização têm as bases no agir coletivo e consensual. Neste sentido a contribuição de Brito (2004) é essencial para fortalecer a legitimidade das Unidades de Conservação de Uso Sustentável enquanto territórios. Ela contribui para a construção coletiva da autonomia das populações tradicionais, principais agentes sociais do modelo proposto de conservação, planejamento e gestão dos patrimônios natural e cultural pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação e pela Política Nacional de Educação Ambiental.

Nas UC de uso sustentável, as pessoas que moram em seus limites ganham direitos e deveres distintos dos do mundo "externo". No planejamento e na gestão, a coletividade e o respeito à diversidade cultural são princípios básicos do SNUC. Mas a grande maioria da população, que não se enquadra no perfil de populações tradicionais, exerce grande influência, muitas vezes inconscientemente, na criação e na garantia de cumprimento dos objetivos gerais das Unidades de Conservação no Brasil. Deixando de lado o modismo espalhado pelo chamado turismo ecológico e rural, nossa sociedade não vê grande ganho protegendo modos de vida que são comumente julgados de primitivos e "atrasados" ou ainda considerados "freios" ao desenvolvimento econômico do país. O valor atribuído às áreas e aos modos de vida "protegidos" no país deve transcender a superficialidade das contemplações e opiniões dos "turistas" e começar a ser a fonte geradora do desenvolvimento humano, social e econômico das populações tradicionais no Brasil.

A contemplação dos direitos ambientais coletivos está relacionada aos princípios da democracia. Constitucionalmente é garantida a qualidade do ambiente como essencial para a qualidade da vida humana. Mas no Brasil não vivemos uma democracia plena e diversos direitos coletivos se restringem a privilégios de pequenos grupos. A meritocracia, comum na democracia brasileira, sugere um sentido de igualdade relacionado com o número de oportunidades e o sucesso dos méritos pessoais e nunca coletivos, ofuscando as mazelas essenciais do modelo neoliberal onde muitos precisam descer para que poucos consigam subir (GUIDENS, 2001).

Com práticas meritocráticas, a sociedade cria os capazes e os incapazes que muitas vezes vêem sua situação de miserabilidade como correta e justificada pela sua falta de capacidade. “*É difícil imaginar algo mais deprimente*” (GUIDENS, 2001, p.112). A exclusão e a inclusão não servem simplesmente para designar níveis de desigualdades, mas também para indicar quem está fora e quem participa ativamente do fluxo social prevalecente. Os poderes públicos e privados que têm condições de interferências substanciais na política nacional de desenvolvimento e nas decisões que acentuam ou minimizam a triste situação da “democracia” brasileira, preferem conduzir as políticas nacionais de acordo com os interesses das elites econômicas nacionais. Os mesmos necessitam das riquezas naturais, humana e social do Brasil, para acumularem capital em favor do aumento e da afirmação de suas hegemonias.

As populações tradicionais, na sua maioria, são compostas de pessoas que não participam desse fluxo social prevalecente. Se a democracia é apenas discurso, ao se criar uma UC de uso sustentável, a efetivação de sua gestão e de seu planejamento ficam ameaçados. Se a sociedade não reconhece a autenticidade dos saberes das populações tradicionais e os processos de construção desses saberes, a busca pela autonomia administrativa e financeira sofre maiores ameaças de insucesso. Ora, que vantagem vê o Estado e o capital privado em realizar investimentos em modos de vida “primitivos” que não consomem a alta tecnologia atrelada ao modelo de vida desejado e idolatrado nos centros urbanos? Felizmente o mundo não se resume ao economicismo e tal regra não se aplica em todo território e muito menos em todos os corações brasileiros. Há *resex's* no Pará, no Sul da Bahia e em Santa Catarina em que o manejo comunitário está presente e definido no plano de uso das áreas (IBAMA, 2006), comprovando a eficiência e a essencialidade dos saberes tradicionais no que tange à gestão e ao planejamento do uso do patrimônio natural. Ele legitima o poder coletivo de grupos sociais organizados, em torno de reivindicações e melhorias na vida cotidiana.

Na análise sobre o sentido da democracia acreditamos que não deve ser tratada como a ditadura da maioria; “*a democracia não tem verdade*” (MORIN, 2001, p.32). A democracia tem que garantir o respeito às minorias, no caso deste trabalho às

populações tradicionais e seus saberes e modos de vida. Da mesma maneira que nas ciências há o respeito entre as teorias que se contrapõem, na democracia deve acontecer o mesmo: o respeito às verdades que se opõem, pois, a aceitação das verdades varia com o tempo. Mas o fato é que deve-se proteger e cultivar a diversidade; ela nutre e enriquece a vida.

A democracia desejada tem por princípios a equidade e a valoração da diversidade cultural, características também do conceito de sustentabilidade seguido neste trabalho. Não se reduz a sustentabilidade “(...) a uma medida de massa e energia nem a um cálculo quantitativo de valor-trabalho. O desenvolvimento sustentável encontra suas raízes nas condições de diversidade ecológica e cultural” (LEFF, 2001, p.76). Em reflexões e análises sobre a questão ambiental, podemos concluir que a defesa da biodiversidade passa pela defesa da sociodiversidade. Numa relação de troca a “*sociodiversity produces biodiversity*” (NEVES, 1995, p.93). A Amazônia brasileira serve de exemplo. Num mesmo ecossistema rico em diversidade biológica, ocorrem de diversas formas de ocupação e significação do ambiente natural. Populações ribeirinhas, tribos indígenas e outros povos silvícolas se diferem em hábitos e crenças, fazendo da região da floresta amazônica o lugar de maior sociodiversidade do Brasil. Em outra escala, observa-se essa relação na resex baía do Iguape, pois, nos sistemas de pesca (embarcação, apetrechos, tipo de captura e técnica) praticados na unidade, há variações entre as espécies capturadas, as artes de pesca e mariscagem praticadas, assim como a localização dos chamados “pesqueiros”, amenizando a concentração espacial das capturas.

As grandes áreas naturais sem substanciais interferências humanas principalmente em ambientes de cerrado, caatinga e floresta amazônica sob a custódia da União ou habitadas por populações tradicionais, muitas vezes são invadidas pelo capital agrícola sob a justificativa de serem terras “improdutivas”. Enquanto o ambiente é considerado um bem coletivo e sua qualidade e bem-estar direito e dever de toda sociedade civil, o capital privado, muitas vezes sob o amparo do legislativo e do judiciário, ignora tal fato e sugere que a floresta “saudável” não rende divisas para o país. Essa suposta falta de vantagem econômica serve de justificativa à prioridade dada à ocupação de extensas áreas para o plantio de grãos para exportação ajudando no

equilíbrio da balança comercial do país. *“Toda ação que compromete as condições ambientais de existência e trabalho das populações atenta contra direitos ambientais de indivíduos e coletividades”* (ACSELRAD, 2005, p.4).

Numa democracia plena esses direitos não devem ser privados por motivo algum, pois, se alguém é privado de gozar de seus direitos enquanto cidadão, então alimentamos a injustiça e as mazelas que impedem também a existência de sociedades ambiental, social e economicamente sustentáveis. Temos como exemplo a má distribuição de renda, os privilégios de classes e a ausência ou escassez, para uma substancial parcela da sociedade, de serviços básicos como educação, lazer, habitação, saneamento, saúde, transporte.

A nossa democracia criou uma relação entre oprimidos e opressores, em que as populações tradicionais se enquadram como oprimidos. A dramaticidade do momento atual faz com que os seres humanos reajam, propondo a si mesmo como problema (FREIRE, 2005). A urgência na necessidade de mudanças de atitudes está cada vez mais latente e isso se faz através do exercício da cidadania e da democracia. O poder não deve ser mais atribuído ao privilégio pessoal; as diferenças entre as populações não podem mais se desenrolar em desigualdades de oportunidades, direitos, deveres e autonomia. A defesa de leis e discursos da equidade de valores e necessidades e da diversidade cultural deve ser seguida de ações e intervenções reais.

Os que oprimem em razão da sua coação e violência não podem libertar os oprimidos e a si mesmo, pois, nesta relação a permanência da injustiça é fonte geradora. *“Por isto, é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa”* (FREIRE, 2005, p.33). Esse conflito necessário à manutenção de relações opressoras inventa o individualismo em nossa sociedade degradando as solidariedades pessoais, *“(...) o encolhimento da porção de atividade gratuita, feita por prazer ou para prestar um serviço, favorece o egocentrismo e o interesse pessoal”* (MORIN, 2001, p.35). Nessa relação de oprimidos e opressores, que cria grupos de pessoas vivendo em total miserabilidade material e de serviços, surge a necessidade de políticas assistencialistas e compensatórias, sugerindo a “bondade” do poder público e suas políticas sociais e de desenvolvimento, incentivando,

com a diminuição da carga tributária e incentivos fiscais, a solidariedade das grandes empresas também.

No processo histórico de criação das UC's, esses conflitos e prioridades do poder implicam em insuficiências na concretização dos objetivos de conservação e preservação da natureza, prevalecendo interesses políticos partidários no momento de estabelecer a categoria, a localização e o tamanho da área de cada unidade. Devemos sim seguir critérios para criação de UC's, mas esses critérios não devem ser fixos ou ideais, e sim atender a questões culturais, ambientais, sociais e econômicas de cada lugar. Como o próprio SNUC diz, a área de cada UC deve garantir a conservação de porções substanciais de cada ecossistema, priorizando as condições de continuidade da diversidade social e biológica do Brasil.

No Brasil há diversos exemplos de UC's que acarretaram em sérios prejuízos ao patrimônio cultural do país. Geralmente os Parques Nacionais, por serem áreas de proteção integral, acabam por expulsar populações que poderiam manter seus modos de vida. Poderia-se eventualmente fazer algumas modificações em atividades consideradas prejudiciais ou ineficientes para o desenvolvimento social da área, colaborando e praticando o manejo e a proteção dos recursos do patrimônio natural.

Diversos autores refletem sobre a necessidade de adoção de critérios e condicionantes para o estabelecimento dos limites das áreas protegidas. Mas o Brasil não possui sistematização na criação dessas áreas. Enquanto o SNUC estabelece no art.22 §2 que *“a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade”*. A importância da população local e da consulta pública aparece diversas vezes no texto do SNUC.

O Estado brasileiro tem no conhecimento científico sua base e suas justificativas de ações e intervenções. A condição de incontestabilidade das “verdades científicas” garantida pela precisão e rigor entendido, viabilizada e aceita pelos métodos científicos, retira de qualquer outro saber sua validade e importância. Tratando os saberes tradicionais como objeto de estudo das etnociências ou folclore nacional para a indústria do turismo.

Nos dias atuais observa-se outras utilidades para o saber tradicional. As indústrias farmacêutica e de cosméticos apropriam-se do saber tradicional sobre as plantas e seus usos medicinais, “encurtando” o caminho para se descobrir uma nova substância para algum produto de interesse. Não remete os lucros às populações tradicionais ou remetem sem preocuparem-se em não desestabilizar as sociedades, reduzindo seus saberes a meros objetos de estudo e facilitadores de grandes investimentos empresariais.

Mesmo nos dias atuais, com leis como o SNUC e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), ainda observa-se resistências por parte dos programas de governo quanto a práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais. Populações ribeirinhas, pescadores artesanais, marisqueiros, pequenos agricultores do cerrado e da caatinga, povos agroextrativistas da floresta amazônica, enfim, inúmeras populações que podem ser consideradas tradicionais e que compõem uma minoria da população são prejudicadas por políticas que privilegiam as culturas citadinas e os saberes construídos somente nas universidades.

Os espaços naturais habitados por populações que, através do trabalho, das crenças e dos valores, estabelecem relações de cumplicidade, solidariedade e respeito com o ambiente que os cerca, quando transformados em territórios (UC's), podem se transformar em palco e objeto de diversos conflitos. Pois, se o *“território é o espaço ao qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo”* (CASTRO, 1997, 166), ao se criar uma UC de proteção integral, elimina-se a possibilidade de um manejo comunitário e um uso social dos recursos naturais. Isso é um grande motivo para dar prioridade às UC's de uso sustentável, pois, considerando uma população tradicional e criando uma UC no espaço que ela habita, a garantia de uso e apropriação sustentável dos recursos naturais fica assegurada pela legislação.

As UC's de uso sustentável que vieram garantir e proteger saberes tradicionais devem também garantir a proteção do sistema de produção desses saberes (CASTRO, 1997), confirmando a necessidade da auto-gestão e da autonomia financeira das populações que habitam essas UC's. Enquanto as populações tradicionais ficarem presas ao julgo do poder executivo e à boa vontade da sociedade civil organizada, a

plenitude dos direitos e deveres dessas populações estará mergulhada nas tramas do poder público e na sua relação com o capital privado.

O romantismo possível ao se falar dos povos tradicionais pode ofuscar características nada sustentáveis de manejo do ambiente. Por diversos fatores, tanto endógenos como exógenos, populações tradicionais também são passíveis de exercer práticas e atividades que prejudicam o ambiente. Na resex Baía do Iguape, a pesca com redes grandes e de malha fina é muito praticada. Através de observações nos trabalhos de campo, conclui-se que a malha fina, por arrastar todos os exemplares da fauna e flora da baía sem utilidade econômica nem alimentícia, implica numa mortandade desnecessária e cotidiana de espécies, podendo estar prejudicando o ecossistema local. Esse fato é confirmado pelos próprios pescadores.

Porém, essas eventuais particularidades locais, aliadas à pressão do mercado, não devem servir de justificativa para abstrair os saberes tradicionais do manejo do ambiente. O conhecimento científico não deve subestimar o erro. Negar o erro é negar a si mesmo, pois a prática científica é feita por seres humanos que são passíveis de erros. A ciência não é uma instituição autônoma, que independe dos seres humanos para existir, portanto, as transformações e rupturas epistemológicas são motivadas pelas transformações nas relações e nos significados que os seres humanos, coletivamente, criam e recriam com o espaço vivido e imaginário. O mecanicismo e o pragmatismo das práticas científicas dos seres humanos sugerem a possibilidade de domínio da natureza e a reversibilidade de todo e qualquer prejuízo ou desastre ecológico e social. Essa falaciosa ideologia observada no discurso científico evidencia a pretensão e o egoísmo humano, enfraquecendo a inevitável relevância da diversidade biológica e da essencialidade dos saberes tradicionais imprescindíveis à continuidade da vida.

O alerta de MORIN (2001) sobre a necessidade de re-ligar as ciências e os cidadãos está cada vez mais urgente. *“Em nossa época, o dinheiro intervém cada vez mais na ciência”* (MORIN, 2001, p.35). Esse distanciamento das universidades em relação à sociedade pode estar eliminando a responsabilidade científica de males do mundo moderno. Muito ligadas à empresa e ao Estado, as ciências privam os cidadãos de vivenciar e compartilhar o conhecimento e suas competências. Somente a

solidariedade de ambas as partes, ciências e cidadãos, podem modificar tal quadro. *“A fraternidade deve ser vivida. É uma necessidade fundamental. A solidariedade é aquilo que religa”* (MORIN, 2001, p.48). As hierarquias e os privilégios pessoais fazem da democracia brasileira um grande campeonato que as empresas e o poder público incentivam e financiam, dando “prêmios” a poucos a partir do esforço de muitos.

Numa sociedade dividida em classes, o sentido de viver em “comunidade” passa a ser apenas um ideal de vida ou alguma coisa que foi possível num passado longínquo. Devemos resgatar o sentido de comunidade, que sugere algo em comum; o aspecto comunitário implica na coletividade e num sentimento de pertencimento a algo que nos une (MORIN, 2001). Essa busca não deve se limitar às UC de uso sustentável. No caso da resex em estudo, o sentimento que deve unir as pessoas é o pertencer a um determinado lugar, de ser morador da baía do Iguape. Antes de ser uma Unidade de Conservação (um território federal), a Baía do Iguape é o habitat (lugar e mundo vivido) de milhares de seres da espécie humana que fazem da arte da pesca e da mariscagem seu trabalho. *“É a solidariedade que permite que a liberdade não seja criminosa, que cada um não se entregue livremente à agressão, à dominação do outro”* (MORIN, 2001, p.50).

A partir da criação da resex, as pessoas que ali vivem passaram a ter direitos e deveres em relação ao uso da área e ao aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. O direito de uso do território concedido às populações tradicionais da área implica numa gestão e num planejamento comunitário elaborado e efetivado com ampla participação dos envolvidos. O manejo deve ser uma construção interna com a possibilidade da colaboração de universidades, da sociedade civil organizada e do IBAMA, mas a auto-gestão com o objetivo da autonomia financeira deve ser priorizada. Outro direito que está em jogo é a manutenção e reconhecimento dos saberes tradicionais, que implica na noção de propriedade intelectual coletiva. *“Trata-se de um campo novo do direito, que deve regular os direitos dessas populações a manter seus sistemas de conhecimento não redutíveis ao sistema tecnocientífico”*. (CASTRO, 1997, p.174). Deve-se transcender as teorias descritivas e interpretativas de culturas tradicionais e do mesmo modo que a leitura de livros e textos para conhecer e entender alguma coisa ou algum fenômeno, deve-se também aprender a ouvir, a aceitar e

entender os saberes tradicionais e utilizá-los como subsídios para a eterna aventura das ciências pelo desconhecido.

As populações tradicionais surgem como capital humano que deve ser aproveitado como capital social para o desenvolvimento do país. Não podemos confiar somente na legislação. O capital social, que consiste nos níveis de organização e cooperação do capital humano (TRUSEN, 2002), aparece como essencial para a contemplação da conservação da natureza. Falar de desenvolvimento, significa ir além do crescimento econômico e incentivar e possibilitar o crescimento do capital humano, ou seja, a contínua capacitação profissional e intelectual das pessoas. Assim interfere-se diretamente no crescimento e fortalecimento do capital social. *“O desenvolvimento requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mutua e organização”* (TRUSEN, 2002, p. 19). O capital social se torna então o principal eixo de todas as formas possíveis do manejo comunitário dos recursos naturais.

A motivação do desenvolvimento não pode ser exclusivamente o acúmulo de riqueza e capital. Outros pontos deveriam ser pensados e levados em consideração nas políticas de desenvolvimento social e conservação ambiental propostas pelo poder público. Ainda hoje, as razões que mais motivam a defesa da natureza estão pautadas em lógicas econômicas e políticas partidárias. A vida ainda não é o principal motivo da necessidade de transformações no modelo desenvolvimentista; o enriquecimento econômico do país ainda guia as ações do governo. Ainda que haja no discurso preocupação com o social e o ecológico, não observamos tais transformações em ações reais do Estado, ficando somente no campo do discurso político partidário as preocupações e possíveis mudanças no quadro social e ecológico do Brasil.

A participação dos saberes tradicionais e a valoração de culturas tradicionais podem e devem ajudar nas mudanças necessárias ao modelo de desenvolvimento social e econômico brasileiro. O sentido aqui não é depositar a salvação nos saberes tradicionais e tão pouco considerar que todos devem viver dentro das culturas tradicionais e em unidades de conservação. Mas a transformação nos significados de desenvolvimento social e econômico, criação, gestão e planejamento de áreas protegidas, acarretaria em mudanças substanciais dentro das cidades também.

Pois, se considera que há ligação entre todos os espaços que possuem vida, os benefícios do manejo comunitário e da autonomia financeira e administrativa das UC no Brasil não devem se limitar ao universo das populações tradicionais e das outras espécies da fauna e flora que compõem o ecossistema protegido. A distribuição dos benefícios deve ser feita em todo o território nacional.

No próximo capítulo, iremos fazer uma análise sobre o modelo desenvolvimentista brasileiro e seu discurso. Atribuiremos aos novos tempos ideologias ligadas à sustentabilidade do desenvolvimento e tentaremos evidenciar as contradições e as armadilhas que o discurso hegemônico mascara dentro de um sistema de idéias que privilegia o crescimento econômico antes de qualquer outra variável.

3 – ECONOMICISMO E SUSTENTABILIDADE: falácias, armadilhas e contradições nos discursos e nas práticas hegemônicas

Despertos, eles dormem.

Heráclito

Os princípios da legislação ambiental e da constituição brasileiras seguem caminhos distintos dos princípios desenvolvimentistas. Mesmo havendo um longo processo de transformações nas leis, e algumas modificações no discurso desenvolvimentista, observam-se descompassos entre o desenvolvimento econômico e tecnológico e a efetivação da justiça social. Um exemplo muito comum nos dias atuais é mascarar as reais intenções do capital privado com o *slogan* “desenvolvimento sustentável”, o equilíbrio encontrado por algumas empresas entre sustentabilidade e crescimento econômico.

Não pretendo aqui fazer um relato da evolução histórica do desenvolvimento brasileiro, mas sim analisar aspectos desse desenvolvimento que, enquanto discurso e ações do Estado e do capital privado, influenciam e determinam relações sociais e políticas em nossa sociedade. E que, conseqüentemente tem suas influências na criação e efetivação de UC's de uso sustentável e na valoração e respeito às populações e aos saberes tradicionais do Brasil. Convive-se com reivindicações e demandas sociais que tentam transformar o significado que os governos dão ao desenvolvimentismo nacional. No entanto, as ações em prol do desenvolvimento continuam sendo controladas, na maioria das vezes, pelo economicismo e pelas leis de mercado.

Numa modernização ilusória, o Estado brasileiro obedece a regras impostas pelo mercado internacional, entrando no jogo da dualidade: desenvolvido e subdesenvolvido. Intensifica sua produção industrial voltada para exportação de matérias-primas para indústrias de alta tecnologia nos países “desenvolvidos”. O Brasil venera a alta tecnologia e não a produz a compra, salvo algumas raras exceções. A industrialização no Brasil é feita de forma perversa, “(...) associada à intensa fragmentação cultural (...) um imenso processo de imitação e massificação de comportamentos produtivos” (NEDER, 1995, p.38-39). Valoriza-se um consumismo que

idolatra produtos e atitudes que se identificam com ideologias individualizantes, discriminatórias e opressoras, pois, o consumo depende das condições econômicas de cada indivíduo ou grupo.

A separação dos termos desenvolvimento e subdesenvolvimento estabeleceu o palco para um novo imperialismo pós-segunda guerra mundial (BANERJEE, 2003). Nascera o terceiro mundo, traduzindo as condições econômicas de uma maioria supostamente heterogênea e outra minoria aparentemente homogênea “*Esse foi um processo científico e tecnológico que subsumiu as diferenças culturais...*” (BANERJEE, 2003, p.78). Intencionalmente as ideologias econômicas passam a influenciar significados e características sociais e culturais das populações do chamado terceiro mundo. Reduziu-se a noção de desenvolvimento e transformou-se num conceito científico (SOUZA, 1995) passível de ser definido e estabelecido a partir de técnicas e metas a serem cumpridas. O desenvolvimento econômico passa a depender de etapas vencidas linearmente, estabelecendo atitudes e intervenções para alcançá-lo. Sugeriu-se que toda a justiça social necessária aos países de terceiro mundo fosse contemplada com o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são resultado de um tipo de planejamento hegemônico no mundo. No livro “Economia espacial” SANTOS (2003) considera o planejamento um instrumento indispensável à manutenção das condições sociais prevaletentes. Esse planejamento assegura um mínimo de segurança e estabilidade aos investimentos e lucros privados, ao mesmo tempo se nutre de proposições explicativas das ciências para justificar e legitimar suas ações cotidianas.

A serviço do planejamento a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento. (SANTOS, 2003, p.15).

A disseminação da idéia de crescimento entre os Estados e a inevitável felicidade do consumismo entre as populações fez-se criar “*a dominação através da dependência*” (SANTOS, 2003, p.15). O planejamento baseado em ideologias economicistas não pode ser considerado ciência, todavia, as definições das necessidades partem de cenários idealizados e não materializados, não contemplando, portanto, as reais necessidades da sociedade ou grupo social em questão (SANTOS,

2003). O autor também destaca a importância para o planejamento da dominação econômica, a invenção do terceiro mundo. Camufla-se a exploração dos mais ricos sobre os mais pobres inventando o subdesenvolvimento, ou seja, coloca-se a culpa no indivíduo e nos grupos sociais e não no sistema de vida e relações estabelecidos.

A crescente desumanização nutre a existência de pessoas vivendo as situações e condições de injustiças social e politicamente. A população brasileira é treinada em sua educação formal e informal a venerar e almejar modelos de modos de vida dos países de “primeiro mundo”. Camuflando um jogo injusto e cruel comandado por ideais que não alimentam a percepção e a criticidade das pessoas que sofrem com nossa situação social prevalente (FREIRE, 2005). Criam-se conflitos entre oprimidos e opressores. Não se trata de uma luta entre ricos e pobres, as injustiças são indiscutivelmente mais percebidas e sentidas num cotidiano de miséria material, todavia, seu alcance atinge a todos sem qualquer distinção.

O pedagogo Paulo Freire em sua obra *“Pedagogia do oprimido”* esclarece o perigo que a conscientização, de povos e pessoas oprimidas, representa a “liberdade” e a “generosidade” dos chamados opressores. Os capitais privados (grandes grupos empresariais e financeiros), sectários em suas atitudes, não admitem qualquer manifestação radical contra a ordem injusta estabelecida *“É que a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta”* (FREIRE, 2005, P.26). O sectarismo da ordem estabelecida considera qualquer atitude que o ameace crime ou desordem, logo, passível de ser reprimido e/ou punido pelo Estado. A economização das coisas contamina as noções de desenvolvimento, democracia, cidadania e justiça social.

Enquanto as noções de felicidade e qualidade de vida vão sendo contaminadas pelo economicismo, também reduz-se a noção de justiça social a um conceito científico, resumindo-a a capacidade de compra da população. Dissemina-se uma falsa inevitabilidade entre desenvolvimento econômico e tecnológico e melhoria da vida das pessoas. Acompanha-se cotidianamente o contrário, ou seja, o fortalecimento econômico, político e tecnológico das grandes empresas junto à manutenção e a ampliação de uma massa excluída do universo do consumo de alto e médio padrão.

Os discursos sobre desenvolvimento, freqüentemente voltados para o âmbito nacional e até mesmo mundial, subvalorizam ou até omitem as diferenças locais e culturais, tentando homogeneizar necessidades e potencialidades em todo território nacional. Transformam as diferenças e a pluralidade cultural em desigualdades de oportunidades onde quanto maior seu potencial econômico e técnico mais desenvolvido estará. Classificam as culturas tradicionais de economias de subsistência inventando falsas necessidades para essas populações se desenvolverem e alcançarem um modo de vida aceitável (BANERJEE, 2003).

O economicismo elimina discussões e possibilidades que ultrapassam o lado econômico, reforçando as vontades mercadológicas tão presentes e determinantes em nosso cotidiano. Os benefícios que o desenvolvimento trouxe ao Brasil são no mínimo questionáveis. Enquanto a nova produção industrial se desvincula crescentemente da geração de empregos (NEDER, 1995), nossos governantes ainda insistem em incentivar indústrias estrangeiras a se instalar no Brasil, transformando nossas maiores empresas (Petrobrás e Vale do Rio Doce) em fornecedores exclusivos para alimentar indústrias de alta tecnologia e o potencial consumista dos países do chamado “primeiro mundo”. Perpetuando nossa histórica situação de simples fornecedores de matérias-primas.

Vivem-se atrelados a um sistema produtivo que desprivilegia a coletividade e o apoio mútuo entre as pessoas, destacando a competitividade e a supremacia dos maiores e mais ricos. Não podemos cair nas armadilhas do pensamento único e acreditar cegamente que não existem saídas para problemas originados pelo próprio funcionamento do sistema capitalista neoliberal. Esses Aspectos não são considerados anomalias do sistema, mas sim características, e, portanto “natural”. Tanto as populações citadinas, economicamente excluídas, como as culturas tradicionais, que representam os trabalhos tradicionais, estão fora do “belo” modelo de vida idealizado pelo mundo do consumo.

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres pra si, não teriam significação. Esta somente é possível por que a desumanização, mesmo que um fato concreto na historia, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 2005, p.32).

Ao criar a noção de pobre e subdesenvolvido, o capitalismo passa a tratar as pessoas que se enquadra em tais noções como problemas e entraves ao desenvolvimento econômico mundial. Trata o crescimento econômico e progresso técnico como sinônimos de desenvolvimento. Populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos da Amazônia, pescadores e marisqueiros artesanais do litoral brasileiro, comunidades rurais do cerrado e da caatinga, enfim, todas as populações tradicionais no Brasil têm relações sociais e políticas “primitivas”, portanto, necessariamente contra o desenvolvimento e o consumo de alta tecnologia, precisando ser transformadas e desenvolver-se para usufruir os benefícios dos tempos modernos. Daí a desumanização, não temos o direito de subjugar saberes, costumes e crenças pelo simples fato de serem construídos e consumados dentro de universos oníricos, imaginários e existenciais diferentes e não comuns à vida dos modernos, acessíveis e luxuosos espaços citadinos.

O desenvolvimento nacional tem suas implicações no local e vice-versa. Quando o Estado, apoiado pelo capital privado, estabelece um modelo “ideal” de modo de vida, a diversidade e a pluralidade ficam desfavorecidas, significando que grupos sociais diversos não serão alcançados por tal modelo de desenvolvimento. Os privilégios ligados ao poder aquisitivo de grupos e indivíduos são os “prêmios” e não anomalias do desenvolvimento econômico. Tem-se que aprofundar a noção de desenvolvimento, valorizando a construção da autonomia das populações tradicionais envolvidas na gestão e no planejamento de UC’s de uso sustentável. Ao trabalhar com projetos que propõem um desenvolvimento local, não pretendemos isolar uma unidade de conservação e lá alcançar o desenvolvimento pleno social, político e econômico, desprezando a inevitabilidade dos diálogos e influências com e do mundo “externo”.

A relação de diálogo entre o espaço e as coisas desse espaço faz das UC’s partes que refletem e influenciam um todo, podendo modificar o contexto na qual se inserem. A escala do fenômeno é o próprio fenômeno. Se as mudanças locais se expandem, expande também sua área de abrangência. Neste sentido, o que hoje denominamos de local um dia pode alcançar o que chamaríamos de regional e/ou nacional. Apesar de haver didaticamente escalas para se referir a fenômenos espacialmente observáveis, o espaço é único e as trocas entre parte e todo são

inevitáveis. Para nós essa questão ficou muito clara com as palavras emprestadas de Ítalo Calvino quando citamos na introdução (p.4) dessa dissertação, um trecho do livro “*Cidades Invisíveis*”. (voltaremos a esta no decorrer do trabalho).

Dentro do universo de relações sociais e políticas atuais, o fato de uma única pessoa ter o poder aquisitivo de milhões de outras juntas, não é visto como problema é quase natural. “(...) *se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos o que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero*” (FREIRE, 2005, p.32). Ao estabelecer preço à qualidade de vida e ao hierarquizar as classes sociais, elimina-se a possibilidade de todos os grupos sociais alcançarem de fato uma vida de qualidade e sem escassez de produtos e relações sociais necessárias à sobrevivência diária. Conviver num mundo com pessoas na total miserabilidade material passa a ser tão comum como conviver com pessoas que detém um poderio econômico inenarrável. Não no sentido da quantidade absoluta de indivíduos em cada classe, mas sim considerando ambos naturais e intrínsecos à vida social humana.

Os aspectos sociais que acompanham o desenvolvimento, tais como o crescimento das desigualdades e o desemprego, eram vistos como obstáculos sociais que deveriam ser superados para que o desenvolvimento prosseguisse sua marcha. Não houve o reconhecimento de que os programas de desenvolvimento levaram à pobreza e aos problemas sociais. (BANERJEE, 2003, p.79).

A intensificação do desenvolvimentismo no Brasil ocorreu durante a ditadura militar, período de intensa repressão e controle das políticas públicas nas mãos dos militares. Foi elaborado um projeto para se criar uma grande potência dentro das premissas que regem o sistema capitalista. Profetizava-se que chegaríamos ao ano 2000 como uma grande potência econômica mundial. Com o fim da ditadura e a implantação da “democracia” o sistema capitalista ironicamente se consolida e o neoliberalismo contamina o país com suas privatizações e crescente afastamento do Estado de decisões essenciais ao funcionamento do país.

Acredita-se que as desigualdades são “naturais”, isso induz às pessoas a aceitarem a miséria como conseqüência do insucesso de indivíduos e grupos, e não uma aberração necessária ao desenvolvimento econômico. *Quem sustenta o*

desenvolvimento de quem? O título de um texto de (BANERJEE 2003) traz uma indagação essencial. Há avanços tecnológicos no Brasil, empresas como a Vale do Rio do Doce, Petrobrás, Aracruz Celulose e EMBRAER, possuem tecnologias de “primeiro mundo”, porém pagamos um preço muito alto, pois, diariamente são causados grandes impactos a nossa diversidade biológica e cultural. Ao mesmo tempo não há equidade no repasse de benefícios relacionados aos avanços tecnológicos. Diante de fatos assim devemos sim nos questionar sobre quem está sendo realmente beneficiado pelo modelo de desenvolvimento praticado no país.

A distribuição dos malefícios e benefícios de atividades industriais de alta lucratividade são também importantes nesta análise. As conseqüências negativas à diversidade cultural e biológica não são percebidas e sentidas de maneira homogênea entre a população. O tempo também tem suas variações nesta relação. Por exemplo, pescadores e marisqueiras da baía do Iguape percebem e sentem com maior intensidade as alterações ambientais provocadas pelo funcionamento da hidroelétrica Pedra do Cavalo (administrada e gerida pelo grupo Votorantin, acionista majoritário da empresa Vale do Rio Doce) do que os funcionários públicos que residem na mesma região. Isso significa que as responsabilidades também variam, determinando que alguns grupos prejudicam e/ou são prejudicados mais do que outros.

Na conferência de Estocolmo em 1972, o Brasil estava entre os países que não reconheciam a urgência da problemática ambiental. Para tentar amenizar sua imagem negativa diante de todos, foi criada em 1973 (como foi citado no cap.1) a Secretaria Especial de Meio Ambiente. *“O Estado brasileiro define a problemática ambiental como controle de poluição e preservação de algumas amostras de ecossistemas naturais”* (VIOLA e LEIS, 1995, p.83).

A exploração desenfreada dos recursos naturais era vista como motor para o progresso e crescimento econômico rápido e eficiente. Em quase 40 anos de desenvolvimentismo, o modelo adotado pelo Estado brasileiro transferiu mais da metade da população rural para as áreas urbanas. Manifestando cotidianamente cenários de miséria e degradação de ecossistemas e biomas (NEDER, 1995), mantendo ideologias e justificativas utilizadas desde antes ao golpe militar em 1964.

Devemos reconhecer que houve mudanças substanciais na legislação ambiental brasileira. Mas existem forças maiores que impedem a materialização das justiça que nossa legislação estabelece e defende. As mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento praticado no Brasil não acompanham as mudanças na legislação. Conseqüentemente não observamos modificações profundas nos contextos sociais e políticos nacionais. Lei e justiça não estão presas a uma relação de causa e efeito. Justiça social não nasce de textos publicados no Diário Oficial. Práticas essenciais ao modelo neoliberalista continuam a venerar o falso poder do capital, como a propriedade privada dos meios de produção, o enfraquecimento do Estado, o domínio do capital sobre o trabalho, a concentração industrial, enfim, aspectos que fomentam a injustiça social e a despreocupação com a pluralidade étnica e cultural do país.

Como foi dito antes, a preocupação do Brasil com as questões ambientais vem se transformando. Até o fim da década de 1970, o governo brasileiro tratava a conservação da natureza como obstáculo para o desenvolvimento, “(...) o país realizava-se no mito desenvolvimentista e a questão ambiental, sob a perspectiva de valores predatórios, era tratada como a antítese do desenvolvimento” (FERREIRA e FERREIRA, 1995, p.15). A partir da década de 1980, as discussões sobre os problemas do modelo desenvolvimentista no Brasil começam a ganhar força com fatos concretos. O Movimento Nacional dos Seringueiros, as discussões que geraram o SNUC e a PNEA, a mobilização de populações indígenas, quilombolas, ONG's e a comunidade acadêmica contribuíram para implantação e implementação de instrumentos legais de busca e construção coletiva de alternativas e estratégias de coexistência entre seres humanos e a natureza. As carências do modelo hegemônico vão se tornando reivindicações aos poucos contempladas. Todavia esses processos não são simples,

Nem toda carência transforma-se mecanicamente em reivindicação, pois nem toda representação sobre necessidade diluída ou mesmo expressa junto ao tecido social é reconhecida institucionalmente como demanda. (FERREIRA e FERREIRA, 1995, p.17)

Nesse sentido, quando adotamos modelos ideais de modo de vida não contemplamos a diversidade, ficando estabelecido sem conhecimento necessário e de forma homogênea todas as necessidades de grupos sociais. Assim o

desenvolvimentismo descarta e trata como anomalia grupos sociais que ficam impedidos de participarem do ciclo social prevalecente mesmo que tais impedimentos tenham sido criados pelo próprio desenvolvimento proposto e praticado. “As necessidades humanas fundamentais compõem um sistema em que não cabe estabelecer linearidades hierárquicas” (FERREIRA e FERREIRA, 1995, p.26). As satisfações das necessidades humanas para a vida em coletividade não podem ser definidas pelo potencial econômico de cada cidadão, mas sim ser contemplada pelo desenvolvimento.

Como falar em unidades de conservação de uso sustentável convivendo com um modelo de desenvolvimento essencialmente insustentável? Numa análise sobre o desenvolvimento econômico do Brasil e suas conseqüências na efetivação do modelo de conservação proposto pelo SNUC e a PNEA, observa-se claramente que tal modelo vai contra os princípios humanísticos, participativos, de auto-gestão e cooperação que sugere a legislação ambiental e a Constituição brasileiras. Diminui a biodiversidade e a sociodiversidade em nome de um desenvolvimento que nunca chega, sempre visto como a situação futura do Brasil. Há quantos anos ouvi-se um discurso referindo-se ao Brasil como um país em desenvolvimento? Tem-se que trazer o pensamento para o presente; o presente existe, o futuro é somente uma possibilidade incerta. Ora, cuida-se bem do presente, conseqüentemente tem-se um futuro satisfatório.

O ambientalismo no Brasil muitas vezes esconde intenções efêmeras de um modismo “verde”, baseado em ideologias e opiniões insuficientes e inseguras. (YAZIGI 1994) destacou bem as armadilhas do ambientalismo, científico ou não, que estão presas a ideologias defensoras de modos de vida impossíveis para os mais pobres, como: casa no campo, alimentação orgânica, condomínios longe do caos e poluição citadinos, turismo ecológico, etc. Discursos piegas individualizam as aparentes soluções pregando *slogans* como: separe seu lixo, economize água, separe um dia da semana para recolher lixo na praia, dia da árvore. Enfim, *slogans*, embora bonitos, não fazem teorias e muito menos provocam transformações substanciais (BANERJEE, 2003). No entanto, “seria ingênuo e mesmo falso admitir o ambientalismo como corpo único” (YAZIGI, 1994, p.89). O pensamento único tenta barrar toda e qualquer tentativa

de transformação e alternativa para as relações sociais, políticas e econômicas prevalentes.

A banalidade destinada ao termo desenvolvimento sustentável, definido-o como a capacidade de satisfação das necessidades presentes sem afetar a possibilidade de satisfação das necessidades futuras, impede de enxergar as reais intenções do discurso. *“O discurso do desenvolvimento sustentável focaliza mais os efeitos da destruição ambiental sobre o crescimento econômico do que as consequências negativas do mesmo”* (BANERJEE, 2003, p.87). Outra armadilha é a tentativa de igualar as responsabilidades diante da degradação do ambiente natural, obscurecendo as disparidades nos usos e significados do patrimônio natural. Caso houvesse o real respeito pelas culturas tradicionais e a real intenção de construir relações sociais sustentáveis, não se desprezaria os saberes tradicionais e seus inevitáveis benefícios para a conservação da natureza com os usos sociais da mesma.

A associação da natureza a idéia de moradia da espécie humana nos ajuda a entender o ambiente como um espaço comum, habitado por distintos indivíduos, grupos sociais e culturas. Compartilhados por todos; o ar, as águas e os solos podem ser entendidos como bens coletivos, cujo uso por alguns pode afetar o uso que deles é feito por outros. (ACSELRAD, 2005, p.2).

O desenvolvimentismo quer industrialista-economicista quer “sustentável”, impede grupos sociais tradicionais de serem sujeitos de suas próprias falas. Enquanto o modismo do ecoturismo, com sua base no discurso da sustentabilidade engessa e folcloriza saberes e culturas tradicionais, o economicismo exagerado considera as populações tradicionais entraves para o desenvolvimento, tratando-as como “povos primitivos” e parte dos problemas do subdesenvolvimento.

Todavia, o nascimento da expressão “desenvolvimento sustentável” não pode ser encarado como simples estratégia para mascarar reais intenções neoliberais. Há por traz mudanças de significados e atitudes. A construção e a materialização de alternativas passa a ser algo crescente e duradouro. Mesmo havendo tentativas de banalizar a sustentabilidade, há também resistência por parte substancial da população brasileira às “ordens mercadológicas”: o crescimento e o sucesso das UC’s de uso sustentável é visível; populações rurais crescentemente aderem à produção orgânica e cresce também o reconhecimento e a legalização de terras de quilombos e reservas

indígenas. Enfim, por traz da cortina de fumaça do pensamento único, existem mundos repletos de sentimentos e desejos por mudanças e melhorias na vida coletiva cotidiana.

No caso da realidade em questão, a pesca e a mariscagem artesanais, tem-se atividades que não dependem da alta tecnologia para serem realizadas. Isso enfraquece esse tipo de trabalho, marginalizando quem dele depende. A pesca industrial e a falta de políticas para a pesca artesanal, aliados a baixa competitividade do extrativista artesanal influenciam negativamente a sobrevivência dos moradores da baía do Iguape. O funcionamento irregular de uma hidroelétrica (Pedra do Cavalo no rio Paraguaçu) “símbolo do desenvolvimento” ao norte da resex desestabiliza a dinâmica natural dos ecossistemas da baía e do manguezal prejudicando o extrativismo. Esse fato é amplamente narrado pelos moradores locais. O Estado brasileiro poderia suprir a demanda desta hidroelétrica com ações alternativas, como usinas eólicas, haja visto o potencial no litoral do estado baiano.

A falta de saneamento básico na baía do Iguape (durante os trabalhos de campo pudemos constatar a ausência de tratamento de esgoto em todas as localidades visitadas) e a ausência de políticas para reciclagem de materiais descartáveis demonstram que os poderes públicos estadual e municipais não priorizam ações que influenciam diretamente no funcionamento da resex. Essa ausência estatal na gestão na unidade é reflexo da mesma ausência que ocorre nos municípios que circundam a resex. Em relação ao capital privado, empresas como a Petrobras, que possui um local para a construção de plataformas de petróleo em São Roque do Paraguaçu, sul da resex, e o grupo Votorantin que se beneficia do funcionamento da hidroelétrica Pedra do Cavalo, nada realizam para compensar suas atividades industriais na área de uma UC, fato previsto em lei.

Há o reconhecimento das conquistas obtidas com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Essas últimas três décadas foram de grandes ganhos para a sociedade, todavia, as incertezas e as crises de naturezas diversas tornaram-se mais evidentes. Ganhando novos sentidos, a incerteza do sucesso da tecnologia passa ser considerada. A irreversibilidade contida apenas nos fenômenos naturais passa a ser considerada em fenômenos sociais. A crise deixa de ser “ambiental” e passa a ser uma crise de valores e de ética, uma crise do conhecimento. Tudo o que se sabe e como se

faz para saber está sendo insuficiente diante das questões que a vida coloca. Os problemas sociais construídos não são superados com o conhecimento científico e o uso que dele fazemos hoje, as crises afetam todos os setores da sociedade.

No Brasil ao analisar a legislação ambiental, suas possibilidades e sugestões e o significado que essa mesma legislação atribui aos patrimônios naturais e culturais, não pode-se prender na crença do pensamento único, que prevê um caminho a ser seguido para a felicidade e bem estar de todos. As políticas de Estado e do capital - política no sentido da ação coletiva-cooperativa e da intervenção - estão presas a crenças distintas dos discursos. Belos discursos na mídia escondem as reais práticas de empresas e do próprio governo. É comum ver na mídia televisiva, a aparente preocupação de grandes empresas e instituições financeiras com a preservação da natureza e a responsabilidade social. Os benefícios e incentivos fiscais dados pelo Estado para que o capital privado participe de políticas assistencialistas e compensatórias são as generosidades dos dias atuais. Já na década de 1960 Paulo Freire dizia...

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A "ordem" social injusta é a fonte geradora, permanente, desta "generosidade" que se nutre da morte, do desalento e da miséria. (FREIRE, 2005, p.33).

A intensificação das crises fez nascer o desafio da sustentabilidade. Depois do surgimento e da popularização do termo desenvolvimento sustentável, o Brasil possui hoje instrumentos políticos e legais, aliados a saberes e desejos, disponíveis para construirmos reais transformações no nosso modelo de desenvolvimento e conseqüentemente em suas materializações. A questão está presente na construção e nas motivações de construção do conhecimento científico.

O modo de vida defendido pelo desenvolvimentismo não atende as culturas tradicionais, tratando-as como uma das causas do subdesenvolvimento e não como agentes sociais essenciais às transformações urgentes e necessárias a vida cotidiana. Tem-se o grande desafio de desligar o Brasil da corrida mundial pelo primeiro lugar no imperialismo moderno. Para nós a expressão "primeiro mundo" não deve significar poderio bélico e econômico pura e simplesmente. Têm-se questões muito

mais profundas e desafios muito maiores a serem vencidos. Apesar dos satélites em órbita, dos mísseis teleguiados e dos super computadores, não conseguimos nem tirar nossas crianças dos semáforos e tão pouco entender a relevância e a essencialidade em respeitar nossa diversidade de povos, saberes, desejos, necessidades e crenças...

Antes de analisar alternativas e caminhos reais e possíveis com projetos políticos de desenvolvimento humano-social das populações tradicionais, que envolve também gestão e planejamento com autonomia administrativa e financeira, vamos nos ater às questões do conhecimento. As populações tradicionais devem ser sujeitos de sua fala e agentes essenciais em transformações pretendidas. Deixando de tratá-los como objeto de estudos e aceitando a legitimidade de seus saberes com seus distintos critérios de investigação e aceitabilidade. Busca-se construir o diálogo entre saber científico e tradicional, almejando elaborar, com a autonomia necessária às populações, estratégias de coexistência entre seres humanos e natureza.

4 – ESPAÇO, LUGAR E MUNDO VIVIDO: o possível diálogo entre a geografia científica e os saberes tradicionais

Talvez haja outros conhecimentos a adquirir, outras interrogações a fazer hoje, partindo não do que outros souberam, mas do que eles ignoraram.

S. Moscovici

4.1 – O ser humano e suas possibilidades cognitivas: em busca do diálogo entre diferentes proposições explicativas

*Esse lugar é uma maravilha, mas como é que faz para sair da ilha?
Pela ponte, pela ponte,
A ponte não é de concreto, não é de ferro,
não é de cimento,
A ponte é até onde vai o meu pensamento...*

Lenine & Lula Queiroga

As diretrizes e princípios da legislação ambiental incentivam e determinam o diálogo entre ciências e saberes tradicionais. No SNUC e na PNEA, há a defesa e o incentivo de trabalhar sobre o enfoque humanístico, participativo e de cooperação que passa pelo diálogo de saberes. No caso do SNUC, o art.5 incisos I a XIII fala sobre as diretrizes que regem a conservação da natureza, na PNEA o art.4- incisos I a VIII e o art.5 incisos I a VII falam respectivamente sobre os princípios básicos e os objetivos fundamentais das políticas de educação ambiental. Quando falamos em enfoque participativo e de cooperação, tratamos as populações tradicionais como agentes e não mais como objetos de estudo ou atores. A equidade nas relações estabelecidas se faz presente, legitimando os saberes coletivamente construídos, valorizando modos de vida diversos.

Antes de analisar os saberes tradicionais e suas relações com o sentido de lugar e mundo vivido, construído a partir da experiência humana no e do espaço, busca-se atribuir às ciências o significado de domínio cognitivo que explica experiências e fenômenos a partir de critérios de validação e aceitabilidade únicos. Mas eles não

deixam de ser tão somente um dos diversos caminhos que caracterizam e criam a diversidade das possibilidades humanas de explicar experiências individuais e coletivas.

O contexto no qual as ciências estão inseridas remete-se à elas como uma possibilidade de entender e explicar uma realidade pré-existente, independente do cientista. Isso significa que os critérios de investigação e de aceitabilidade do conhecimento científico nos permitem desvendar a realidade objetiva que neste sentido seria única. Se considerarmos a realidade como sendo objetiva e única, damos à ciência um acesso privilegiado a essa realidade. Faz-se assim, das explicações científicas verdades que só podem ser questionadas dentro do contexto que as aceita enquanto explicação científica. A discussão é: existem diversos pontos de vista sobre uma mesma realidade? Ou várias possibilidades de perceber e explicar realidades infinitas?

Com a reflexão de MATURANA (2001) sobre ciência e cognição, definindo as ciências como domínio cognitivo que possibilita proposições explicativas de experiências baseadas em experiências vividas na vida cotidiana, pode-se tratar também os saberes tradicionais como proposições explicativas, portanto, cognição. *“As explicações em geral, não substituem, e não se espera que substituam, as experiências que elas explicam”* (MATURANA, 2001, p.136). As ciências são uma atividade humana e como tal elas têm validade e significado similar a toda e qualquer atividade humana somente no contexto de coexistência de sua materialização.

Toda e qualquer explicação de alguma experiência ou fenômeno, inclusive as explicações científicas enquanto domínios cognitivos, só são aceitas como tal para aqueles que concordam com os critérios de validação, investigação e aceitabilidade. Elas são universais no domínio especificado pela aceitação correspondente (MATURANA, 2001). Essa universalidade não significa acesso privilegiado à realidade. Não existem visões distintas de uma mesma realidade, mas sim várias realidades e explicações possíveis, todas legítimas.

Há tantas realidades – todas diferentes, mas igualmente legítimas – quantos domínios de coerências operacionais explicativas, quantos modos de reformular a experiência, quantos domínios cognitivos pudermos trazer à mão (MATURANA, 2001, p.38).

Isso gera o respeito entre as “verdades” de cada um, descartando a tolerância. Com o respeito não se nega o outro; na amizade e na socialização espontânea e gratuita não há tolerância, mas sim o respeito.

Cada domínio cognitivo gera as explicações que lhe convêm. As coerências operacionais de cada domínio de experiências do observador que pretende explicar algo são tratadas como um domínio de constituição de experiências somente em seu domínio de existência (MATURANA, 2001). Isso significa que as explicações científicas somente são construídas dentro do domínio de experiências já explicadas pelas ciências. Não podemos explicar cientificamente o fenômeno, utilizando explicações que não pertencem ao universo científico. *“A explicação aceita torna-se uma experiência que pode ser usada como tal para outras explicações.”* (MATURANA, 2001, p.134). Nossos diferentes critérios utilizados para explicar, escutar e aceitar as explicações variam diversificando os domínios explicativos que coexistem em nossas vidas cotidianas. As ciências e os saberes tradicionais são domínios cognitivos que tentam explicar experiências e fenômenos da vida cotidiana do ser humano.

Além disso, a maneira pela qual nós seres humanos validamos de fato nossas ações na vida cotidiana, dentro de qualquer domínio operacional, envolve as mesmas coerências operacionais que o critério de validação das explicações científicas (MATURANA, 2001, p.139).

Portando, alegar falseabilidade dos saberes tradicionais é negar explicações de experiências e fenômenos pelo simples fato de pertencer a um domínio operacional diferenciado. Contudo, enquanto domínio cognitivo tem o mesmo valor. Neste ponto, todos os domínios cognitivos são iguais, sobretudo pelo fato de serem tão somente uma característica e possibilidade da espécie humana enquanto sistema vivo. *“Todos os domínios cognitivos são domínios de ações adequadas de um observador em seu domínio de experiências.”* (MATURANA, 2001, p.145).

O ingresso de indivíduos pertencentes às populações tradicionais nas universidades para adquirir conhecimento científico não precisa significar o abandono dos saberes tradicionais. As teorias científicas nunca serão absolutas e definitivas; *“há, naturalmente certezas possíveis”* (MORIN, 2001, p.302). Somente a vida cotidiana pode nos revelar os erros dos conhecimentos construídos e materializados. Discussões entre teorias aparentemente distintas nunca escapam do universo das palavras. De acordo

com MORIN (2000), teorias não são conhecimentos, mas permitem o conhecimento. Neste sentido não são também chegadas, mas sim possibilidades de partidas. O conhecimento está intimamente ligado à ação e ao movimento; teorias enquanto palavras são apenas palavras.

Finalmente, as explicações científicas não podem ser consideradas revelação de uma realidade objetiva, pronta pra ser explicada e conhecida pelos métodos científicos. A realidade explicada nunca será independente de quem a explica e muito menos essa explicação substitui o que explica. As explicações, sejam científicas ou não, só são aceitas como tal se estiverem atreladas ao universo que as considere explicações de algo. A geografia da cidade explicada por um geógrafo preso aos critérios de explicação e aceitabilidade das ciências nunca será a mesma do que a explicada por um mendigo de 60 anos de idade, vivendo nas ruas de uma cidade qualquer há 45 anos. Não se trata aqui de verdade ou mentira esse dualismo não cabe nessa análise, mas sim de experiências diferenciadas de um mesmo fenômeno (como no exemplo da cidade) e das diferentes proposições explicativas possíveis de tais experiências.

Esse fato é essencial para aceitar os saberes tradicionais como explicações pertencentes a um domínio operacional exclusivo, longe do dualismo verdade ou mentira e muito além do reducionismo que trata os saberes tradicionais como um emaranhado de técnicas. Os saberes tradicionais podem revelar um conhecimento detalhado sobre o ambiente como também relações sociais complexas. Nas relações sociais das populações tradicionais pode-se observar cumplicidade e respeito com o ambiente, pois, sua vida e seu trabalho estão intimamente ligados a ele (ambiente), atribuindo-lhe um significado que transcende o termo “recurso natural”. Estabelece-se uma relação de zelo e carinho, que somente é possível pela afetividade ao mundo que o cerca.

Aceitar a legitimidade dos saberes tradicionais é essencial para sair do campo do discurso do desenvolvimento sustentável e entrar no campo da ação, do projeto político. Não a política partidária que jamais desgarra o discurso, mas a política no sentido da ação coletiva, da materialização de palavras, desejos e sonhos. A seguir faz-se a análise das características dos processos de construção dos saberes

tradicionais, que caracterizam, ao lado do trabalho, as populações e as culturas tradicionais e sua relação com proposições explicativas da ciência geográfica.

4.2 – Os saberes tradicionais e suas relações com o sentido e significado de lugar e mundo vivido: a riqueza da experiência humana no e do espaço

O mundo é grande, mas em nós ele é profundo como o mar.

Rilke

O espaço sempre me fez silencioso.

Jules Vallès

Neste capítulo, menos do que tentar definir a expressão “populações tradicionais” e mais preocupados em dar um sentido que esclareça a quais grupos sociais refere-se, ao utilizar tal expressão, faz-se necessário um esclarecimento prévio.

O termo tradicional aqui não se refere à necessidade de manter algo antigo, estático e/ou inerte ao tempo. Toda a criação humana (ciências, artes, saberes tradicionais, as cidades) se constitui na possibilidade eterna do novo, com a inevitável conservação do velho. “*O devir histórico de qualquer sociedade é sempre o resultado desses dois processos: conservação e variação*” (MATURANA, 1997, p.201). As ciências são também uma tradição e nem por isso ela é estática. O saber tradicional não significa um saber “parado no tempo”.

Populações tradicionais é um termo criado dentro das academias, e não pelos grupos sociais a que se refere, portanto, não pode ser definido de forma única e absoluta e tão pouco se refere a algo imutável. Toda discussão sobre não ser possível um conhecimento absoluto e definitivo das coisas e fenômenos aplica-se no caso das diversas tentativas de definições do que vem a ser “populações tradicionais”.

A expressão grupos sociais tradicionais não refere-se a um lugar específico ou a um tipo apenas de grupo social, comumente considerado “primitivo”. Pelo contrário, os grupos sociais tradicionais têm uma relação muito específica com o espaço e com a vida. A intimidade e a afetividade para com o ambiente natural, aliadas à observação e a experiência, traduz modos de vida que coexistem com o misticismo e com o imaginário, presentes na construção e na re-construção dos saberes e dos processos de socialização dos grupos sociais tradicionais.

Os grupos sociais tradicionais têm seu dinamismo e tempos próprios; cabe a comunidade acadêmica aceitar a legitimidade dos saberes desses grupos e trabalhar com as possibilidades que a aceitação, seguida da dialogicidade, pode propiciar. Na construção e transmissão dos saberes e nas relações de trabalho está a essencialidade dos grupos sociais tradicionais. Observação, oralidade, experiência íntima e mítica com o espaço vivido e relações de trabalho são materializadas em círculos familiares e de amizade. A capacidade de aprender com a própria vivência advém de nossas experiências do e no espaço. A observação não é um simples ato de ver, restrito a um único órgão sensorial. A observação acontece no observar,

Observar é o que nós, observadores, fazemos ao distinguir na linguagem os diferentes tipos de entidades que trazemos à mão como objetos de nossas descrições, explicações e reflexões no curso de nossa participação nas diferentes conversações em que estamos envolvidos no decorrer de nossas vidas cotidianas, independentemente do domínio operacional em que acontecem. (MATURANA, 2001, p.126).

Deve-se lembrar que as formas e conteúdos que nos permitem evidenciar similaridades entre as populações tradicionais, classificando-as, não são idênticas quantitativa e qualitativamente falando. Tais similaridades, marcadas por diferenças, estão presentes no trabalho, com suas relações materiais e imateriais, e na construção dos saberes que sustentam esse trabalho. As práticas tradicionais de extrativismo e agricultura feitas artesanalmente entre familiares e amigos não se resumem a um emaranhado de técnicas de baixa tecnologia, mas permitem aos grupos sociais tradicionais desenvolverem um profundo e íntimo conhecimento sobre o espaço em que vivem.

O destaque neste capítulo aos saberes tradicionais, justifica-se pelo emblemático papel deste ponto em relação à caracterização e identidade de grupos sociais diversos. Dos saberes nascem às relações sociais e políticas e as técnicas que envolvem o visível e invisível de toda cultura tradicional, comumente em cumplicidade com os outros seres vivos que compõem o(s) ecossistema(s). Faz-se possível observar nessas relações aspectos conservacionistas no uso e significado do que denominamos natureza. Os saberes tradicionais é todo conhecimento construído fora do universo de investigação e aceitabilidade das Ciências.

Os saberes enquanto domínios cognitivos e, portanto, características e possibilidades humanas de explicar as experiências e os fenômenos da vida cotidiana, permitem legitimar conhecimentos existentes construídos fora do universo acadêmico. A coerência e a necessidade deste diálogo já foram analisadas anteriormente, todavia opta-se pelo subsídio da chamada geografia humanística, que admite no seu corpo epistemológico as coisas “invisíveis” que nos influenciam na leitura, interpretação e representação de significados das coisas e fenômenos da vida cotidiana sob a perspectiva da experiência, tais como: sentimentos, emoção, alma, sonhos, imaginação, memória, etc. Esses fenômenos são também comuns na construção dos saberes tradicionais, justificando e sustentando a viabilidade de nosso diálogo.

O espaço que estamos estudando tem no simbolismo do trabalho e dos saberes de pescadores e marisqueiras sua alma, personalidade, qualidades e lugares. Quando MERLEAU-PONTY (2004) afirma a necessidade de contextualizar as “coisas” do espaço com o próprio espaço, os agentes sociais (pescadores e marisqueiras no presente caso) são as vozes que traduz significados desse espaço com seus lugares e qualidades infinitos. Neste sentido justifica-se a necessidade de, ao falar sobre território e o sentido político das relações estabelecidas entre os agentes sociais da resex marinha baía do Iguape (cap.1), falar também sobre lugares e seus significados, trazendo para a análise sobre o território todo o contexto da experiência humana íntima e direta no e do espaço.

O pensamento, a imaginação, a emoção e o sentimento guiam o cotidiano dos seres humanos que experienciam íntima e diretamente o espaço de estudo: a baía do Iguape e seus manguezais. Dessas experiências íntimas, pessoais e coletivas, vão sendo construídos os saberes tradicionais que repousam no respeito e num detalhado conhecimento sobre o ambiente natural, suas características e fenômenos. O espaço passa a ser vivido e lugares tomam forma e conteúdo na consciência, no pensamento e no sentimento de pescadores e marisqueiras.

Reconhecem-se esses saberes e as formas de manejo a eles pertinentes como fundamentais na preservação da biodiversidade. Tornou-se extremamente importante, para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes povos, pois eles conseguiram ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural (CASTRO, 1997, p.165-166).

Contudo, vê-se a necessidade de considerar numa mesma porção do espaço (baía do Iguape) duas proposições explicativas geográficas de experiências humanas materializadas espacialmente. O território que, no sentido trazido no cap.1, se refere à um espaço em que grupos sociais coexistem num consenso comum, tem, nas relações sociais mediadas pelo poder, a materialidade e a imaterialidade estabelecidas, unindo seus agentes em torno de algo coletivo. O lugar enriquece a análise por evidenciar as relações íntimas e afetivas, emoções e sentimentos junto aos saberes que emergem no consciente individual e coletivo a partir também de experiências no e do espaço, surgindo assim o espaço ou mundo vivido.

Nas reflexões e análises sobre os sentidos e significados de lugar e mundo vivido (neste trabalho espaço e mundo são sinônimos) que traduzem experiências humanas no e do espaço, a geografia humanística sustenta um corpo teórico que nos possibilita trilhar tais caminhos. *“A experiência implica a capacidade de aprender com a própria vivência”* (TUAN, 1983, p.10). Ver e pensar são processos íntimos que não desgarra da experiência. O olhar transcende o simples ver, transformando-se em *“um processo seletivo e criativo em que os estímulos ambientais são organizados em estruturas fluentes que fornecem sinais significativos ao órgão apropriado”* (TUAN, 1983, p.11). As populações tradicionais experienciam os espaços e os lugares a partir de uma relação íntima e direta; já o conhecimento científico está ligado às experiências conceituais e indiretas. A intenção aqui é entrelaçar ambas as experiências num diálogo que despreze qualquer hierarquização ao analisar as possibilidades para viabilizar a construção do planejamento e da gestão comunitários, principais interesses desse projeto.

As divisões da geografia são estabelecidas tão somente para fins didáticos; o mundo não se divide junto. Quando fala-se sobre os saberes tradicionais sob o enfoque da geografia humanística, não significa que o enfoque materialista dialético seja falso. Não se trata de verdade ou mentira. Nossa intenção é trabalhar com proposições explicativas científicas que considerem, ao construir conhecimento, o universo “invisível” que subsidia também a construção dos saberes tradicionais, dando coerência e viabilidade a nosso diálogo.

Esse universo invisível é concebido pela imaginação, memória, emoção e sentimentos, sendo atuantes quando nos propomos a perceber, conceber e explicar algum fenômeno ou experiência. Maturana relaciona o entendimento das atividades humanas, atentando para *“a emoção que define o domínio de ações no qual aquela atividade acontece”* (MATURANA, 2001, p.130). Na vida cotidiana sabe-se que, ao se mover de uma emoção a outra, nosso domínio de ações também se move. Os sentimentos são transformados, transformando valores e ações. *“As emoções dão colorido a toda experiência humana, incluindo os níveis mais altos de pensamento”* (TUAN, 1983, p.9). Aprendemos na experiência, contida de pensamento e sentimento que neste caso não são coisas distintas. *“De fato, estão próximos a duas extremidades de um continuum experiencial, e ambos são maneiras de conhecer”* (TUAN, 1983, p.11). A elaboração e efetivação de estratégias de coexistência e convivência nunca desgarram o universo imaterial dos seres humanos.

Enquanto domínios cognitivos, as ciências e os saberes tradicionais com suas respectivas metodologias e critérios de aceitabilidade são legítimos. Considera-se que cada proposição explicativa deve atender as necessidades do contexto no qual foi construída e aceita como tal. Ao explicar cientificamente fenômenos e experiências humanas no e do espaço, não se atinge uma realidade única e universal (MATURANA, 2001). Não podemos considerar as ciências como sendo uma explicação definitiva. As explicações científicas somente atingem pontos de vistas que seus métodos e metodologias permitem. Mas as possibilidades de pontos de vistas sobre fenômenos e experiências não se esgotam nos métodos científicos.

Não há um ponto de vista absolutamente transcendente disponível ao homem, a partir do qual ele poderia ver a si próprio e ao seu mundo em relacionamento. Cada conhecedor deveria reconhecer-se como um sujeito intencional, isto é, como um conhecedor que usa palavras com significação intencional, para expor suas intuições objetivas e comunicáveis. (BUTTNER, 1982, p.170)

Os princípios fenomenológicos que sustentam a geografia humanística nos trazem possibilidades cognitivas que atendem a critérios de aceitabilidade distintos de teorias que nunca se submetem ao questionamento, aceitando a possibilidade do erro. *“O humanismo redescobriu, por uma consciência renovada de si mesmo, o outro”* (GOMES, 1996, p.310). Isso faz da geografia humanística um conhecimento dinâmico e

sempre em movimento. Não cabe em teorias que sugerem modelos e receitas prontas de leitura do espaço e tenta adequar a realidade percebida, quase sempre alcançando os mesmos resultados em análises diversas. Vale pensar sobre planejamento e gestão, levando em consideração,

A natureza e a gama da experiência e pensamentos humanos, a qualidade e a intensidade de uma emoção, a ambivalência e ambigüidade dos valores e atitudes, das intenções e das aspirações humanas (TUAN, 1982, p.160).

A legitimidade dos saberes e valores tradicionais é, portanto, imprescindível. A geografia humanística se preocupa com o entendimento do mundo humano pelo estudo das relações das pessoas com a natureza e seus sentimentos e idéias sobre espaço e lugar. *“A competência de um humanista repousa na interpretação da experiência humana (...) a medida que dizem respeito ao espaço e ao lugar”* (TUAN, 1982, p.162). Como nos lembra LOWENTHAL (1982), a geografia observa e analisa aspectos e fenômenos que comumente são apreendidos na vida cotidiana. Espaço e lugar podem servir de exemplo.

Cada idéia e imagem sobre o mundo é composta de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória (...) a superfície da terra é elaborada para cada pessoa pela refração através de lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias (LOWENTHAL, 1982, p.141).

Neste sentido o espaço se apresenta como um conjunto de qualidades e lugares que, sendo parte, é também todo. Forma e conteúdo estão mesclados. As qualidades e os lugares não podem atingir uma identidade absoluta com eles mesmos *“torna-se impossível distinguir rigorosamente o espaço das coisas do espaço”* (MERLEAU-PONTY, 2004, p.11). Assim os lugares e as qualidades do espaço evidenciam e revelam o próprio espaço, desconsiderando o espaço como meio das coisas simultâneas passíveis de serem dominadas (MERLEAU-PONTY, 2004). O espaço não é mais geométrico e seus lugares e qualidades não podem mais ser entendidos fora do contexto que os cerca.

Qualidades e lugares são palavras utilizadas por Merleau-Ponty, que YAZIGI (2001) atribui aos substantivos personalidade e alma, definindo-os como *“um conjunto de características, materiais ou não, que marcam um espaço, (...) independentemente do que um observador possa qualificar de virtudes”* (YAZIGI, 2001,

p.29). Quando falamos de planejamento isso se torna essencial: *“quando o planejamento ignora a escala do comum, subtrai-lhe a essência”* (YAZIGI, 2001, p.30). Contudo, desconsiderar tais evidências seria o mesmo que não valorizar a maior riqueza humana: suas experiências diretas e íntimas com seu espaço de convivência.

Ao evocar o sentido de lugar, evocamos também experiências íntimas de indivíduos e grupos com o espaço. Esse espaço *“é o contexto dentro do qual a consciência é revelada (...) um conjunto contínuo dinâmico, no qual o experimentador vive, desloca-se e busca um significado”* (BUTTIMER, 1982, p.172). A partir desses significados vão sendo concebidos e transformados os lugares. *“Os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um Estado-nação”* (TUAN, 1982, p.149). Com a fenomenologia da imaginação de Bachelard (1989) traduzida na poética do espaço, ou seja, *“dos espaços amados”* (BACHELARD, 1989, p.19) temos o espaço vivido, *“o espaço percebido pela imaginação (...) não podemos reduzi-lo a análise de um geômetra (...) ao seu valor de proteção, que pode ser positivo, ligam-se também valores imaginados”* (BACHELARD, 1989, p.19) e tais valores são também dominantes no contexto que emergem. Nas ciências e nos saberes tradicionais, a imaginação é sempre ativa; o pensamento e a imaginação são características que não se separam no ato humano de conhecer.

Ao se falar em resex marinhas (UC de uso sustentável) fala-se de territórios federais. Porém, antes de serem transformados em UC, tais espaços já carregavam sentido e significado de lugar e habitat na vida de milhares de seres da espécie humana. A partir daí, é dada especial atenção aos sentidos e significados de lugar, espaço vivido e habitat, trazidos pela geografia humanística, que tem suas bases filosóficas nas fenomenologias existentes.

Habitat aqui é entendido segundo o sentido que BUTTIMER (1982) destacou; *“implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço... construir um lar que é o símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa”* (BUTTIMER, 1982, p.166). Nesse diálogo diário com o ambiente, lugares vão criando sentidos. *“O espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado”* (TUAN, 1983, p.151). Contudo, o espaço que compreende a baía do Iguape tem diversos lugares, facilmente identificados. Como foi dito antes, lugar não se refere

somente a espaciosidade ou localidade; lugar é também sentimento. Implica experiência íntima e segurança; *“para a criança pequena, os pais são o seu ‘lugar’ primeiro”* (TUAN, 1983, p.153). O pé de uma árvore pode ser lugar na vida de muitas pessoas. Com o aconchego de uma sombra que propicia descanso e os frutos que saciam a fome, os momentos de pausa que, ao acontecerem com frequência duradoura, resultam em experiências íntimas necessárias e elementares para o sentido de lugar.

Entre as populações tradicionais, o trabalho revela muito sobre o âmago das relações sociais e espaciais de cada grupo social. Reunindo aspectos visíveis e invisíveis, os saberes tradicionais que têm sua base no trabalho agregam conjuntos de técnicas com rituais, mitos e crenças (CASTRO, 1997). *“Nesse sentido, a parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real quanto as ações materiais sobre a natureza”* (DIEGUES, 2000, p.65). Transcendendo o reducionismo, observamos nos saberes tradicionais estratégias de manejo e relações sociais, onde *“cada uma delas defronta-se com as capacidades e os limites dos saberes e dos interesses de cada grupo, de suas formas de agir (...) e de apropriar-se dos recursos”* (CASTRO, 1997, p.167).

O conjunto do conhecimento construído no dia a dia alimenta as necessidades cotidianas e é *“formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através de gerações”* (CASTRO, 1997, p.169). Por isso a importância em proteger os processos de construção desses saberes, ou seja, proteger o trabalho de pescadores, marisqueiras, povos da floresta, povos tribais, etc. Como os saberes tradicionais são transmitidos pela oralidade e pela observação empírica, o papel dos mais velhos é de destaque entre esses povos.

Os lares (casas) são lugares em toda e qualquer cultura e grupo social. A diversidade de lugares varia em forma, tamanho, cor, som, sentimento, localidade. Entre os pescadores artesanais, os rios, os lagos, as baías, os oceanos têm seus lugares. Entre os seringueiros da região Norte, a floresta amazônica é moradia e proteção, lugar também. As marisqueiras(os) têm no mangue seu lugar de trabalho e de convivência diária com amigos e familiares. Os quilombolas agroextrativistas também

têm relações íntimas com a água e com a terra. Tem ainda os espaços das festividades e rituais sagrados em diversos grupos de povos tradicionais. Portanto, no espaço geográfico sobrepõem-se diversas experiências humanas espaciais, coexistindo, a partir das possibilidades explicativas da geografia espaços, territórios, paisagens e lugares com seus limites fluídos que não são definíveis geometricamente.

A relação entre saber tradicional e ciência não pode ser mais de confronto ou simples objeto de estudo. Estabelece-se uma relação de troca e compartilhamento. Os conflitos entre proposições explicativas aparentemente distintas são naturais, mas não podemos transformá-los em obstáculos para um diálogo construtivo e satisfatório para ambas as partes. Não se trata de uma disputa, onde quem responder mais perguntas ganha. Como bem lembra CASTRO (1997), o que está em questão é a vida. O hábito em desqualificar e desvalorizar todos os outros saberes que não científicos deve ser deixado de lado. A relevância dos saberes tradicionais transcende o simples valor econômico,

A existência dos recursos biológicos está diretamente vinculada a um sistema ancestral de coexistência sustentável entre os homens e o ambiente, razão pela qual esses recursos dependem da sobrevivência desse sistema. A destruição do habitat natural da comunidade será secundada pelo seu desaparecimento como sistema cultural e vice-versa, pois um sem o outro é insustentável. (CASTRO, 1997, p.172)

Essa coexistência sustentável vem sendo alterada por diversos fatores, dentre eles a destruição do habitat natural de seres humanos e outras espécies da fauna e flora. O desafio que se coloca é proteger o patrimônio natural, protegendo o patrimônio cultural construído ao longo de gerações. Devemos reconhecer que *“não somente as comunidades tradicionais precisam ter seus saberes protegidos, mas também garantir o sistema de produção desses saberes”* (CASTRO, 1997, p.173). A proteção dos ecossistemas é essencial neste processo que vem sendo desencadeado no intuito de valorizar e legitimar todos os saberes tradicionais e seus modos de vida.

O diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais se dá quando ambos são utilizados dentro de um mesmo processo. Não como sujeito e objeto, mas sim como agentes participantes de um todo. Na resex marinha baía do Iguape a consciência sobre suas necessidades e carências faz dos moradores

essenciais no processo de gestão da área. O conhecimento científico deve apoiar e colaborar quando reivindicado pelos moradores em proposta de projetos para a unidade. Por exemplo, existem técnicas que a ciência desenvolveu que melhora a produção de ostra já feita pelos pescadores. O esclarecimento sobre o funcionamento da legislação ambiental e os instrumentos que garantem os direitos a quem mora em uma resex está sendo feito pelo projeto MARENA. Nessa troca nascem também idéias para projetos que podem suprir carências. A realização de oficinas educativas está sendo o instrumento utilizado pelo grupo de pesquisadores do projeto para contribuir na efetivação da resex com conhecimentos científicos sobre gestão e planejamento de UC's.

As teorias e as práticas em relação ao desenvolvimento sustentável e/ou ao ecodesenvolvimento têm nas resex's princípios de gestão e planejamento que devem ser seguidos em todo e qualquer território, espaço, lugar. As UC's de uso sustentável permitem aos moradores a construção da autonomia social e individual, isso implica na contemplação de demandas percebidas e decididas pelos próprios moradores. Ao contrário do economicismo tem-se aí a ausência de modelos ideais de modo de vida e a conseqüente diversificação das políticas e ações promovidas. O efetivo apoio da sociedade civil, das universidades e do Estado deve garantir aos grupos sociais tradicionais seu desenvolvimento social, político e econômico. A sustentabilidade dos processos que caracterizam e criam as culturas tradicionais deve ser prioridade. Neste sentido o trabalho e as relações sociais dessas populações é o âmago de suas realidades, portanto, incorporá-los as políticas é indispensável.

A continuidade e a intensificação dos processos desenvolvimentistas influenciam na impossibilidade da sustentabilidade entre as culturas tradicionais. Enquanto o Estado nacional priorizar ceticamente os grandes investimentos privados, a agricultura de exportação, a pesca industrial, o privilégio de uma única fonte geradora de energia, a baixa qualidade na educação pública e a ilusória veneração a alta tecnologia, moradores de resex de todo o Brasil continuarão a conviver com obstáculos em muitos casos intransponíveis.

Quando consideramos os saberes tradicionais como domínios cognitivos, ou seja, proposições explicativas, queremos ressaltar também sua

legitimidade e importância para quem os detém. Entre as populações tradicionais conhecer teorias e fórmulas científicas não têm muita importância no seu cotidiano. No caso dos cientistas a recíproca não é verdadeira. Em qualquer trabalho que envolva planejamento e gestão do patrimônio natural, as ciências não devem agir tecnocraticamente e desvincular os saberes tradicionais das ações pretendidas. O saber científico já possui sua autoridade e legitimidade em nossa sociedade; cabe aos cientistas e pesquisadores legitimar também os saberes tradicionais enquanto proposições explicativas de um outro domínio cognitivo humano.

Foram analisadas as leis e seus conflitos, as contradições do desenvolvimentismo, seja econômico ou sustentável, a relevância e as características dos saberes tradicionais, chamando a atenção para a urgência da conservação e não mais preservação do patrimônio natural. A seguir analisar-se-á as possibilidades a partir de ações e projetos políticos tendo o planejamento comunitário e a educação dialógica como instrumentos e princípios fundamentais para tais pretensões.

5 – SOBRE EDUCAÇÃO DIALÓGICA E PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO...

Brincadeiras de criança, os pensamentos dos homens...

Heráclito

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural.

Bertold Brecht

Este mundo é inconcluso: além há continuação, invisível como a música, evidente como o som...

Emily Dickison

Reconhece-se a amplitude e a complexidade do tema tratado neste capítulo. Todavia, pensar sobre o planejamento comunitário em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, significa essencialmente pensar sobre nossa relação com o mundo e os outros seres que nele habitam, portanto, a complexidade é intrínseca. Os obstáculos e as falácias em relação ao desenvolvimento econômico e tecnológico, aliados ao descaso para com populações que não se beneficiam plenamente desse desenvolvimento, impõem-nos a aproximação com os temas e os desafios que todas as palavras até aqui escritas e as que estão por vir evidenciam. Não se referem às teorias e explicações científicas somente, mas à existência e à convivência humana com todas as espécies da fauna e flora, com tudo o que é vivo. Por isso foi abordado o universo da afetividade (capítulo terceiro) que nos liga ao mundo e aos seres vivos do mundo. Cotidianamente cria-se e recria-se em diversos domínios operacionais os diversos domínios cognitivos que dão significados ao nosso espaço vivido e imaginário.

O projeto MARENA (projeto que esta dissertação compõe, citado na introdução) é realizado *com* e não *para* o grupo social tradicional em questão (pescadores e marisqueiras artesanais da Baía do Iguape). Da complementaridade entre discurso e ação e teoria e conhecimento, cria-se a necessidade de reflexões e análises teóricas sobre o tema e os objetivos do projeto MARENA. Neste caso temos dois problemas: primeiro, o modelo de planejamento que acarreta um desenvolvimento

efêmero e restrito a pequenos grupos sociais (analisado no segundo capítulo) é definitivamente distinto do tipo de planejamento estabelecido para as UC's de uso sustentável (SNUC, 2000). Segundo, nosso modelo educacional, legitimado por teorias científicas que mais condicionam do que educam, privilegia os “prêmios” e as punições na competição dos mais “inteligentes” e “comportados” da sala de aula. Ao transferir essa competição e a inevitável negação do outro, para as relações sociais e de trabalho, aceita-se e pratica-se um planejamento tecnocrático, que tem seu círculo de decisões restrito a pequenos grupos empresariais e financeiros aliados ao Estado em busca do desenvolvimento econômico e tecnológico. Faz-se assim necessário o esforço de construção e reflexão teórico-epistemológica como produto dessa dissertação.

A relação existente entre o tipo de planejamento e o modelo de desenvolvimento hegemônicos é quase que de causa e efeito. Com um planejamento voltado para a segurança de investimentos privados e o enriquecimento de grupos empresariais e financeiros, alimenta-se um cenário de injustiças, onde desprivilegia-se a distribuição equitativa de responsabilidades, direitos, deveres, benefícios e malefícios sociais e econômicos do sistema político prevalecente. Fez-se acreditar que o desenvolvimento econômico e tecnológico traria a tão sonhada justiça social aos povos oprimidos do terceiro mundo. Pelo contrário, nosso modelo de convivência nos impede de contemplar a cooperação, a solidariedade e a reciprocidade; assim a competição é tratada como característica biológica da espécie humana. Ora, *“A competição não é nem pode ser sadia, por que se constitui na negação do outro”*. (MATURANA, 1998, p.13).

O destaque para a educação e o planejamento comunitário voltados para a construção coletiva de estratégias de coexistência entre os seres humanos e entre os seres humanos e o espaço atribui essencial valor à manutenção de relações equitativas entre os diversos grupos sociais e suas intenções e carências diversas. Isso reflete nossa opção pelo comunitário e não pelo participativo, amplamente divulgado por prefeitos e governadores. Técnicos estabeleceram atividades e etapas a cumprir para se realizar o chamado planejamento participativo, ao contrário do planejamento comunitário, que apenas considera princípios e valores essenciais que devem reger as

ações e os projetos demandados por cada grupo ou grupos de populações. A única regra insubstituível e fundamental é respeito pelo outro e por si mesmo.

Definidos e defendidos em leis, os princípios fundamentais da Política Nacional de Educação nos remete à ela como sendo essencial para nossas relações e interações *com e através do* mundo. A lei 9.394/96 no art.1 especifica que a educação abrange processos formativos além das salas de aula. A família, o trabalho, os ciclos de convivência, os movimentos sociais e as manifestações culturais participam dos nossos processos pedagógicos. O art.2 da mesma lei estipula que a educação, dever do estado e da família e inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade, dê condições para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento intelectual do educando.

O primeiro artigo já tira a responsabilidade plena das escolas em respeito à educação; amplia-se de fato o sentido e as atribuições do que se entende por educação. No segundo artigo, as finalidades de construção da cidadania e do desenvolvimento social e humano ficam estabelecidas. Não resume-se os processos pedagógicos de transformação humana *do e no* mundo ao tempo e às relações causais das salas de aula das escolas e instituições de ensino. Não por uma decadência explícita da educação formal do Brasil, mas sim pela impossibilidade de reduzir nossa pluralidade e nossas possibilidades cognitivas a uma sala de aula, com seus conteúdos programáticos restritos a decorar leis e teorias consideradas fundamentais. A educação é um processo de convivência com o outro; isso não acontece somente nas escolas, é nosso cotidiano. Ressalta-se a relevância da educação como processo que aceita e legitima o outro na convivência diária. *“O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca”*. (MATURANA, 1998, p.29).

As reflexões de FREIRE (2005) sobre a superação da dicotomia oprimido/opressor nas relações sociais e políticas inclusive nas relações entre os grupos sociais tradicionais e todos os outros grupos que lhes negam, fazem-se presentes em nossas observações. Com seu especial destaque à educação dialógica, o autor aceita a condição de sujeito de todos os seres humanos, com a qual busca-se a libertação dos oprimidos. Considera-se que *“(...) somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos (...)”* (FREIRE, 2005, p.58). Esse crer em si

mesmo é essencial; não basta somente a comunidade científica aceitar a legitimidade dos saberes e valores tradicionais e considerar os grupos possuidores desses saberes e valores agentes dos processos transformatórios. Para tanto, a educação libertadora e dialógica, baseada na aceitação do outro, busca também a aceitação de si mesmo.

Essas auto-descobertas não acontecem somente no campo intelectual, mas também na ação “(...) o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (...)”. (FREIRE, 2005, p.59). Ao pensar a educação e o planejamento como processos vividos e experienciados em ações políticas construídas na coletividade e na aceitação do outro, tem-se na autonomia dos agentes as essencialidades dessas relações. Aqui refere-se às questões sobre o que queremos que nos aconteça? E sobre que tipo de desenvolvimento queremos. Por isso o destaque à educação. Planejar e gerir espaços compreende o educar, portanto, o pensar e agir coletivamente, a educação não acontece na individualidade. Como foi dito antes, a competição somente colabora para a individualidade e egoísmo, aspectos que não pertencem ao universo da educação dialógica e do planejamento comunitário.

O planejamento comunitário implica o diálogo, presente também na educação. Todos os participantes são sujeitos de sua própria fala, num processo que acontece sem a validade de argumentos de autoridade. As pessoas se educando entre si, mediatizados pelos objetos e fenômenos cognoscíveis especializados ou não e presentes em seus cotidianos (FREIRE, 2005).

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice e versa. (FREIRE, 2005, p.81).

A educação dialógica como instrumento do planejamento comunitário busca construir a viabilidade dos grupos sociais tradicionais sentir-se e saber-se tão homens e mulheres quanto todos e todas que habitam o mundo. “(...) na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração”.

(FREIRE, 2005, p.191). Todas essas características e essencialidades da educação dialógica e do planejamento comunitário fazem nascer outro fenômeno substancial para a socialização, a autonomia individual e social.

Antes de qualquer atividade, tem-se que pretender a autonomia, desejar a autonomia. Isso significa acreditar no seu próprio discurso sem negar o conteúdo do discurso do outro, mas negá-lo enquanto discurso do outro (CASTORIADIS, 1982). “(...) *um discurso estranho que está em mim e me domina: fala por mim*”. (CASTORIADIS, 1982, p.124). Ao analisar a relevância de legitimar (algo que já é legítimo no domínio operacional que ocorre) os saberes tradicionais, reflete-se a necessidade e o desejo da autonomia que relaciona-se intimamente com a solidariedade, a cooperação e o respeito pelo outro. Ser autônomo, como indivíduo e/ou enquanto grupo social, implica ser sujeito e agente de seu discurso e de sua ação. Ser autônomo não significa ser dono da verdade absoluta, mas ser sincero com sua realidade e a dos outros; é reconhecer-se a si e ao outro, “(...) *não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais*”. (FREIRE, 2005, p.93).

A autonomia não é, pois elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do Outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito. (CASTORIADIS, 1982, p.126).

Os pensadores MATURANA (1997) e ARENDT (2007) expõem outros fenômenos de socialização que têm a propriedade de unir as pessoas em busca de algo comum. Tem-se como base dessa união o respeito e a aceitação do outro na convivência; aqui estão as justificativas do diálogo entre a comunidade científica e os saberes tradicionais. Uma socialização entre os que fazem ciência e entre os que constroem os saberes tradicionais amplia as possibilidades e elimina obstáculos ao desenvolvimento social e humano de todos os grupos sociais existentes. Na educação e no planejamento, a emoção que aceita a diversidade, portanto, o diferente de mim, nasce da aceitação espontânea e não utilitarista.

Na socialização analisada por MATURANA (1997), considera-se o amor a condição dinâmica espontânea de aceitação do outro, um fenômeno biológico que não se resume ao sentimento de afetividade de uma pessoa por outra.

(...) o amor é o fundamento do fenômeno social e não uma consequência dele (...) O amor consiste na abertura de um espaço de existência para um outro em coexistência conosco (...) Estou apenas dizendo que, sem o amor como um fenômeno biológico espontâneo, não existe socialização. (MATURANA, 1997, p.184 e 186).

O diálogo entre a socialização de MATURANA (1997) e a pedagogia de FREIRE (2005) é imprescindível, pois, *“Sendo fundamento do diálogo, o amor é também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação”* (FREIRE, 2005, p.92). Essa reflexão é inevitável quando pensa-se o manejo das UC's de uso sustentável.

No caso de ARENDT (2007) o fenômeno analisado é o poder. Tanto o amor como o poder somente existem em potencial, dependendo intimamente do respeito e da aceitação do outro na convivência, ou seja, da socialização. O espaço do poder é chamado por Arendt de o espaço da aparência. *“Onde quer que os homens se reúnam, esse espaço existe potencialmente; mas só potencialmente, não necessariamente nem para sempre”* (ARENDT, 2007, p.212). A convivência torna-se um fator indispensável a esse fenômeno. Ao contrário da tirania, regada de força e violência, o poder só é efetivado quando o ato e a palavra caminham juntos, *“(...) quando as palavras não são vazias e quando os atos não são brutais (...)”* (ARENDT, 2007, p.212). Neste sentido, a população da resex marinha Baía do Iguape precisa construir uma organização social que potencialize a manifestação dos fenômenos do amor e do poder, respectivamente defendidos por MATURANA (1997) e ARENDT (2007).

A princípio, como foi analisado no primeiro capítulo, no contexto social e político que fez nascer a idéia e, posteriormente, a materialização do desenvolvimento da sociodiversidade e da proteção da biodiversidade com o uso social da natureza, pode-se dizer que o amor e o poder, como aqui conceituados, fizeram-se presentes entre os grupos sociais que se uniram para transformar e reformular toda a legislação ambiental brasileira. A organização e a união dos seringueiros com outros grupos sociais apoiavam-se na diversidade e legitimidade de modos de vida distintos do modo de vida “eleito” pela elite intelectual e econômica do Brasil. O movimento nacional dos seringueiros, no estado do Acre durante a década de 1970, foi fundamental para a

transformação na legislação ambiental brasileira. A legitimidade do movimento resultou na criação do estatuto de reserva extrativista até mesmo antes de ser oficializada a lei 9.985/00.

As manifestações do amor e do poder nas relações sociais fundamentam-se no bem comum das pessoas. Esse bem comum somente é possível pelo respeito e cooperação na aceitação do outro. *“É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam”* (ARENDR, 2007, p.212). A convivência entre os seres humanos e o que os mantém unidos é o poder e o amor, *“a condição humana da pluralidade”* (ARENDR, 2007, p.213).

Pensar em ação política e projeto político nos remete a pensar em atividades puramente humanas. A ação política, guiada por projetos políticos, carece dos fenômenos do poder e do amor para sua efetivação. Em ambos os casos o discurso e as teorias caminham lado a lado com a ação. *“A ação (...) corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o homem, vivem na Terra e habitam o mundo”* (ARENDR, 2007, p.15). *“A política não é nem concretização de um Saber absoluto, nem técnica, nem vontade cega não se sabe bem de que; ela pertence a um outro domínio, (...) a práxis”* (CASTORIADIS, 1982, p.94). Por isso a noção de realidade e de conhecimento que preferimos não nos permite alegar um conhecimento pleno e absoluto de uma única realidade, caso contrário, estar-se-á desconsiderando a pluralidade. A práxis é aceitar a autonomia do outro ou dos outros como meio e fim; *“(...) a práxis é aquilo que visa o desenvolvimento da autonomia como fim e utiliza para este fim a autonomia como meio”* (CASTORIADIS, 19982, p.94).

Neste ponto estamos unindo toda a discussão sobre a relevância do diálogo de saberes e o respeito ao universo dos grupos sociais tradicionais, que constroem em outros domínios operacionais de existência seus universos de saberes e relações com o mundo. O conhecimento construído e compartilhado nasce de interações e reciprocidades de experiências e vivências diversas, num eterno diálogo entre o observador e o mundo com seus fenômenos cognoscíveis.

Não se trata de recriar métodos, ou de repensar conceitos que apenas aprimorem uma mesma lógica de relacionamentos homem-natureza e entre-os-homens.

Importa alterar a essência mesma de tal estrutura de conhecimentos, acompanhada de sua estrutura de valores (...) de modo a ser possível pensar e estabelecer princípios de relacionamento de uma outra maneira. (BRANDÃO, 1994, P.74).

O conhecimento científico e a técnica, na maioria das vezes, têm suas motivações no utilitarismo da lógica mercadológica. Uma das conseqüências é a necessidade de construir uma falsa idéia de “domínio da natureza” pelos humanos. Falsa, pois, ao contrário desse discurso, criou-se com a ciência e a técnica disponíveis uma espécie de dupla dominação dos homens e mulheres. Alguns grupos “dominam” e subordinam outros e ao mesmo tempo todos estão subordinados e “dominados” por um sistema que os exclui a serviço da utilidade e do interesse (BRANDÃO, 1994). Neste jogo os opressores ilusoriamente se vêem “livres” e donos de suas decisões. A cegueira e a hipocrisia alimentam essa falsa liberdade dos opressores em nome de um sistema político que hierarquiza grupos sociais dentro de uma ordem injusta. As diferenças de qualquer natureza transformam-se em justificativas para perversidades e crueldades cotidianamente praticadas.

Não se trata mais de extrair de uma natureza inerte e dominada, por meio de uma técnica utilitária e insensível, aquilo que unidimensionalmente exista para servir apenas o homem. (BRANDÃO, 1994, p.75).

Não busca-se uma teoria explicativa universal de como todos devem-se comportar no mundo e com o mundo. Apenas trata-se de não considerar a natureza como recursos em potenciais, mas, dirigir-se a ela na condição de parceira de uma inevitável interação. *“Re-centrar nela o valor-de-si-mesma e não mais um bem-para-o-homem (...) como algo disponível para e não a disposição de”* (BRANDÃO, 1994, p.78).

A educação aqui pretendida refletirá no planejamento almejado. Ao sair dos direitos dos homens e mulheres e partimos para os direitos da vida, busca-se também reformular a noção de ética, por isso falar em autonomia, poder e a aceitação do outro na convivência. Considera-se a vida ou a natureza um domínio de identidades e relacionamentos muito alargado; os seres humanos devem se perceber participantes desse domínio ao invés de se excluir para ilusoriamente dominá-lo (BRANDÃO, 1994). *“Uma decorrência direta: os direitos concretos da espécie humana devem ser pensados na sua relação com os direitos de existência e realização de outras espécies de seres*

vivos” (BRANDÃO, 1994, p.82). Tal noção tem a ver com a idéia de conservação da natureza trazida pelo SNUC; pensa-se a natureza socializada, vivida e percebida pelas sociedades humanas, tomada pelas culturas. Pois, valorizam-se os grupos sociais tradicionais e seus diálogos e cotidiano de convivência com a natureza, (o sentido do *habitat* trazido nas palavras de Buttimer no capítulo terceiro). Não é nada fantasmagórico pensar que a existência da espécie humana passa pela existência e realização de todas as espécies que compõem todos os ecossistemas (aprofundar-se-á com exemplos tal questão no quinto capítulo).

Aceitar da vida o valor de si mesma nos conduz a outros valores e atitudes na socialização humana. É neste sentido que BRANDÃO (1994) transcende os direitos da espécie humana aos direitos da vida, inclusive a humana. *“Na extensão da idéia de homem ao que é a sua característica mais essencialmente real e manifesta: ser um ser vivo. Ser, melhor ainda, um ser da vida”* (BRANDÃO, 1994, p.81). Procura-se dissolver o discurso que nos exclui para assim aprendermos com as possibilidades e potencialidades liberadas a partir de outra relação entre a espécie humana e os seus espaços de experiências.

Há íntimas e recíprocas relações entre as ações do Estado e do capital privado com o discurso e as teorias que excluem a espécie humana dos “círculos da natureza”. Discurso e ação são indissociáveis, um sem o outro não se efetivam. Precisamos sim de palavras para guiar e traduzir os caminhos de nossas ações, mas não verdades absolutas e definitivas sobre como agir e sobre os resultados e produtos desse agir. *“Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras”* (ARENDT, 2007, p.191). O grande fracasso dos projetos revolucionários, e ao mesmo tempo o triunfo do sistema social e político prevaiente, estão intimamente ligados à falsa necessidade de construir uma teoria definitiva e absoluta sobre os caminhos e os resultados das transformações pretendidas,

Ora, o essencial das atividades humanas não pode ser captado nem como reflexo nem como técnica. Nenhum fazer humano é não consciente; mas nenhum poderia continuar nem por um segundo, se estabelecêssemos a exigência de um saber exaustivo prévio, de uma total elucidação de seu objeto e de seu modo de operar. (CASTORIADIS, 1982, p.91).

O fazer de um projeto político não é o fazer da técnica, a ação política não é a fabricação de um objeto. Tais princípios estão presentes nos escritos de Cornelius Castoriadis (1982) e de Hannah Arendt (2007). Tanto o educar como o planejar devem estar atrelados a projetos políticos que são realizáveis através da ação política, que significa coletividade e aceitação do outro na convivência. Exige-se respeito pela pluralidade e diversidade de domínios cognitivos, proposições explicativas, desejos e carências. Tudo isso tem a ver com a convivência que tem a ver com a ética. *“(...) sem aceitação mútua não pode haver coincidências nos desejos, e sem coincidências nos desejos não há harmonia na convivência, nem na ação nem na razão e, portanto, não há liberdade social”*. (MATURANA, 1998, p.75). Essa coincidência nos desejos não se refere a uma falsa homogeneidade, mas tem a ver com o querer bem de todos, independente do grupo social que se identifica. Acho que por isso Maturana (1998) acrescenta dois pontos à Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas; *“o direito de equivocarse e o direito de mudar de opinião”*. (MATURANA, 1998, p.72). Somos todos diferentes a cada instante...

Os princípios que regem o plano de manejo das UC's de uso sustentável, largamente explorados neste trabalho, não podem ser legitimados dentro de um sistema de teorias e conhecimentos que impõe regras de condutas sociais muitas vezes dependentes da situação econômica para serem efetivas. Por outro lado, não cria-se viabilidade social e política de transformações, mas alimenta um sistema punitivo e opressor contra quem foge das condutas pré-estabelecidas *“A punição é a alternativa do perdão, mas de modo algum seu oposto”* (ARENDRT, 2007, p.253). Quando se pretende construir relações de subordinação e opressão, é evidente que discursos e ações políticas que defendem a cooperação e não a competição serão marginalizados diante da razão que justifica tais relações. Ao querer legitimar a acumulação de riqueza e a possibilidade de impor, mesmo que disfarçadamente, interesses puramente individuais ou restritos a pequenos grupos, a racionalidade humana-científica esquece da sociodiversidade em nome de ideologias que contemplam a competitividade injusta e cruel, disfarçada de livre concorrência, e a subordinação disfarçada de bom senso.

É neste momento que devemos ter cuidado com o discurso profetizado sobre a democracia brasileira. Em tempos de eleição são comuns slogans do tipo “prática democrática” e/ou “conquista da democracia brasileira”. A política da maioria, denominada de democracia, não pode jamais ser interpretada como “(...) a ditadura da maioria (...)” (MORIN, 2001, p.32). Pois, se assim o faz, desconsidera-se a pluralidade, essencialidade das ações e dos projetos políticos. Esse louvor à maioria, facilmente transforma-se em exclusão de minorias, o cuidado com os tipos de governo é indispensável, nenhuma teoria ou ideologia política se completam em si mesmas.

O otimismo com a “democracia” no Brasil é historicamente compreendido, face aos desastres da ditadura militar. Contudo, deve-se sempre questionar a materialidade e a materialização de nossos discursos e teorias. MORIN (2001) atribui à democracia o caráter de proteção as minorias e a não-repressão às idéias que fogem de padrões estabelecidos. “*Ela respeita as verdades que se opõem*”. (MORIN, 2001, p.32). Sendo assim, não vivemos uma democracia plena, pois, é fato a violência do Estado contra manifestações contrárias à ordem política e econômica prevalentes. Além disso, no caso do Brasil, não é a minoria da população que coexiste na escassez ou ausência de satisfações e carências. E mesmo se fosse a minoria, como o próprio MORIN (2001) diz, não se pode tratar a democracia como a ditadura da maioria. Satisfazer a pluralidade é satisfazer a todos e não a maioria.

A democracia como a ditadura da maioria cria uma falsa homogeneidade que produz pelo menos dois problemas: por um lado descarta grupos sociais que não se “enquadram” e/ou não se identificam com a “maioria”, por outro, os grupos que se “enquadram” ficam cegos ou hipócritas ao aceitarem a maioria como homogênea em seus desejos, carências e satisfações. Não podemos nos contentar com a satisfação e bem estar da maioria, mas sim de todos.

Outro problema das formas de governo apontado por ARENDT (2007) inclusive a democracia, é a pressuposição de que os seres humanos somente socializam-se legitimamente quando alguns têm o direito de governar e outros o dever de serem governados. Escolhemos nossos representantes democraticamente, onde a maioria vence numa competição que exclui a minoria que perde. Com isso há o “(...) *banimento dos cidadãos da esfera pública e a insistência em que devem dedicar-se aos*

seus assuntos privados, enquanto só o soberano deve cuidar dos negócios públicos” (ARENDR, 2007, p.234). Essa relação na política e governo nacional mostra-se simbolicamente como um fenômeno legítimo e incontestável que penaliza, portanto, a autonomia individual e social. Contudo, a participação dos cidadãos fica restrita à escolha do seu candidato durante as eleições. Nosso sistema de governo considera os eleitos pelo povo aptos a decidirem tudo pelo povo. A participação da sociedade em decisões e direções de políticas públicas não acontece no Brasil.

Esses aspectos das formas de governo prevaletentes contrariam as políticas de convivência da educação dialógica e do planejamento comunitário. Por isso devem ser subvertidos. Maturana (1998) esclarece que em geral as propostas políticas são feitas a partir de uma realidade independente do observador, tendo essa proposta um acesso privilegiado à realidade. Tal fato justifica nossas análises do terceiro capítulo, pois, considera-se as infinitas possibilidades de observar infinitas realidades possíveis e, assim, respeita-se e legitima-se domínios cognitivos construídos em domínios operacionais não científicos. No caso das UC's de uso sustentável, a realidade vivida e observada pelos grupos sociais tradicionais é imprescindível para a elaboração e efetivação do plano de manejo de cada unidade.

A tarefa da democracia é sair de tais oposições ao criar um domínio de convivência no qual a pretensão de ter um acesso privilegiado a uma verdade absoluta se desvanece. Vivemos uma cultura que valida a competição e a luta, e frequentemente dizemos que a democracia é a livre disputa pelo poder. Isto é um erro, se o que queremos é uma convivência na qual não surjam a pobreza, o abuso e a opressão como modos legítimos de vida. (...) A democracia é uma obra de arte político-cotidiana que exige atuar no saber que ninguém é dono da verdade, e que o outro é tão legítimo quanto qualquer um. (Maturana, 1998, p.75).

Assim a pobreza, os abusos e a exploração são erros que precisam ser corrigidos e não mais aceitos como inerentes ao convívio entre os seres da espécie humana. Maturana (1998) chama de “conspiração ontológica” nossa liberdade e autonomia na ação. *“Cada vez que entramos num acordo para fazer algo juntos, de modo a não precisarmos nos controlar mutuamente, porque com aceitação e respeito pelo outro agimos com sinceridade, estamos numa conspiração ontológica”*. (Maturana, 1998, p.78).

O determinismo econômico ainda é muito presente, até mesmo em projetos que compartilham das intencionalidades do projeto MARENA. Fica-se preso ao caráter econômico das alternativas e estratégias construídas. A gratuidade tem que estar presente, nossas ações não resumem-se a alternativas de obtenção de renda e/ou incremento da mesma. A educação dialógica e o planejamento comunitário incentivam a gratuidade em nossas ações e pensamentos. A liberdade social nasce da contemplação e satisfação de nossas necessidades e carências a partir de nossas vontades e valores.

As intencionalidades do desenvolvimento social das UC's de uso sustentável se interagem com as intencionalidades da educação dialógica e do planejamento comunitário. A organização social que pode viabilizar a elaboração e a efetivação do plano de manejo vai também determinar o desenvolvimento social da Resex marinha Baía do Iguape. Ao superar o economicismo, eliminam-se obstáculos e atribuem-se possibilidades ao desenvolvimento. O modelo ideal de vida se dissolve em sua fugacidade; ter já não é mais uma essencialidade do ser do humano. Na socialização construída com a educação dialógica e o planejamento comunitário, a autonomia individual e social faz-se presente com a pluralidade, a sociodiversidade.

Toda nossa reflexão e análise têm sua base na noção de espaço, lugar e mundo vivido analisado no capítulo terceiro. Aprender com nossas experiências no e do espaço, o espaço como possibilidade e não como dado pronto, o diálogo como possibilidade e não como obstáculo. As interações e cooperações entrem a parte e o todo citado nas palavras de Ítalo Calvino na introdução e presente no pensamento sistêmico concebido por MORIN (2001). O termo planejamento comunitário refere-se a algo comum a todos, a algo que nos une. Nossas reflexões e análises sempre comungam a união, a cooperação e não a competição. Está aí o âmago do comunitarismo no planejamento.

É como a idéia de parte e todo e suas interações e inter-relações trazidas por MORIN (2001). Fala-se sobre as qualidades emergentes, evidenciadas somente quando o sistema se constitui. A espécie humana, por exemplo, é constituída de vários agrupamentos de macromoléculas que formando o todo passam a ter propriedades como a capacidade de se movimentar, de se alimentar, de raciocinar,

planejar, desconhecidas por suas partes. Assim o é com as sociedades humanas, um único ser humano não construiria as culturas, a linguagem, a política. Além das qualidades emergentes, há também o princípio “hologramático”. *“Não somente cada parte está no todo como o todo está também em cada parte: o indivíduo na sociedade, mas também a sociedade enquanto todo, no indivíduo”* (MORIN, 2001, p.150-151). Nascermos meio a culturas e linguagens já estabelecidas e legítimas sendo influenciados e influenciando numa eterna troca.

No livro “O ponto de mutação” CAPRA (1982) esclarece idéias sobre a concepção sistêmica da vida, dialogando com as palavras de MORIN (2001),

Todo e qualquer organismo – desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela imensa variedade de plantas e animais – é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo. (CAPRA, 1982, p.260).

Neste sentido, considera-se uma teia de relações complexas entre tudo o que é vivo e suas partes constituintes. *“Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes”*. (CAPRA, 1982, p.260). Faz-se assim nas sociedades humanas; o poder, o amor e a socialização espontânea não acontecem somente com a aproximação entre as pessoas. Daí a relevância da educação dialógica e do planejamento comunitário; incentiva-se inter-relações e interações associadas a processos traduzidos por ações e projetos políticos. Se a simples aproximação física e locacional fossem suficientes, toda e qualquer aglomeração humana coexistiam com a autonomia individual e social plenas. Quando Paulo Freire (2005) diz que os seres humanos aprendem entre si mediatizados pelo mundo, está pensando na cooperação entre as pessoas e entre as pessoas e o mundo e não numa mera soma de suas partes.

Transformar a essência mesmo de nossas relações com a vida, transformar-se-á nossa organização política e social que conduz-nos a um profundo desperdício de qualidades e potencialidades só evidenciadas na coletividade. O poder, o amor, o diálogo, a socialização, somente acontecem na pluralidade e diversidade do convívio entre os seres humanos. A socialização espontânea e gratuita substitui o utilitarismo e o interesse nos fenômenos sociais e políticos de nossa vida cotidiana.

Apesar das breves referências, durante todo caminho percorrido, ao nosso espaço de análise, que para tantos outros se constituem em espaço vivido, no próximo capítulo tentar-se-á dialogar a realidade da Resex marinha Baía do Iguape com os desafios e as propostas epistemológicas e metodológicas refletidas e analisadas durante toda a dissertação. Ao identificar os pescadores e as marisqueiras artesanais dentro das perspectivas de grupos sociais tradicionais adotadas neste trabalho, far-se-a referências às transformações emergenciais no tecido social e na qualidade das relações de trabalho e seus produtos. As ações em relação à conservação da natureza não pode apenas querer um prolongamento da vida humana, com suas estratégias “sustentáveis” que visam apenas amenizar os “impactos” ao ambiente natural.

Trata-se de *“Passar de um agir sobre a natureza a um trocar gestos recíprocos com a natureza”*. (BRANDÃO, 1994, p.76). Pode até parecer um devaneio poético como o próprio Brandão diz, mas também pode ser um desafio para diálogos e comunicação com/entre os humanos e o mundo. *“O sentido da extensão dos direitos à liberdade a tudo-o-que-é-vivo deve estar na vida-em-si-mesma e no modo peculiar como cada um de seus seres dela participa (...)”*. (BRANDÃO, 1994, p.83). Construir cidadania, liberdade social e autonomia sem serem determinadas pela hierarquização social e econômica nascida da competição e do egoísmo do sistema social e político prevalentes.

6 – A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA BAÍA DO IGUAPE



6.1 – Pelos caminhos do manguezal...



Vivo no mundo da lama, chamam de maternidade, albergue das minhas aves, santuário da prosperidade.

Berçário de alevinos, onde o limo é alimentação, riqueza da natureza supermercado da população, meu manguezal...

Carlinhos do Tote

A partir das linguagens imagéticas, frequentemente utilizadas pelos geógrafos e sempre atreladas às palavras, traduz-se mistérios e transporta-se ao universo do imaginário que se mistura com o universo do pensamento; dessa mistura nasce o conhecimento, o saber humano. Não pretende-se aqui descrever o imaginário de pescadores e marisqueiras, mas sim considerá-lo característica intrínseca ao ato humano de conhecer, independentemente do seu domínio de experiência. O destaque ao ato fotográfico e, portanto, a um tipo de linguagem imagética nos procedimentos metodológicos justifica-se pelo papel que a observação e a imaginação têm em nossa pesquisa e na construção de todo e qualquer domínio cognitivo.

Observação, imaginação e pensamento são características do ato humano de conhecer que nos leva a desvendar mistérios e a desconsiderar fronteiras. Tem-se assim nas palavras e nas imagens desse trabalho, a mescla de imaginações, observações e pensamentos que compõem o universo científico e tradicional. Todavia, considera-se na construção do conhecimento científico, providencial e essencial a esses objetivos, coisas além da racionalidade lógica da própria concepção dominante de ciência. A subversão é imprescindível às transformações. Aqui, as imagens são parceiras das palavras, pois, ambas dão sentido e significado as nossas imaginações e pensamentos. Não nos é possível falar sobre a baía do Iguape sem as imagens que tanto nos encantam...



Foto 3: Os encantos da baía do Iguape transcendem qualquer racionalidade lógica sobre estética e valores culturais. Mario Alberto dos Santos.



Foto 4: Um mundo de sonhos onde pescadores e marisqueiras se alimentam de esperanças que os levam a navegar solitários em busca do marisco e do peixe que cotidianamente alimentam corpos, almas e corações... . Mario Alberto dos Santos.

Quando as águas do rio Paraguaçu e as águas do rio Guai encontram as águas da baía de Todos os Santos, temos um lindo lagamar chamado de “Baía do Iguape”. Belos e extensos manguezais cercam a não menos bela baía do Iguape, abrigando a diversidade de vida na fauna e flora locais. Nessa fauna abundante está a espécie humana, coexistindo com as outras espécies que compõem a diversidade da área. Essa é a relação essencial entre parte e todo na baía do Iguape. Pescadores, marisqueiras e todos os seres que compõem os ecossistemas da área são as partes que nos revelam o todo, ou seja, a “baía do Iguape”. As coisas do espaço não podem se distinguir do próprio espaço...

A palavra mangue atualmente é utilizada na academia quando se refere as diferentes espécies de arvores existentes, já a palavra manguezal se refere ao ecossistema do mangue (VANNUCCI, 2003). O ecossistema do manguezal não se resume à floresta, às águas e ao solo; é necessário mais para construir um ecossistema. Necessita-se de,

(...) interação dinâmica de suas diferentes partes, expressa como a transferência ou o fluxo de matéria e energia de um componente – ou parte – aos outros componentes dentro do ecossistema e entre o ecossistema manguezal e os outros ecossistemas adjacentes. (VANNUCCI, 2003, p.76).

Nesta interação dinâmica pode ou não estar incluída a espécie humana. No caso da baía do Iguape tem-se nos pescadores e marisqueiras a qualidade de componentes dos ecossistemas existentes na área. Essa interação não necessariamente é feita sobre bases sustentáveis, tanto econômica como ecologicamente. Isso justifica a necessidade da educação dialógica e do planejamento comunitário, pois, nossas atitudes e nossos valores em relação ao ambiente natural devem constantemente ser questionados e reavaliados. Os erros e as superações são perfeitamente possíveis e inevitáveis.

Pescadores e marisqueiras artesanais, com seus saberes e valores, coexistem numa troca cotidiana com as vidas que se manifestam nos manguezais da baía. Os modos de vida das populações da resex caracterizam o todo. As relações de trabalho em torno da agricultura familiar de subsistência caracterizam as comunidades quilombolas do lado leste da baía do Iguape: Santiago de Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Calolé, Engenho da Pedra, dentre outras. Elas se diferem neste sentido das comunidades do lado oeste da baía (a sede municipal de Maragogipe e os distritos de Nagé, Coqueiros e São Roque), mais voltadas para a comercialização do pescado e sem práticas voltadas para a agricultura.

Mas há similaridades substanciais em todas as comunidades; trabalho familiar, meios de produção de tecnologia artesanal, participação de amigos em alguns casos. O extrativismo serve para a subsistência apesar de haver vendas de pescados e mariscos; a subsistência ainda é marca essencial das atividades tradicionais da resex. As comunidades quilombolas eventualmente vendem parte do pescado e algumas frutas de época assim como produtos agrícolas. O jenipapo, por exemplo, muito consumido no período de festejos do São João, é colhido e vendido durante sua safra. A produção de ostras, feita em pequena escala por alguns moradores, eventualmente colabora com a renda. Nas áreas mais urbanas (Maragogipe, Nagé, Coqueiros, Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu) a renda familiar é preferencialmente completada com “bicos” (ajudante de pedreiro, pintor de parede,

limpar terrenos baldios, etc.) e menos com a produção agrícola. A dependência para com a pesca e o tempo dedicado a seu exercício são maiores do que nas comunidades de lavradores-pescadores. Entender a socialização e as relações de trabalho da população da resex implica em observar e contemplar. Experiências vividas fizeram-se essenciais para nossas análises e parcial compreensão de seus cotidianos.

Os inúmeros encontros com nosso espaço em análise fizeram-se mediatizados pelo diálogo e pela contemplação, o espaço como possibilidade e sua alma e seus lugares, caracterizando e dando-nos subsídios para nossas análises.



Foto 5: Vista da baía do Iguape. Mario Alberto dos Santos



Foto 6: Vista da baía do Iguape. Mario Alberto dos Santos

A preocupação, no capítulo terceiro, em legitimar todos os domínios cognitivos materializáveis ou não deve-se à necessidade de estabelecer um diálogo com a população da resex em questão: um diálogo que busque a equidade nas relações entre comunidade acadêmica e comunidade tradicional. O pensamento moderno criou uma “ilusão teórica”, ao estabelecer nossas experiências íntima e cotidiana com tudo o que é vivo a partir de um conhecimento que nos exclui do denominado “ambiente natural”. Tal conhecimento fundamenta-se na simplificação e na fragmentação dos objetos e fenômenos cognoscíveis a partir de uma lógica utilitária, na qual vê-se o ambiente como algo a “dominar” e utilizar seus recursos em potencial. Dominar implica controlar, ora, como controlar a natureza e seu dinamismo com as mãos e o raciocínio humanos? No máximo consegue-se transformar “matérias-primas” em recursos para alguma utilidade imediata.

As leis 9985/00 - SNUC e a 9795/99 – PNEA garantem em seus objetivos e diretrizes o enfoque em princípios participativos de gestão e planejamento das UC's reconhecidas, bem como o respeito e a legitimidade dos saberes dos grupos sociais tradicionais. Assim, quando fala-se em *lugar e experiências vividas*, fala-se dessa inevitável participação dos grupos sociais tradicionais nos processos de criação, efetivação e implantação das UC's no país. No livro “A poética do espaço” já citado

nesta dissertação, BACHELARD (1989) nos leva à creditar a casa nosso espaço de maior conforto e intimidade, um espaço que acolhe o corpo e a alma humanas. No caso deste trabalho, a casa transcende sua geometria e alcança toda a baía do Iguape, considerada moradia da espécie humana e de outras espécies da fauna e flora, bem como de entidades sagradas (a Vovó do mangue ou Nanã, entidade do candomblé que habita as florestas de mangue, pertence às crenças dos extrativistas) que povoam o imaginário e a fé de pescadores e marisqueiras locais.



Foto 7: Vista da “casa” baía do Iguape. Mario Alberto dos Santos.



Foto 8: Mistérios e encantamentos da baía do Iguape. Mario Alberto dos Santos.

A alma e os lugares da baía do Iguape estão intimamente influenciados pelos saberes, valores e intencionalidades contidas nas ações cotidianas de pescadores e marisqueiras locais. Num trabalho que envolve processos pedagógicos e planejamento, subtrair o que é comum entre pescadores e marisqueiras (saberes e valores) é o mesmo que subtrair-lhe a essência. Pois, se o lugar é também sentimento, precisamos relevar os sentimentos que os habitantes do espaço baía do Iguape constroem no seu dia a dia tal como foi analisado e discutido no capítulo terceiro.



Foto 9: Pelas imagens, podemos ver como o espaço e as coisas do espaço estão entrelaçados numa combinação de cores, gestos, movimentos... . Mario Alberto dos Santos.

O habitat de pescadores e marisqueiras chamado de “Baía do Iguape” abriga o dinamismo do manguezal e as relações que todas as vidas que o compõem estabelecem. O verde do mangue é refletido pela água da baía e ganha significado no imaginário e no consciente de pescadores e marisqueiras; o manguezal é lugar de trabalho, é moradia de entidades sagradas e é também “berço” da vida.

A beleza do manguezal às vezes fica esquecida no cotidiano de cansaço e freqüentes dias e noites de frio e pouca recompensa financeira para os pescadores e as marisqueiras artesanais da baía do Iguape. As vidas que no manguezal brotam garantem a realização da vida humana que necessita da realização de todas as outras vidas que compõem o ambiente natural da baía do Iguape. Na concepção sistêmica da vida, analisada ao longo da dissertação e com mais intensidade durante o capítulo quarto, está contida a inevitável reciprocidade entre tudo o que é vivo, independentemente do(s) ecossistema(s) que se manifesta(m). Assim o todo nunca é a mera soma das partes, mas sim as infinitas possibilidades de combinações e agrupamentos entre todos os elementos que compõem tudo o que é vivo e suas interações e trocas com o mundo, ou seja, sua organização: no caso deste trabalho, o modo de vida dos moradores da resex. A organização social e política dos moradores influencia diretamente na vida dos sistemas vivos presentes nos ecossistemas locais.

A organização, que pode combinar de maneira diversificada vários tipos de ligação, liga os elementos entre eles, os elementos em uma totalidade, os elementos à totalidade, a totalidade aos elementos, ou seja, une entre si todas as ligações e constitui a ligação das ligações. (MORIN, 2005, p.164).

Neste sentido, o todo e suas partes têm relações de troca intermináveis e indispensáveis à teia da vida. *“O todo só funciona enquanto todo quando as partes funcionam enquanto partes. O todo deve ser relacionado à organização. O todo, enfim e, sobretudo, traz em si conflitos, sombras e cisões”* (MORIN, 2005, p.160). O pensamento sistêmico considera as propriedades do todo essenciais aos sistemas vivos, pois, são propriedades que nenhuma das partes possui (CAPRA, 2006). Disso decorre a coletividade na construção dos saberes, da educação e do planejamento; tudo depende da relação estabelecida com o outro. E este outro estende-se a todas as manifestações da vida local.

Elas surgem das interações e das relações entre as partes. (...) Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes (CAPRA, 2006, p.40).

A concepção sistêmica vê o mundo em suas relações e interações (CAPRA, 1982). As diversas combinações e agrupamentos de substâncias e macromoléculas que compõem os organismos vivos interagem com o mundo de maneira também diversa. Desde a menor bactéria até os grandes mamíferos, passando pela diversidade de plantas e outros animais, são considerados uma totalidade integrada, portanto, um sistema vivo (CAPRA, 1982). *“O que se preserva numa região selvagem não são árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relações entre eles”* (CAPRA, 1982, p.260).

A estabilidade da vida na baía do Iguape depende dessas experiências cotidianas vividas pelos pescadores e pelas marisqueiras. No longo caminho até aqui percorrido, chega-se neste ponto com substancial tranquilidade para creditar legitimidade a toda discussão e esclarecimentos de possibilidades e alternativas para nossa relação com o espaço. A necessidade de mudanças faz-se urgente.

Os saberes são essenciais à organização social e política dos moradores. O trabalho que garante a sobrevivência garante também os freqüentes encontros pescador-baía e marisqueira-manguezal. Os saberes tradicionais neste caso

transcendem o simples “saber pescar”. Uma das especificidades mais evidente está na interação e interatividade entre os sistemas vivos e o sistema de marés. Diferente das outras florestas, o manguezal convive com o movimento das marés. Não só as plantas, mas os seres da fauna também têm o seu “tempo” controlado pelas marés. No caso dos extrativistas locais, essa regra não é diferente.

O pescador e a marisqueira dependem da compreensão da complexidade e dinamismo dos movimentos da maré; sem esse entendimento não haveria como saber quando e nem onde ir pescar ou mariscar. Os ciclos da natureza envolvem muito mais os pescadores e as marisqueiras da baía do Iguape do que o tempo contabilizado pelos relógios. Maré cheia e maré vazia, maré grande e maré pequena, são as diferentes denominações dadas pelos moradores para as diferentes marés. Para as ciências há as seguintes denominações: preamar e baixamar; maré de sizígia (lua cheia e lua nova) e de quadratura (lua crescente e minguante). Com seu complexo dinamismo, elas influenciam as artes de pesca e mariscagem ao mesmo tempo em que determinam os diversos tempos do pescador e da marisqueira: o tempo da maré determina o horário de início e fim da pescaria e o tempo passado trabalhando; o tempo da “safra” na pescaria, diferentes estações do ano oferecem diferentes espécies e quantidades ao extrativista; o tempo que permite a reprodução das espécies comumente capturadas.



Foto 10: Enquanto esperam a hora da maré, canoas descansam no silêncio ao lado do manguezal. Maré para a população tradicional da resex marinha baía do Iguape é não somente o movimento de sobe e desce das águas; a maré é também lugar: lugar de buscar alimento, renda, lugar de convívio, lugar de mistérios. Mario Alberto dos Santos.

Na perspectiva da estabilidade da natureza, tem-se a sensibilidade de aceitar que nem sempre as atividades da espécie humana são nocivas ao ambiente natural. O mito da natureza intocada se dissolve diante dessa premissa. As águas, as árvores, os aratus, os siris, os sururus, os mapés, os caranguejos, os homens e as mulheres, tudo o que é vivo precisa ter o direito de realização de suas vidas. Trata-se logo de re-centrar na natureza o valor de si mesma, não mais agindo sobre a natureza, mas sim trocando gestos recíprocos com a mesma (BRANDÃO, 1994). As vidas que compõem os ecossistemas da baía do Iguape e suas inter-relações espontâneas ou não são igualmente relevantes para a estabilidade dos sistemas vivos que ali se manifestam. Respeitar os saberes dos pescadores e marisqueiras que trabalham e vivem influenciados e influenciando os ecossistemas locais leva-nos a relembrar as palavras de CASTRO (1997), BRANDÃO (1994) e MATURANA (2001) citadas durante a dissertação. Essas palavras legitimam os saberes tradicionais e justificam nosso diálogo com um universo que tem no seu âmago o respeito e a troca com o ambiente natural.

A floresta do mangue não serve apenas de habitat de espécies da fauna e do imaginário coletivo da população. As árvores do mangue têm utilidade em artes de pesca como a camboa (foto 30 e 31) ou como remédio também. As espécies que povoam a baía do Iguape compõem um cenário de belas imagens que revelam a biodiversidade e a sociodiversidade existentes na área. O manguezal da baía do Iguape é composto por três principais espécies da flora do mangue. A *Laguncularia Racemosa* (mangue branco) é a espécie mais encontrada na baía do Iguape. Suas raízes submersas na lama, suas sementes e folhas a diferem de outras espécies de árvores do mangue.



Foto 11: *Laguncularia racemosa* (sementes). Mario Alberto dos Santos.



Foto 12: Camuflado por entre os poucos caminhos dentro do mangue, o extrativista artesanal vai se aventurando por entre as laguncularias que povoam o manguezal da baía do Iguape.

Mario Alberto dos Santos.

A *Rhizophora mangle* (mangue vermelho) é caracterizada pelas raízes aéreas em forma de arcos (foto 13), talvez a imagem mais constante quando se pensa em árvores de manguezais.



Foto 13: Raízes da rhizophora mangle (mangue vermelho). Mario Alberto dos Santos.



Foto 14: Um propágulo que se transformará numa nova muda de rhizophora, reprodução natural das espécies. Mario Alberto dos Santos.

Tem ainda a *Avicennia Germinans* (mangue preto) com suas raízes pontiagudas (fotos 15 e 16) que brotam do chão ao redor do tronco maior.



Foto 15: As raízes da avicennia (mangue preto) brotam do chão dando continuidade a vida.
Mario Alberto dos Santos.



Foto 16: Raízes da avicennia (mangue preto). Mario Alberto dos Santos.

As florestas de mangue e as águas da baía do Iguape são lugares que fornecem alimentos, matéria prima para diversas finalidades, permitem a existência e os sonhos de milhares de pessoas. São também moradas de entidades místicas (como Nanã, entidade que pertence ao candomblé) que compõem o universo religioso dessas pessoas. A essência dessas relações é influenciada pelo sentido que cada ser vivo do manguezal tem na vida da espécie humana. A baía e os manguezais, morada de entidades sagradas e “depósito” de alimento, carrega o sentido de lugar e moradia. A afetividade e o sentimento de proteção fazem nascer saberes e relações que, com respeito e carinho, trocam gestos com a natureza. No entanto, com a realidade vivida na resex baía do Iguape, influenciada por processos políticos partidários e pela organização social e econômica prevalente, não permite-se considerar pura e simplesmente as trocas e gestos de pescadores e marisqueiras com o ambiente natural. Em muitos casos sabe-se que esses gestos e trocas são excluídos por forças externas e transformados em atitudes auto-predatórias como veremos mais adiante.



Foto 17: A fé anda junto com os pescadores e as marisqueiras, numa mistura de ritos e mitos de matriz africana e dogmas cristãos. Mario Alberto dos Santos.

Identificados simbolicamente pelos pés sujos de lama e pelas canoas de um tronco só, pescadores e marisqueiras da baía do Iguape têm em seus saberes sua mais profunda e legítima identificação e/ou representação. O conhecimento coletivamente construído presente entre os moradores da baía do Iguape faz-se substancial para pensar algum planejamento para a área. Muito além de simples esquemas descritivos, os saberes tradicionais estão para as ciências assim como as ciências estão para os saberes tradicionais: dois domínios cognitivos existentes em dois diferentes domínios de experiências...



Foto 18: Com os pés cheios de lama, o pescador e a marisqueira vão trilhando seus caminhos junto aos caminhos que trilham as vidas do manguezal. Mario Alberto dos Santos.



Foto 19: As canoas transportam sonhos e pessoas... . Mario Alberto dos Santos.

O conhecimento de pescadores e marisqueiras alcançam os hábitos alimentares das espécies capturadas e o ritmo de reprodução e crescimento. O pescador de camarão, por exemplo, sabe o tempo necessário para a desova e o crescimento da espécie. Ao contrário do defeso estabelecido pelo IBAMA, que ocorre duas vezes ao ano, o pescador sabe que o camarão nasce e cresce a cada maré, isso significa cerca de 15 dias, muito diferente do que está na lei de defeso¹ da espécie. Os hábitos alimentares e a identificação do sexo de espécies como o aratu, o siri e o caranguejo são facilmente definidos como é também o tempo necessário para estas espécies ficarem adultas e prontas para a captura. As variações de salinidade e temperatura da água ocasionadas pelo funcionamento da hidroelétrica Pedra do Cavalo são comumente sentidas e percebidas pelos extrativistas. Tudo isso influencia na eficiência das estratégias de pesca e de mariscagem; o processo de construção de saberes é simultâneo ao processo de criação das artes de extrativismo.

Além do erro na estratégia de defeso do camarão que o poder público estabeleceu, há outras observações dos moradores que dependem da existência dos saberes e que, portanto, vai influenciar no planejamento da área. As marisqueiras da

¹ - Estratégia estabelecida em lei que impõem períodos durante o ano onde a captura fica impedida para assim garantir a reprodução das espécies. O caso do camarão são dois períodos de três meses a cada ano.

baía do Iguape clamam pelo defeso do sururu e do mapé (mariscos capturados na resex). A percepção da necessidade de deixar “descansar” o mangue e estabelecer suspensões temporárias de não captura de alguns mariscos é presente entre as extrativistas. Seus conhecimentos são suficientes para entender que o defeso do camarão é mal realizado e que outras espécies também precisam entrar para a estratégia do defeso. Deve-se ouvir os pescadores e as marisqueiras para assim elaborar um texto de lei realmente eficiente em sua proposta.

As inadequações são devidas em parte à insuficiência do caráter geral da lei diante das especificidades de cada região e lugar com seus variados sistemas biológicos. A lei não aprofunda suficientemente as variações locais. Outra prática social que participa da criação de todos os saberes locais é o uso de plantas com potenciais medicinais. Esse conhecimento implica em saber sobre botânica (identificação e classificação de espécies) e sobre qualidades homeopáticas de espécies da flora.



Foto 20: Crianças observam o trabalho das mães marisqueiras. Mario Alberto dos Santos.

Além da pesca e da mariscagem, algumas comunidades da resex praticam a agricultura de subsistência (citado no início deste subcapítulo). Tal prática resultou num conhecimento relativamente detalhado sobre solos. Existe uma diferenciação nos tipos de solos e essa diferenciação possibilita classificar o solo de acordo com o tipo de cultura que lhe é mais produtiva. Por exemplo, existem os locais corretos de se plantar mandioca, milho, verduras, enfim, cada conjunto de

características que identifica um tipo de solo mais ou menos adequado para um determinado tipo de cultura. Além dos critérios relacionados ao solo, como textura e cor, por exemplo, tem também os critérios relacionados ao contexto da área destinada ao plantio, como a declividade do terreno, a sua posição geográfica (ex: fundo de vale) ou a presença de uma mata fazendo fronteira. A diversidade de critérios na classificação permite diferenciar um número maior de solos.

A mariscagem e a pesca dependem das artes e seu manuseio, mas dependem também dos conhecimentos citados. A construção desses conhecimentos não se dá de maneira formalizada e institucionalizada e justamente por isso não possui as “amarras” metódicas das ciências. Por isso percebe-se mais claramente a fantasia, e, portanto, a imaginação na constituição desses saberes. Embora haja nos saberes científicos a presença inevitável da imaginação, tenta-se camuflá-la pela chamada objetividade e precisão das proposições explicativas científicas.



Foto 21: O trabalho na maré envolve muito mais do que força física; paciência e uma experiente observação são essenciais. Mario Alberto dos Santos.

Ao propor um diálogo com os saberes tradicionais, as ciências devem aceitar a imaginação e o misticismo no ato humano de conhecer. Não somente o raciocínio lógico e matemático, mas o universo imaginativo da espécie humana que se traduz em infinitas possibilidades de cognição e significação do espaço vivido. Ao

destacar a preferência pela chamada “geografia humanística” e pelos esclarecimentos de MATURANA (2001) sobre nossos domínios cognitivos e operacionais, destaca-se também nossa preocupação em não limitar o conhecimento científico a meras teorias e/o ideologias que comprometem a eficácia e a sensibilidade do mais aprofundado e complexo domínio cognitivo humano: a própria ciência.

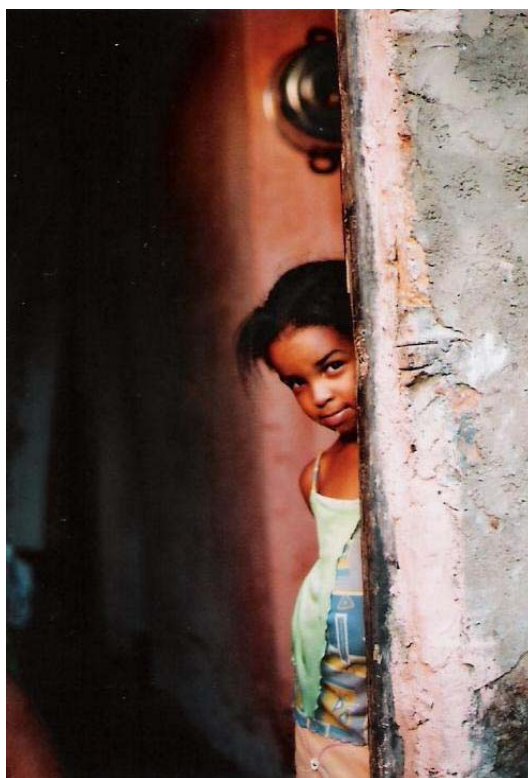


Foto 22: Olhares desconfiados e cheios de alegria, o futuro é presente na baía do Iguape.
Mario Alberto dos Santos.



Foto 23: Os saberes são transmitidos entre as gerações... . Mario Alberto dos Santos

Pescadores e marisqueiras constroem seus saberes cotidianamente; o trabalho, a fé, suas relações sociais e políticas entrelaçam-se mediatizando a construção e a reconstrução de saberes e valores que guiam a vida dos moradores da resex marinha baía do Iguape. Com a observação e a oralidade presentes nessas transmissões e reproduções de saberes, aceita-se a criação imaginativa e a imaginação criativa em experiências vividas pelas pessoas. O ato humano de conhecer na baía do Iguape é tão místico e imaginário como técnico e cheio de raciocínios matemáticos e lógicos.



Foto 24: O ato de tear uma rede exige muita técnica, ao passo que utilizá-la na baía exige muita imaginação, intuição e força física. Achar os melhores pescueiros e jogar a rede no local e na hora exata depende de anos de práticas e erros. Mario Alberto dos Santos.



Foto 25: O trabalho de marisqueiras cavando mapé. Mario Alberto dos Santos.

Há na baía do Iguape diversas artes de pesca e mariscagem, às quais correspondem apetrechos específicos. A arte mais original é sem dúvida a pesca do andarilho, na qual saem de noite ou madrugada diversas canoas, todas em fileiras, com um candeeiro aceso na frente de cada uma das canoas. Provocam no peixe o ímpeto de saltar para fora da água e eventualmente cair dentro das canoas. Por sua vez, a gruzeira consiste numa corda fina de centenas de metros com anzóis pendurados ao

longo desta corda prontos para capturar peixes e arraias. Pode ser feita por um único pescador. A tarrafa é uma rede em forma de círculo, lançada pelo pescador na captura de peixes e que é geralmente praticada de forma solitária.



Foto 26: A mariscagem revela ao povo do mangue mistérios que somente o convívio no ecossistema do manguezal revela. Mario Alberto dos Santos.



Foto 27: Depois de ir para maré, o trabalhador ainda tem que escaldar e catar o marisco (isso significa ferver os mariscos e tirar as conchas e cascas que no caso de sururus, mapés, ostra, siri, aratus, não são comestíveis). Mario Alberto dos Santos.

A rede grande e a rede pequena são utilizadas em arrastões, às vezes com até oito pescadores dependendo do comprimento da rede; as denominações “rede grande” e “rede pequena” referem-se à malha da rede (malha consiste no tamanho do buraco de cada rede). A camboa (fotos 30 e 31) é uma arte fixa, localizada em beira de rio ou em banco de areia, chamado pelos pescadores e marisqueiras de “coroas de mangue”. Bem cuidada, uma camboa dura a vida toda do pescador, necessitando de eventuais consertos ao longo do tempo. Em seus paus, o pescador pode produzir ostra, atividade mais comum entre os quilombolas das comunidades do lado leste da baía do Iguape. O munzuá é uma armadilha de pegar siri (foto 28), tal como o jererê que se usa com uma pequena linha, tendo amarrada em uma das extremidades uma isca (pedaço de peixe). Quando o siri morde a isca a marisqueira levanta a linha e captura o siri com o jererê (jererê é uma rede de pesca em forma de saco presa a um cabo de madeira). Tem ainda a camarãozeira, rede exclusiva para a captura do camarão, necessitando de quatro até oito pescadores também. O arraieiro, rede de malha grande, captura arraias e peixes de grande porte como pescadas, robalos, cavalas, etc.



Foto 28: O trabalho do pescador e da marisqueira envolve o preparo e a manutenção dos utensílios de trabalho. Isso significa arrumar canoa, remendar rede, arrumar armadilhas. O extrativismo artesanal cria um complexo e dinâmico conhecimento sobre o “funcionamento” do ambiente natural e das possibilidades técnicas de trabalho. Mario Alberto dos Santos.



Foto 29: Pescador arruma o munzuá para trabalhar. Mario Alberto dos Santos

A pesca e a mariscagem artesanais na baía do Iguape são atividades que não implicam numa boa condição financeira dos trabalhadores. O(s) tipo(s) de arte(s) utilizada(s) esta(ão) diretamente ligado(s) às possibilidades e às necessidades de transformação. A renda dos pescadores e das marisqueiras é muito baixa. Há

moradores que não têm condições nem de pagar a mensalidade de R\$6,00 cobrada pela colônia. Pôde-se constatar durante os trabalhos de campo que na maioria das vezes a divisão do lucro da pesca (por exemplo, da pesca com rede grande feita geralmente com 8 ou 7 pescadores) não ultrapassa a quantia de R\$10,00 para cada integrante. Caso o pescador fosse trabalhar todos os dias do mês e cada dia conseguisse um ganho de R\$10,00, teria uma renda mensal de R\$300,00. Considerando que ele não pesca todos os dias e que nem sempre a pescaria rende os R\$10,00, a renda fica bem abaixo do salário mínimo nacional. A presença do atravessador na comercialização do pescado é outro fator determinante na baixa renda do pescador, devido ao baixo preço que geralmente o atravessador paga na produção. Acrescenta-se que na área de estudo, as pescarias nem sempre são pesadas. Podem ser avaliadas em latas ou cestas, por exemplo, o que pode ser mais um fator de prejuízo financeiro para os extrativistas.



Foto 30: A camboa é um cercado de vara de mangue, com um “copo” no encontro das “mangas” formando um “V”. Em Santiago do Iguape, comunidade da resex, a camboa é também muito utilizada para a produção de ostra. Mario Alberto dos Santos.



Foto 31: A camboa tomada pela maré alta. Mario Alberto dos Santos.

A população da Baía do Iguape vive na sua maioria da “maré” (expressão local que se refere tanto ao meio físico quanto ao trabalho de pescador e/ou marisqueira). Assim faz-se dessas pessoas conhecedoras profundas das técnicas e as conseqüências de seus usos para o ambiente natural. O conhecimento sobre a fauna e a flora locais permite aos pescadores e às marisqueiras terem consciência de fatos que a população acadêmica somente saberia com anos de estudos e investimentos. Por isso é preciso o diálogo, não para registro e documentação de saberes apenas, mas que tenha como conseqüência a organização social e política viável para se pensar a autonomia política e econômica e a liberdade social da população da resex.

6.2 – O DIÁLOGO E O COMUNITARISMO NA BUSCA PELA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA BAÍA DO IGUAPE-BA



Pois em toda ação a intenção principal do agente, quer ele aja por necessidade natural ou vontade própria, é revelar sua própria imagem. Assim é que todo agente, na medida em que age, sente prazer em agir; como tudo o que existe deseja sua própria existência, e como, na ação, a existência do agente é, de certo modo, intensificada, resulta necessariamente o prazer. ... Assim, ninguém age sem que (agindo) manifeste o seu eu latente.

Dante

Dentre os moradores da baía do Iguape muitos não trabalham com a pesca. Portanto, temos pessoas que vivem dentro da resex e, que, por não serem usuários-extrativistas não estão incluídos diretamente nos processos de gestão e planejamento da mesma. Pelas informações fornecidas pela atual presidente da colônia de pesca de Maragogipe, há registrado cerca de 1.500 extrativistas (pescador e marisqueira), porém estima-se que haja entre 3.000 e 3.500 famílias que sobrevivem da maré. O IBAMA fala em mais de 8.000. O fato é que não há um levantamento oficial e legítimo que nos mostre quantas pessoas sobrevivem do extrativismo tradicional na baía do Iguape. A criação de uma associação mãe para a unidade e o cadastramento dos usuários da mesma devem ser os primeiros passos das comunidades. O esclarecimento de quantos são e quem são os usuários da resex inicia o processo de estabelecer metas e planos de urgências tais como garantir a todos os direitos de aposentadoria e os benefícios (auxílio maternidade, auxílio doença, invalidez) das leis trabalhistas.

Existem atuando na resex três ONG's: Vovó do Manguê – nome que homenageia uma entidade moradora e protetora dos manguezais²; Centro-Manguê – ONG que originou dois grupos musicais, Cantarolama e Filhos da Maré, que cantam e encantam em poesia a vida, as aspirações, os problemas, os medos e as alegrias do “povo do manguê” do “povo da “lama” e Guigui, – nome ligado a um pequenino caranguejo que habita os manguezais da área.

A atuação das três ONG's está ligada a replantio e recuperação de manguezais, projetos de educação ambiental em escolas das comunidades, projetos artístico-culturais de música, poesia e pintura. Esses trabalhos têm parcerias com governos (estadual e municipal) e também com a estatal Petrobras. A essencialidade da atuação dessas organizações é indiscutível, porém, nenhuma atuou no que tange a colaboração na construção do tecido social necessário para o planejamento e a gestão da resex. Não são realizados trabalhos que revelem aos moradores da unidade os direitos e os deveres que lhes cabem por serem usuários e gestores reconhecidos da UC em questão. Isso faz-se com um processo pedagógico de troca e co-laboração.

Houve um movimento de mobilização entre moradores e a sociedade civil organizada, representada por ONG's, pela CPP (comissão da pastoral da pesca) associação de quilombolas mais o IBAMA local. Esse movimento chamado de “pró-resex”, determinou a criação da unidade frente ao IBAMA. Durante essa mobilização social e política na área (principalmente em Maragogipe), a união das pessoas com um objetivo comum fez-se substancial para o sucesso. Porém, após essa ação empreendida pela população, não houve mobilização do IBAMA ou de algum órgão ambiental municipal ou estadual, das ONG's que atuam na área ou dos moradores-usuários no sentido de propor projetos e ações políticas para inclusão de todas as comunidades no processo de planejamento e gestão da área. Os motivos são muitos: desde a ignorância dos participantes, a passividade dos governantes até a ausência de recursos técnicos e financeiros para fazê-lo. O importante não é ficar apontando culpados ou responsáveis, pois, nossas análises em relação à educação e ao planejamento referem-se a possibilidades de transformações a partir dos erros observados e não aos obstáculos criados com as punições para esses mesmos erros.

² O mito conta que o extrativista deve respeitar os manguezais para nunca lhe faltar alimento.

O movimento pró-resex não alcançou todos os usuários da unidade. A limitação e as restrições fizeram nascer uma UC sem os devidos esclarecimentos prévios a todos os moradores da baía do Iguape. Incluir todos os usuários no processo de gestão e planejamento é o primeiro desafio. Nossas entrevistas serviram para termos consciência dessa necessidade. A grande maioria dos usuários nem sabe que mora numa unidade de conservação; tampouco sabe o que é uma unidade de conservação.

As inevitáveis relações entre a ação, a manifestação do poder e do amor e a materialização da autonomia social e individual ficam evidentes quando o oprimido reconhece-se a si mesmo enquanto agente participante e decisivo em suas próprias transformações e construções. A partir daí, ele pode agir na manifestação do seu próprio eu num diálogo com o outro, sem palavras vazias e atos brutais, mesmo porque, sem a aceitação de si mesmo e do outro, não acontece o diálogo. Tem-se a autonomia como meio e fim nesses processos. O diálogo é o âmago da socialização baseada na espontaneidade e respeito do amor e na cooperação e união do poder.

Infelizmente não nos é difícil listar problemas políticos e sociais existentes na resex marinha baía do Iguape em que pese a desorganização social em torno da questão comum que envolve os extrativistas: a gestão e o planejamento da resex, ou seja a colaboração no “cuidar de casa”. Criada há sete anos, a resex nunca contou com efetiva participação do Estado - representado pelo IBAMA - na elaboração de ações políticas e/ou projetos políticos que viabilizassem a implantação de fato da resex e não somente a publicação do decreto de sua criação. O documento assinado no ano de 2000 pelo então presidente nunca transcendeu os limites de seu discurso. E como foi analisado durante o capítulo quarto, discurso sem ação é apenas um amontoado de palavras vazias que pouco podem fazer. Claro que não vamos desmerecer a relevância da existência desse decreto; o que não podemos admitir é se contentar apenas com ele.

A educação dialógica e o planejamento comunitário são construídos a partir de duas premissas: primeiro, a realidade depende intimamente do observador, por isso os pescadores e as marisqueiras da baía do Iguape são essenciais para se pensar a transformação de suas realidades; segundo, o direito de realização da vida deve

transcender a vida humana e alcançar todos os sistemas vivos. Assim têm-se, na concepção sistêmica da vida e no pensamento sistêmico, as bases teóricas e filosóficas de ações e projetos políticos em relação à educação e ao planejamento.

As artes de pesca influenciam diretamente na vida da espécie capturada. Além da intensidade com que a arte é praticada, temos o dano direto que cada arte pode provocar. Ao praticar uma arte que impede a plena reprodução dos sistemas vivos - por exemplo, capturar caranguejos e aratus fêmeas em períodos de desova, pesca com bomba, pesca de rede de malha fina - pode haver a extinção de espécies. A insustentabilidade de algumas atitudes é facilmente perceptível e também narrada pelos extrativistas. Há questões que os moradores locais têm mais sensibilidade e meios para perceber. Como foi dito antes, as marisqueiras reclamam para mariscos como ostra e sururu uma época de defeso. Na ausência de defeso para os mariscos, estes estão sendo capturados antes de alcançarem o tamanho adequado, diminuindo o preço na venda e aumentando a quantidade necessária de mariscos capturados para render um mínimo necessário à sobrevivência do extrativista. Esta situação cria uma pressão preocupante sobre os recursos em médio prazo. Outro fator que afirma a relevância do diálogo e da equidade nas relações, os problemas causados por alguma arte de pesca são também percebidos pelos extrativistas.

A razão científica prevalecente vai contra a dialogicidade e o comunitarismo. Assim justifica-se toda política pública e relações sociais que tratam o desenvolvimento econômico e o incremento tecnológico como “armas” contra todas as mazelas do mundo, não atribuindo a gênese e a manutenção dessas mesmas mazelas ao próprio tipo de desenvolvimento hegemônico. A questão relacionada ao defeso de espécies, citado no subcapítulo anterior (p.98), é justamente para ilustrar a relação injusta imposta pelo não reconhecimento da legitimidade dos saberes das populações tradicionais da resex marinha baía do Iguape.

O sistema social, político e econômico dominante influencia a tudo e a todos. Mesmo convivendo sem uma intensa participação no mundo do consumismo de alta tecnologia, pescadores e marisqueiras artesanais de todo território brasileiro são prejudicados por ações empreendidas dentro da lógica que sustenta o sistema capitalista neoliberal. Outro exemplo é a atuação do grupo Votorantin em relação ao

funcionamento de uma hidroelétrica. Caso houvesse investimentos em alternativas de fontes de energia (como eólica, por exemplo), a hidroelétrica Pedra do Cavalo talvez não precisasse funcionar e com isso não causaria prejuízos às atividades extrativistas na baía e nos manguezais do Iguape.

A subversão do modelo de política vindo de cima, de nossos governantes, é essencial para as mudanças pretendidas. O reconhecimento do discurso do outro enquanto discurso do outro traz à tona o seu discurso que construirá suas ações. Os saberes e os valores dos pescadores e das marisqueiras, que têm na baía do Iguape seu universo de convivência, já carregam a espontaneidade e o respeito mútuos. Contudo, o discurso da competitividade e a ausência de autonomia social e individual contaminam a socialização na baía do Iguape, influenciando as práticas tradicionais de extrativismo e a convivência entre os moradores.

Na resex marinha baía do Iguape há diversas comunidades com diversas características organizacionais. Maragojipe, Coqueiros e Nagé, comunidades privilegiadas nesta dissertação, estão profundamente contaminadas pela competição e desunião incentivadas em tempos modernos. Isso não significa impossibilidade total de transformações. Pelo contrário, durante todo o trabalho pode-se observar que um “outro mundo” nos é possível. Mas há também outros aspectos que norteiam as socializações dessas e outras comunidades que residem na resex. Nas comunidades do lado leste da baía, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Calolé, Engenho da Pedra e outras, a organização social e política apresenta aspectos que subvertem todo o discurso e as práticas de nosso sistema social e político prevalecente: a agricultura de subsistência, o extrativismo que predominantemente está destinado a subsistência, com a comercialização dos excedentes em época de safra, e as lutas pelo reconhecimento de suas terras marcam as comunidades citadas.

Há problemas mais essenciais no momento. Deve-se dizer que, o que será apontado como problema neste trabalho somente o é caso busca-se a autonomia social e política como discurso e como ação de todo e qualquer grupo social que coexiste no país. As comunidades, de maneira geral, ainda não são plenamente esclarecidas sobre o que é uma resex e quais as prerrogativas das leis que tratam sobre sua gestão e planejamento. Isso pode estar impedindo o efetivo entendimento da

relevância da criação e da implantação de uma reserva extrativista marinha. Não pretende-se aqui condená-las por conta disso, mas necessita-se apontar problemas para assim buscar possíveis soluções. Seria o mesmo que culpar as pessoas desfavorecidas economicamente por sua própria miséria e esquecer que há aspectos intrínsecos ao funcionamento do sistema que criam a hierarquia social e econômica, portanto, a miséria material.

Os primeiros resultados concretos com a primeira oficina educativa realizada no início de julho de 2007 em São Roque do Paraguaçu foram os esclarecimentos sobre a legislação que envolve as resex, sua origem e evolução até os dias atuais. Tal oficina de caráter educativo, que representa a primeira de uma série na baía do Iguape, esclarece direitos e deveres dos moradores. O processo é dialógico; essas oficinas não são transmissão de conhecimento pura e simplesmente, mas sim um diálogo que cria possibilidades para a produção e a construção dos conhecimentos necessários ao planejamento comunitário. A educação aqui é construção em colaboração.

O esclarecimento sobre os objetivos e as diretrizes do SNUC, mais especificamente sobre o funcionamento de uma resex, está sendo o primeiro passo na colaboração da construção da organização social e política visando viabilizar a elaboração e implantação de um plano de uso para a resex marinha baía do Iguape.

Além dos primeiros esclarecimentos sobre a legislação, houve também discussões sobre a criação de alternativas de renda para a população. Problemas relacionados à baixa renda oriunda do extrativismo e ao grande número de extrativistas na baía do Iguape estão preocupando os moradores. Essa temática também esteve presente durante a primeira oficina.

As alternativas de renda referem-se à diversificação do trabalho. A produção de ostra e camarão, de modo ecológico e artesanal, é uma alternativa viável e que já começa a ser pensada em detalhes. Na comunidade de Santiago de Iguape existe uma experiência de produção de ostra nos paus das camboas. Com bons resultados, esse projeto pode estender-se a outras comunidades. Recursos para renovar artes de pesca destacam-se como prioridade. A compra de barcos motorizados possibilitaria ao extrativista pescar e/ou mariscar em locais de difícil acesso pela

distância. Isso, ao mesmo tempo em que ameniza a pressão nos recursos pesqueiros da baía do Iguape, pode ocasionar a captura de espécies mais valorizadas que não se encontram em área de baía e lagamares. A substituição de artes prejudiciais já começa a ser pensada também, mas não se pode simplesmente proibir e sim pensar de forma integrada. Considerações sociais e econômicas devem ser contempladas no planejamento. Como ilustração, a pesca com rede de malha pequena é amplamente praticada em Nagé e Coqueiros; a sua proibição brusca e total eliminaria a fonte de renda de centenas de famílias.

O diálogo nas oficinas é para construir alternativas. O cultivo artesanal de camarão foi uma possibilidade pensada e poder ir pescar em outras águas seria também outra alternativa, mas depende da aquisição de barcos motorizados e de redes de malha grande. O início das discussões é o primeiro e grande passo em direção à materialização de projetos e idéias. Outra questão já levantada relaciona-se ao defeso de espécies capturadas. Para criar um defeso por conta própria, sem depender de decreto lei assinado pelo governo, teria que ser pensado alguma alternativa de renda para o período destinado ao defeso. Ações como o cultivo de camarão e a pesca e a mariscagem em outras águas e manguezais fora da baía do Iguape podem viabilizar o defeso de outras espécies além do camarão sem a necessidade de criar legislação específica.

O “descanso” do manguezal, necessidade levantada pelas marisqueiras, implica em alternativas de ações também. Uma lei de defeso para sururus, mapés e ostras depende de um estudo técnico realizado por um biólogo, esse estudo demanda tempo e recursos financeiros. Como nossa atual condição legislativa e jurídica não admite o saber das marisqueiras como justificativa para a lei ser decretada, tem-se um obstáculo dificilmente ultrapassado. Porém no caso de se tratar de uma resex, através do estabelecimento de regras de uso dos recursos naturais no território da unidade, ou seja, através do plano de uso previsto em lei, tal obstáculo pode ser transposto. Além do cultivo artesanal de ostra e camarão como opções, tem-se a criação de pomares, hortas e granjas comunitárias. Amenizam a necessidade de dinheiro para comprar alimentos ao mesmo tempo em que diminuem a necessidade de mariscar, pois, oferecem outras fontes para suprir a fome e obter renda.

Todos esses problemas, divergências de interesses devem ser discutidos e debatidos entre as comunidades na elaboração do plano de uso dos recursos naturais, ou seja, as estratégias e normas estabelecidas em relação às artes de pesca e suas práticas bem como as eventuais práticas agrícolas ou de cultivo artesanal de mariscos e peixes.

Há também a pesca predatória, especificamente a pesca com redes de malha muito pequenas (8mm). Neste caso as redes são feitas somente por fabricantes industriais e muitos pescadores não a consideram prejudicial. Porém, durante a pesquisa de campo pôde-se observar que a utilização das redes de malha pequena provoca uma mortandade grande de exemplares que não tem utilidade alguma em razão do tamanho dos peixes capturados. Em Nagé e Coqueiros, por ser fundo de baía, isso está mais presente. A rede é utilizada na captura de camarão, marisco muito apreciado e de fácil venda, porém filhotes de outros peixes tal como pescadas, vermelhos, tainhas e robalos são também capturados e por serem muito pequenos são jogados fora já mortos, prejudicando a reprodução dessas espécies e impossibilitando a futura captura das mesmas por outros pescadores.

O diálogo na educação é isso: ouvir e ser ouvido. Essas trocas fazem nascer o planejamento comunitário. As decisões, sendo tomadas pelos moradores, implicam em decisões mais claras e conscientes em relação aos problemas e às carências vividas. A educação dialógica significa levar todos os saberes em consideração, no nosso caso, trocar experiências entre as comunidades da resex e com outros grupos sociais que não são usuários da UC. Faz-se assim nascer o planejamento comunitário, produto do tipo de educação praticada ao construir projetos e ações políticas que potencializam o poder e a união das pessoas envolvidas.

Além da organização social e política de pescadores e marisqueiras, tem-se também conflitos entre utilizadores de diferentes artes de pesca: monzuá e rede em Santiago do Iguape, camboa e rede nas comunidades rurais de Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia. A pesca com bomba, a pesca com rede de malha fina e a falta de fiscalização são grandes problemas. Mais uma alternativa tange à organização dos usuários: seria a fiscalização comunitária. Quanto menos ficarem dependentes do Estado, mais próximos estarão da autonomia social e individual.

Outro ponto importante reside nos obstáculos que pescadores e marisqueiras encontram para se filiar à colônia de pesca e ter direitos trabalhistas garantidos. Devido às más condições de renda da população muitos não conseguem pagar os R\$6,00 da mensalidade da colônia. Segundo a atual presidente, essa mensalidade é calculada com base no salário mínimo, o que considero um erro pois os extrativistas não vivem de salário mínimo. E R\$6,00 muitas vezes é mais do que eles garantem com um dia todo de trabalho. Como o extrativista recebe todo dia caso saia para trabalhar e como esse lucro diário é muito baixo, fica impossível para muitos guardar dinheiro para pagar a colônia.

Uma opção levantada durante uma oficina foi cobrar um preço simbólico e realizar um trabalho de adesão à colônia: proporcionar uma massificação na colônia, promover campanhas esclarecendo as vantagens e os direitos trabalhistas garantidos e aumentar o maior número possível de pescadores e marisqueiras filiados a colônia. Tudo caminha lado a lado: melhoria na vida do pescador faz com que ele tenha condições de se comprometer com a mensalidade da colônia todos os meses; para o extrativista pagar a colônia implica em varias vantagens, mas pra isso ele precisa ter condições para tal. Aumentar a quantidade de pessoas com condições de pagar a colônia superaria uma eventual baixa no custo da mensalidade. Informações da colônia mostram que não chega a 300 o número de pessoas em dia com a mensalidade, o que significa uma receita de no máximo R\$1.800 reais por mês. Caso diminua-se o valor para R\$2,00 e realize-se uma política de adesão à colônia, tem-se, por exemplo, com 1.000 pessoas pagando, uma receita de R\$2.000 por mês. Ao mesmo tempo em que melhora-se a receita da colônia, esta-se garantindo direitos e benefícios trabalhistas a um número maior de extrativistas.

Outro obstáculo citado sobre a gestão da colônia está nos critérios burocráticos que atestam os documentos comprobatórios da atividade extrativista. Há muitas pessoas que não possuem os documentos exigidos para se registrar na colônia isso poderia ser evitado caso a colônia adotasse outros meios para verificar a veracidade das informações. Em meio a diversas reclamações sobre a administração da colônia, deve-se esclarecer os critérios e realizar políticas que atraem pescadores e marisqueiras e não criar obstáculos para repeli-los.

A condição financeira dos pescadores e marisqueiras impede a compra e a renovação dos equipamentos de pesca e mariscagem. A grande maioria da população entrevistada não tem canoa e quem possui tem canoas simples e a remo, impedindo o pescador e/ou a marisqueira de explorar outras águas e outros manguezais que não os da baía do Iguape. A distância - por mais que o pescador e/ou a marisqueira se esforce existe um limite para o corpo - e a falta de segurança das embarcações são os principais motivos desses impedimentos.

Tabela 3: números de proprietários de canoas

Total	Possui Embarcação	Não Possui Embarcação
128	87	41

Fonte: pesquisa de campo projeto MARENA.

A educação dialógica, que se materializa em nosso cotidiano e não necessariamente em uma “sala de aula” comum, deve ser o combustível dos movimentos que podem construir o planejamento comunitário dentro da resex. Os produtos desse processo são a autonomia social, política e financeira, a valoração e não a folclorização de saberes e valores tradicionais das comunidades, o aprimoramento de artes que eventualmente estejam causando problemas à estabilidade do ambiente natural, condições melhores de trabalho e moradia. Enfim, a efetivação de uma UC de uso sustentável implica em benefícios às comunidades envolvidas, caso contrário todos os princípios e valores construídos de modo pioneiro entre as comunidades da floresta amazônica (capítulo primeiro) e que foram absolvidos pela política de preservação e conservação da biodiversidade e da sociodiversidade no Brasil, estarão sendo subvertidos em troca da competição e da mesquinha comum no sistema capitalista neoliberal.

As culturas extrativistas não podem ser tratadas como algo que necessariamente é sustentável ecologicamente. Na baía do Iguape há sim problemas que estão relacionados ao modo de vida dos moradores. Não devemos vitimá-los e nem tão pouco tratá-los como heróis. São apenas grupos sociais que coexistem dentro

de relações e interações com o mundo distintas dos grandes centros urbanos, mas como tal também carecem de intervenções e transformações em seu cotidiano.

Neste caso, considera-se que o diálogo entre as pessoas em busca de algo comum pode ampliar o que se conhece e diminuir o abismo entre o que nos é cognoscível ou não. Quando Paulo Freire (2005) nos diz que a união e a colaboração entre as pessoas para a transformação do mundo pertencem à teoria dialógica da ação, tem-se no diálogo uma substancial presença entre as ações pretendidas na resex ao contrário da competição que não é nem pode ser sadia, pois nega o outro (MATURANA, 1998).

Os primeiros esclarecimentos sobre o que vem a ser uma resex serão seguidos por ações e projetos que venham colaborar para melhoria da vida e do trabalho dos pescadores e das marisqueiras. Durante a pesquisa de campo teve-se contato com inúmeros problemas e inúmeras possíveis soluções também, no entanto, há questões que não dependem somente da vontade da população. A baía do Iguape não pode ser tratada como uma “ilha” protegida do mundo “externo”. A resex pertence a um universo de relações sociais e políticas que prioriza alguns grupos sociais existentes. A nossa “democracia” e o nosso modelo de planejamento implicam na subordinação dos que se vêem distantes e não plenamente participantes do mundo do consumismo tecnológico. A nossa meritocracia, disfarçada de democracia, cria os vencedores da competição por uma vida digna e de respeito.

O papel dos moradores da resex no planejamento e gestão da mesma é essencial, sobretudo pelo conhecimento que somente eles detêm sobre suas próprias realidades. Mas o Estado não pode ser ausente desse processo, mesmo porque há mudanças e obras necessárias que não estão ligadas a decisões que acontecem no seio das comunidades da unidade. Tais como enunciadas em seguida: obras de saneamento básico, programas de reaproveitamento de restos do pescado e de produtos e embalagens descartáveis, atuação eficiente do IBAMA - que tinha até o início de 2007 somente um técnico trabalhando na área - proibição da venda de rede de malha pequena, fim do funcionamento da hidroelétrica Pedra do Cavalo que vem prejudicando a pesca, principalmente em Coqueiros e Nagé, desapropriação de terras que são propriedades de fazendeiros mas que estão no perímetro traçado da resex,

construção de creches e pré-escolas para as marisqueiras deixar os filhos enquanto vão para maré. Enfim, essas mudanças dependem sim da união dos moradores, mas também de mudanças de postura do Estado brasileiro.

ONDE HÁ SONHOS, HÁ CAMINHOS...

*Não adianta nem me abandonar, por que mistérios
sempre há de pintar por aí...*

Gilberto Gil

Os encontros com o espaço em análise, ocasionados em trabalhos de campo, com entrevistas, participações em pescarias e mariscagens, oficinas educativas e excursões fotográficas foram essenciais para a realização desta dissertação. As discussões entre os integrantes do projeto MARENA, realizadas durante o percurso criativo, nos rederam subsídios igualmente importantes. O ato fotográfico e a convivência com os moradores são vias de acesso à realidade percebida e concebida pelo o outro. Isso é o âmago do diálogo; a aceitação do outro. A escolha dos procedimentos metodológicos é a escolha dos caminhos a serem trilhados, por isso sua essencialidade aos trabalhos científicos. Teorias e métodos são pontos de partidas, os caminhos nos levam as realizações e as construções.

As visitas na baía do Iguape nos revelaram condições impróprias para a sobrevivência humana. Tanto no que se refere às condições de trabalho (baixa remuneração, ausência de direitos e benefícios trabalhistas e ausência de investimentos em capacitação profissional) bem como a disponibilidade e qualidade dos serviços básicos (educação, saúde, habitação, saneamento básico e transporte) garantidos pelo Estado. As informações e as experiências vividas em campo permitem mais confiabilidade a análise sobre necessidades e carências da resex, outro aspecto relevante em relação aos procedimentos metodológicos adotados.

Os desafios colocados nesta dissertação estão intimamente ligados ao universo das relações sociais e políticas dos seres humanos. Um dos problemas evidenciados relaciona-se especificamente com a construção do conhecimento pela ciência moderna: um período de transformações e rupturas epistemológicas que resultaram num excessivo e inconseqüente afinilamento dos saberes, uma alta especialização e a subordinação de todos os saberes em relação às ciências. A ruptura entre razão e emoção nos leva a um distanciamento em relação às construções

humanas que admitem os “vãos imaginativos” em suas constituições. Assim faz-se das artes, da filosofia e dos saberes tradicionais criações distintas e muitas vezes consideradas “inferiores” às ciências.

Uma premissa fundamental das ciências modernas é considerar a realidade independente do observador. Isso faria da realidade um fenômeno unívoco e das ciências um instrumento de acesso privilegiado a ela. Essa premissa atribui às ciências a possibilidade de alcançar a verdade absoluta das coisas e fenômenos do mundo. A subversão dessa premissa fundamental da ciência moderna é um dos pontos de partida dessa pesquisa. Não considerar a realidade única e nem tão pouco acessível a um único tipo de domínio cognitivo: as ciências. A ruptura entre razão e emoção, pensamento e imaginação também separam objeto e sujeito; desta relação nasce a subordinação do objeto em relação ao sujeito. Isso não pode ser; toda criação humana implica na nomeação das coisas e dos seres e essa nomeação é uma construção interna. Nossas concepções de mundo nascem de nossas experiências com o mundo e não é, portanto um dado pronto e pertencente ao mundo. Mundo e consciência de mundo nascem simultaneamente num processo de construção do sujeito observador.

O diálogo de saberes reflete o sentido e a legitimidade de todos os domínios cognitivos em seus diversos domínios de experiências. O discurso da objetividade científica, idealizada pelos percussores da ciência moderna, nos impede de contemplar realizações urgentes relacionadas à diversificação de políticas públicas, contemplação da sociodiversidade, o fim da meritocracia e a aceitação do erro nas ciências. O direito de equivocar-se e o direito de mudar de opinião devem ser incluídos na conduta dos governantes brasileiros. Não precisamos insistir em princípios e valores que nos condenam ao “subdesenvolvimento” e são defendidos e teorizados por parcela da comunidade acadêmica que ajuda a fundamentar e justificar o modelo perverso de organização social e política do capitalismo neoliberal.

A fantasia, a obstinação, o sonho sempre estiveram presentes no esforço criativo dos cientistas. A espécie humana apresenta características biológicas que influenciam no ato de conhecer. Dentre elas estão a imaginação e o pensamento, a racionalidade lógica e a emoção guiada pelos devaneios. O ato fotográfico e os trabalhos de campo permitem-nos infiltrar no universo imaterial da população da resex e

contemplar, com a imaginação e a observação, aspectos que são “invisíveis” ao olhar objetivo e superficial.

Nossa participação em pescarias e os inúmeros momentos de conversas com os moradores põem em evidencia características que estão além da simples descrição física da área. A resex não se refere apenas a proteção da biodiversidade; há o universo imaterial e mítico dos pescadores e marisqueiras que também contemplam as ações de conservação do patrimônio natural. Através dos laços de territorialidade afetiva com o espaço, o lugar, a área não é apenas um local de produção/sustento, mas também um patrimônio, um quadro de vida. Não temos apenas um olhar funcional ou estético, comum nos centros urbanos. Para muito além das técnicas de extrativismo, as relações cotidianas na resex atestam para a existência de processos sociais e políticos intimamente ligados ao modo de vida existente. A manutenção do trabalho artesanal e do conhecimento sobre os ecossistemas da resex, permite aos moradores manter os saberes que os identificam e os legitimam perante aos direitos conseguidos com a criação da unidade.

A implantação e a efetivação da resex contemplam o universo simbólico presente nos processos de construção dos saberes. Não é simplesmente um emaranhado de técnicas de pesca e mariscagem. Os processos de construção dos saberes refletem o âmago e a riqueza imaterial que o uso social da natureza propicia. A imaginação e a memória, essenciais entre os grupos sociais tradicionais, é também essencial em todo o processo de criação da espécie humana. As grandes transformações das ciências não acontecem na ausência, pelo contrário, os conhecimentos humanos sobre o mundo e seu dinamismo é um acúmulo de experiências vividas e imaginadas ao longo do tempo.

Outra premissa fundamental em nosso trabalho é a concepção sistêmica da vida ou pensamento sistêmico. Relaciona-se com a organização das partes em relação ao todo e as influências do todo em relação às partes. Pensa-se nas interações e nas relações existentes entre todos os sistemas vivos que compõem os ecossistemas da Baía do Iguape, inclusive a espécie humana. Os saberes tradicionais e todas as relações que dele advém são essenciais para se pensar e praticar a educação dialógica e o planejamento comunitário. Como pensar somente no bem-estar da

população se o bem-estar dessa população passa pelas relações e interações dela com o espaço de experiência? Coloca-se entre os objetivos deste trabalho a análise da realidade da resex marinha baía do Iguape, no entanto o pensamento analítico vai contra o pensamento sistêmico, pois a análise implica no isolamento de alguma coisa a fim de entendê-la, ao contrário da concepção sistêmica que é contextual. Contudo, considera-se aqui as possibilidades de ambos os pensamentos, pois, embora os caminhos exigidos pelas ciências impliquem em isolar os objetos de estudo, não significa necessariamente a impossibilidade de contextualizá-los em um todo mais amplo.

Ao falar sobre a resex marinha baía do Iguape relaciona-se sua realidade com acontecimentos que ocorreram décadas atrás no estado do Acre e com a realidade dos princípios desenvolvimentistas do Brasil. O papel dos movimentos sociais, especificamente o Movimento Nacional dos Seringueiros e sua influência na transformação da legislação ambiental e o contexto social e político, determinados pelo desenvolvimentismo da ditadura militar e posteriormente pelo capitalismo neoliberal, não foram desconsiderados em nosso trabalho. Essa contextualização faz-se necessária, pois, não nos é possível isolar pura e simplesmente o objeto e/ou fenômeno a ser estudado, isso implicaria na fragilidade e superficialidade na análise pretendida.

Dentre os resultados obtidos, o esclarecimento sobre a gestão e o planejamento da resex para os moradores locais mostra-se como ponto de partida. As oficinas que já aconteceram e as que estão por vir, concretizará em todas as comunidades da resex os esclarecimentos necessários ao início do projeto de construção e efetivação do plano de manejo. As primeiras sugestões e discussões sobre alternativas e/ou incremento da renda, substituições de artes de pesca, cooperativas para agregar valor ao pescado e outros projetos e urgências já aconteceram, o projeto não vai simplesmente transmitir conhecimento, mas sim criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Nossa continuidade na colaboração é fato, mesmo por que o trabalho na resex não se resume a dissertação, o projeto MARENA irá prosseguir suas atividades em prol da construção do tecido social que dispensará a permanente presença da academia na UC. A autonomia social e individual efetiva permitirá aos moradores “andar com suas próprias pernas” e somente solicitar parcerias em

eventuais projetos e/ou ações políticas.

A sistematização de características que traduzem a realidade da resex colabora na elaboração de projetos para área. Sistematizar os problemas e as possíveis soluções levantadas pelos moradores implica em ter subsídios para criar metas e estabelecer prioridades para a unidade. Os dados analisados neste trabalho já permitem a sugestão de propostas e a intervenção real como é o caso das oficinas educativas. O simples esclarecimento sobre os direitos e deveres de quem habita uma UC de uso sustentável permite aos moradores entender os instrumentos que eles possuem para reivindicar melhorias. Conhecer as leis é fundamental para efetivar projetos e/ou ações.

A elaboração de uma agenda de atividades e intervenções urgentes na área também se apresenta como resultado dessa dissertação. Dentre elas destacam-se: a regularização de todos os pescadores e as marisqueiras com a colônia e a garantia de benefícios e da aposentadoria; a criação de uma associação mãe para a resex e com isso o cadastramento de todos os usuários da mesma; o início imediato de projetos de reciclagem de materiais dispensados; alternativas de renda e/ou incremento da mesma; a expropriação de terras que estão no perímetro da resex; a compatibilidade entre o funcionamento da hidroelétrica Pedra do Cavalo e os interesses dos moradores e o dinamismo dos ecossistemas da resex; saneamento básico; disponibilidade de recursos financeiros para implantação de projetos urgentes.

A partir de nossos encontros com a realidade observada pudemos perceber essa inevitável relação entre a parte (resex marinha baía do Iguape) e o todo (um país chamado Brasil). As políticas nacionais de desenvolvimento social e humano não alcançam todos os grupos sociais existentes. A meritocracia nos impede de contemplar as diferenças e celebrar as similaridades. As diferenças são transformadas em desigualdades e passam a ser justificativas para nosso quadro político e social. Neste sentido todas as UC's de uso sustentável são influenciadas pela escassez de ações e projetos políticos voltados para os grupos sociais tradicionais. Apesar de existir leis que contemplem o uso social da natureza por esses grupos, há um predomínio de concepções que descartam a legitimidade e a essencialidade dos saberes tradicionais e, portanto, da nossa sociodiversidade.

Diante dessa preocupação o projeto MARENA foi criado a fim de colaborar com a organização social e política da resex em questão. Os produtos dessa dissertação compõem o todo pretendido com o projeto MARENA. Teorias que discutem as possibilidades diante da educação dialógica e do planejamento comunitário são essenciais. Sobretudo pelo fato de não vivenciarmos esses fenômenos e processos (educação dialógica e planejamento comunitário) em nosso dia a dia. As teorias científicas comumente estão baseadas na noção de uma realidade independente do observador e na separação das coisas e fenômenos em acontecimentos isolados e descontextualizados. O esforço epistemológico e metodológico são os principais produtos dessa dissertação.

Não pretendeu-se aqui construir uma teoria universal sobre a educação e o planejamento, mas sim considerou-se premissas e princípios fundamentais para relações e interações com universos distintos que se materializam em domínios de experiências não científicos. Acreditar na possibilidade de outros caminhos nos leva a acreditar nas possibilidades de outros sonhos também...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. **Cidadania e Meio Ambiente**. In: <http://www.intelecto.net/cidadania/meio-4.html>, p.1-10, 2005.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Roberto Raposo (trad) 10ªed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. **Sobre a violência**. André Duarte (trad) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Antonio de Pádua Danesi (trad) São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (org's) **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Ed.UNAMAS, p.75-130, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Somos as águas puras**. Campinas: Papirus, 1994.
- BRITO, Cristóvão. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) Depto. de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, p.165-193, 1982.
- CABRAL, Nájila Rejanne A. J. e SOUZA, Marcelo Pereira de. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. São Carlos: RIMA, 2002.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Diogo Mainardi (trad.) 2ªed., São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Álvaro Cabral (trad) São Paulo: Ed.Cultrix, 1982.
- _____. **A teia da vida**. Newton Roberval Eichenberg (trad) São Paulo: Ed.Cultrix, 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Guy Reynaud (trad) 5ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E & PINTON, F. (orgs). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup-UFPA-NAEA, 1997.
- Código Florestal Brasileiro. www.ibama.gov.br/legislacao/4.771/65. Acesso em: 20 ago. 2005.

Decreto de criação da categoria reserva extrativista como área protegida. www.ibama.gov.br/legislacao/decreto98.897/90. Acesso em: 20 ago. 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3º ed., São Paulo: HUCITEC, 2000.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. 7ºed., Campinas: Papyrus, 2003.

FERREIRA, Leila C. e FERREIRA, Lucia C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade. In: HOGAN, Daniel J. e VIEIRA, Paulo F. (org's) **Dilemas sócio-ambientais e o desenvolvimento sustentável**. 2ºed., Campinas, Ed.UNICAMP, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41ºed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Paulo C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GUIDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Maria Luiza X. de A. Borges (trad). 4ºed., Rio de Janeiro: Record, 2001.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: EDUFMG/Humanitas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Decreto de criação da reserva extrativista marinha Baía do Iguape**. Brasília, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Lúcia Mathilde Endlich Orth (trad.), Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia ambiental**. Sandra Valenzuela (trad). 2º ed., São Paulo: CORTEZ, 2002.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, p.103-141, 1982.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Cristina Magro e Victor Paredes (orgs). Belo Horizonte: Ed.UFMG/HUMANITAS, 2001.

_____. **Emoções e linguagem na educação e na política**. José Fernando Campos Fortes (trad) Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

_____. **A ontologia da realidade**. Cristina Magro; Miriam Graciano e Nelson Vaz (org's) Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas – 1948**. Fabio Landa e Eva Landa (trad's) São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória (trad). 4ªed., Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

_____. **Ética, cultura e educação**. Alfredo Pena-Vega, Cleide R. S. Almeida, Izabel Petraglia (Trad). São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O método 1: a natureza da natureza**. Ilana Heineberg (trad) 2ªed., Porto Alegre: Sulina, 2005.

NEDER, Ricardo T. Limites políticos-institucionais ao desenvolvimento sustentável no Brasil. In: HOGAN, Daniel J. e VIEIRA, Paulo F. (org's) **Dilemas sócio-ambientais e o desenvolvimento sustentável**. 2ªed., Campinas, Ed.UNICAMP, 1995.

NEVES, Walter. Sociodiversity and biodiversity, two sides of the same equation. In: SACHS, I and CLUSENER-GODT, M. **Brazilian Perspectives on Sustainable Development of the Amazon region**. Man and Biosphere series/UNESCO, v.15, Paris: 91-124p., 1995.

Política Nacional de Educação. www.mec.gov.br/legislacao/9394/96. Acesso em 08 set. 2005.

Política Nacional de Educação Ambiental. www.ibama.gov.br/legislacao/9.795/99. Acesso em: 20 ago. 2005.

Política Nacional de Meio ambiente. www.ibama.gov.br/legislacao/6.938/81. Acesso em: 20 ago. 2005.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Francisco Silva (trad) São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. (Coleção Milton Santos) 2ªed., São Paulo: Ed.USP, 2003

SEIXAS, Cristina Simão. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; OREN, D. C. e D'INCÃO, M. A. (org's) **Diversidade cultural e biológica da Amazônia**. Belém: Ed.MPEG, p.73-111, 2001.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação. www.ibama.gov.br/legislacao/9.985/00. Acesso em: 20 ago. 2005.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (org's) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.77-116, 1995.

TRUSEN, Christoph. Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma introdução conceitual e metodológica. In: TRUSSEN, Christoph e PINHEIRO, Maria Rosa Bitar. (org's). **Planejando o Desenvolvimento local: conceitos, metodologias e experiências**. PRORENDA RURAL, Pará, p.13-28, 2002.

TUAN, Yi-fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, p.143-164, 1982.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Livia de Oliveira (trad.) São Paulo: Difel, 1983.

VANNUCCI, Marta. **Os manguezais e nós**. Denise Navas-Pereira (trad) 2ºed., São Paulo: Ed.USP/CNPQ, 2003.

VIOLA, E. J. e LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetarialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel J. e VIEIRA, Paulo F. (org's) **Dilemas sócio-ambientais e o desenvolvimento sustentável**. 2ºed., Campinas, Ed.UNICAMP, 1995.

www.ibama.gov.br/2000.

YAZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O ambientalismo**: ação e cientificidade em dúvida. Revista do Depto. de Geografia/USP, São Paulo, nº8, p.85-95, 1994.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)